

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Lucas Furiati de Oliveria

**QUADRILÁTERO FERRÍFERO, PSICOLOGIA E OS DESASTRES DE
ROMPIMENTOS DE BARRAGENS DE REJEITOS EM MINAS GERAIS**

Belo Horizonte
2024

Lucas Furiati de Oliveira

**QUADRILÁTERO FERRÍFERO, PSICOLOGIA E OS DESASTRES DE
ROMPIMENTOS DE BARRAGENS DE REJEITOS EM MINAS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Psicologia Social.

Orientadora: Prof.^a Claudia Mayorga

Belo Horizonte
2024

150 Oliveira, Lucas Furiati de.
O48q Quadrilátero ferrífero, psicologia e os desastres de
2024 rompimentos de barragens de rejeitos em Minas Gerais
[manuscrito] / Lucas Furiati de Oliveira. - 2024.
165 f.
Orientadora: Claudia Andréa Mayorga Borges.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia – Teses. 2. Psicologia social - Teses .
3. Decolonialidade - Teses . 4. Barragens de rejeitos – Teses.
5. Desastres ambientais – Teses. I. Mayorga, Claudia .
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE LUCAS FURIATI DE OLIVEIRA

Realizou-se, no dia 14 de agosto de 2024, às 14:00 horas, FAFICH - 2060, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *Quadrilátero Ferrífero, Psicologia e os Desastres de Rompimentos de Barragens de Rejeitos em Minas Gerais*, apresentada por LUCAS FURIATI DE OLIVEIRA, número de registro [2020654355](#), graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Claudia Andréa Mayorga Borges - Orientador (UFMG), Prof(a). Lisandra Espindula Moreira (UFMG), Prof(a). Letícia Cardoso Barreto (UEMG), Prof(a). Débora Diana da Rosa (UFRGS).

A Comissão considerou a tese:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Cardoso Barreto, Usuário Externo**, em 21/08/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lisandra Espindula Moreira, Professora do Magistério Superior**, em 21/08/2024, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Andrea Mayorga Borges, Professora do Magistério Superior**, em 23/08/2024, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Débora Diana da Rosa, Usuária Externa**, em 27/08/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3480794** e o código CRC **4496343E**.

Referência: Processo nº 23072.246961/2024-04

SEI nº 3480794

*Dedico este trabalho às incontáveis almas
que foram sucumbidas pelo lado perverso
e destrutivo da atividade minerária.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a minha família, que me apoiou e incentivou em todas as etapas da minha vida; meu mais sincero amor. Sem o cuidado, a compreensão e o suporte de vocês, eu não teria chegado até aqui. Feliz de saber que nossa caminhada segue!

À minha mãe, Terezinha Maria Furiati, minha gratidão profunda, pessoa que me ensinou a perseverança e a dedicação; à minha irmã, Júlia Furiati de Oliveira, agradeço a companhia leal na caminhada da vida; à minha avó, Maria das Dores Furiati Silva, que incondicionalmente me guia na lida espiritual. À tia Rita, tia Rosa, tia Márcia, tia Dinha e Madrinha Glorinha, com vocês divido o meu amor ancestral e comunitário. É com elas que partilho minhas “dores”, “fúrias” e “artes”.

Ao meu pai, Júlio César de Oliveira, agradeço pelos ensinamentos sobre a natureza; ao meu avô, Pedro Furiati, gratidão por todo cuidado e afeto; ao avô Geraldo Alves Ruas, pela proteção espiritual e ancestralidade Kaxixó. Às(aos) Furiatis e Oliveiras, meu muito obrigado pela convivência e, por que não, minhas desculpas.

Agradeço à Luiza de Senna Valle Fonseca e ao meu filho, Luan Fonseca Furiati, que me deram forças durante toda a caminhada da pesquisa. É difícil expressar em palavras o quanto a vivência junto a vocês neste processo foi fundamental. Longa jornada que só começamos...!

Luan, o amor que sinto e a nossa conveniência tornaram cada desafio mais gostoso de se superar. Nos momentos de cansaço e incerteza, seguem à nossa frente. Você é o incentivo. Com você definimos as luzes orientadoras, os caminhos... lembrando-me do propósito maior por trás de cada esforço pessoal e comunitário. É tudo nosso!!!!

Filho, sua alegria contagiante, sorrisos radiantes e abraços acolhedores foram o meu conforto. Peço desculpas pelas noites de estudo intenso. Mesmo nos momentos em que eu estava fisicamente presente, mas mentalmente distante, sua presença trouxe-me de volta ao momento presente, me resgatando, me lembrando do que é importante sobre a vida. Você é minha maior conquista na jornada desta existência. Nossas “dores”, “fúrias” e “artes”... Sua curiosidade infinita e seu desejo de aprender são fontes de inspiração constantes. Peço desculpas pelas vezes em que

precisei me ausentar. Agradeço por ser uma criança incrível que torna cada dia mais significativo.

Agora, ao chegarmos ao fim deste trabalho, quero expressar minha gratidão profunda. Sem vocês, esta jornada teria sido muito mais árdua e a conclusão desta tese não teria o mesmo significado. Vocês são meu porto seguro, minha fonte de alegria e minha razão de ser.

Agradeço à Claudia Mayorga pela supervisão, orientação, apoio, paciência e trocas durante a pesquisa e nos outros incontáveis momentos de caminhada e da minha formação. Aos membros da banca examinadora de qualificação, pelos valiosos comentários e sugestões. Aos colegas do Conexões de Saberes e da Coletiva Urucum Girassol, pela colaboração, amizade, incentivo e suporte teórico, acadêmico, metodológico e emocional. Meu agradecimento também à Capes, pelo financiamento que tornou possível a realização deste projeto.

Agradeço às amigas e aos amigos que fizeram esse trabalho possível, cada uma à sua maneira particular: Prof. Paulo Henrique, Douglas, Michael, Brancelha, Michelle, Neilor, Lourdes Miriam, Serginho, Fabiana, Robinho, Otacílio, Pathelly, Adão, João, Betinha, Cidão, Diogo, Diego, Lorin, Duboi, Picó, Mângos, Alê, Bárbara, Júnia, Paula, Marina, Michelinha e Amanda, contem comigo!!!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo mapear e analisar o campo de conhecimento e as práticas produzidas por psicólogas(os) que atuam em conflitos envolvendo desastres de rompimentos de barragens de rejeitos decorrentes da exploração mineral. Pretende-se analisar as narrativas e experiências dessas(es) profissionais, que trabalham nos contextos derivados dos desastres de rompimento de barragens nas no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, sugerindo possibilidades de avanços teóricos e práticos que priorizem experiências de atingimentos negligenciadas, sobrepostas e inviabilizadas na busca por reconhecimento, garantia e proteção de direitos. Trata-se de uma pesquisa-participante, que tem como pressuposto os processos dialógicos contínuos entre pesquisador e participantes da pesquisa, colocados ao longo do processo de investigação como sujeitos vivos. As estratégias metodológicas adotadas foram a revisão de literatura de estudos sobre contextos afetados por desastres socioambientais decorrentes de rompimentos de barragens de rejeitos oriundos de atividades minerais e entrevista semiestruturada, realizada com pesquisadoras(es) e profissionais da Psicologia que atuam no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. A abordagem da Análise Temática foi empregada para o tratamento das informações e dados obtidos pelas entrevistas, técnica que permitiu identificar temas emergentes e padrões recorrentes de significância nas narrativas das(os) psicólogas(os) entrevistadas(os). Propõe-se o diálogo teórico entre a Ecologia Política, a Psicologia Social Feminista e Crítica, e o Pensamento Crítico de Fronteira. Esse diálogo permitiu redefinir e abranger ideias de cidadania, democracia, direitos humanos e relações econômicas, utilizando formas alternativas de compreensão e conhecimento. Ainda, desafia as definições impostas pela modernidade europeia e explora formas alternativas de exercer o poder e de existir. Por meio deste estudo, apresentado no formato de três artigos, é possível compreender que a atuação de psicólogas(os) envolvidas(os) em conflitos socioambientais frequentemente se dá em interface com os sistemas de justiça nacional e internacional. Sendo assim, é importante a reflexão sobre como se dão as manifestações de poder que orbitam em torno dos procedimentos e dos processos de reparação, mitigação e recuperação, tanto individuais quanto coletivos, das(os) atingidas(os) por desastres de rompimento de barragens de rejeitos. Para além de uma atuação mais tradicional por parte da Psicologia, oferecendo acolhimento e contribuindo para processos de nomeação do sofrimento psíquico, as(os) psicólogas(os) podem e devem contribuir na ampliação da percepção das vulnerabilidades sociais e ambientais presentes em um determinado território. Assim, a Psicologia Social contribui para trazer à tona as múltiplas subjetividades das populações atingidas pelos rompimentos das barragens de rejeitos, a fim de formular normativas, políticas públicas, projetos e ações em prol da garantia, proteção e efetivação de direitos, ressaltando, ainda, que os direitos dessa população passam, invariavelmente, pelo território, uma vez que seus sentidos e significados se revelam na dimensão do local.

Palavras-chave: Psicologia Social; barragens de rejeitos; cuidado; decolonialidade; desastres.

ABSTRACT

This study aims to map and analyze the field of knowledge and practices produced by psychologists who work in conflicts involving disasters resulting from tailings dam failures due to mineral exploitation. It seeks to analyze the narratives and experiences of these professionals, who work in contexts derived from the failures of the Fundão Dam and the Córrego do Feijão Mine Dam in the cities of Mariana/MG and Brumadinho/MG, both in the Iron Quadrangle, and to suggest theoretical and practical advances that prioritize neglected, overlaid, and unfeasible experiences in the pursuit of recognition, guarantee, and protection of rights. This is participatory research, a methodology that presupposes continuous dialogical processes between the researcher and the research participants, positioned throughout the investigation process as living subjects. The methodological strategies adopted were a literature review of studies on contexts affected by socio-environmental disasters resulting from tailings dam failures from mining activities, and semi-structured interviews conducted with researchers and psychology professionals working in the cities of the Iron Quadrangle. The approach of Thematic Analysis was employed for the analysis of the interviews, a technique that allowed the identification of emerging themes and recurring patterns of significance in the narratives of the interviewed psychologists. A theoretical dialogue between Decoloniality, Political Ecology, Feminist and Critical Social Psychology, Border Critical Thought, and Buen Vivir is proposed. This dialogue allows redefining and broadening ideas of citizenship, democracy, human rights, and economic relations, using alternative forms of understanding and knowledge. It also challenges the definitions imposed by European modernity and explores alternative ways of exercising power and existing. Through this study, presented in the format of three articles, it is possible to understand that the work of psychologists involved in socio-environmental conflicts often interfaces with national and international justice systems. Therefore, it is important to reflect on how power manifestations occur around the procedures and processes of reparation, mitigation, and recovery, both individual and collective, of those affected by tailings dam failures. Beyond the more traditional role of Psychology in providing support and contributing to the processes of naming psychic suffering, psychologists can and should contribute to broadening the perception of social and environmental vulnerabilities present in a given territory. Thus, Social Psychology helps to bring to light the multiple subjectivities of populations affected by tailings dam failures, in order to formulate regulations, public policies, projects, and actions aimed at guaranteeing, protecting, and ensuring rights, emphasizing that the rights of this population invariably involve the territory, as their senses and meanings are revealed in the local dimension.

Keywords: Social Psychology; Tailings Dams; Care; Decoloniality; Disasters.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es mapear y analizar el campo de conocimiento y las prácticas producidas por psicólogas y psicólogos que trabajan en conflictos que involucran desastres resultantes de fallas en presas de relaves resultantes de la explotación minera. Se pretende analizar las narrativas y experiencias de estos profesionales que actúan en contextos derivados de desastres por colapso de represas en las ciudades de Brumadinho/MG y Mariana/MG, sugiriendo posibilidades de avances teóricos y prácticos que prioricen experiencias de afectados ignoradas, superpuestas e inviabilizadas en la búsqueda de reconocimiento, garantía y protección de derechos. Se trata de una investigación participativa, metodología que presupone procesos dialógicos continuos entre investigadores y participantes de la investigación, establecidos a lo largo del proceso de investigación como sujetos activos. Las estrategias metodológicas adoptadas incluyeron la revisión de literatura sobre estudios de contextos afectados por desastres socioambientales derivados de rupturas de represas de desechos minerales y entrevistas semiestructuradas realizadas con investigadoras e investigadores y profesionales de psicología que trabajan en las ciudades de Brumadinho/MG y Mariana/MG. Se empleó el enfoque de Análisis Temático para el análisis de las entrevistas, técnica que permitió identificar temas emergentes y patrones recurrentes de significancia en las narrativas de las psicólogas y psicólogos entrevistados. Se propone el diálogo teórico entre la Ecología Política, la Psicología Social Feminista y Crítica y el Pensamiento Crítico de Frontera. Este diálogo permite redefinir y ampliar conceptos de ciudadanía, democracia, derechos humanos y relaciones económicas, utilizando formas alternativas de comprensión y conocimiento. Además, desafía las definiciones impuestas por la modernidad europea y explora formas alternativas de ejercer el poder y de existir. A través de este estudio, presentado en forma de tres artículos, es posible comprender la participación de psicólogas y psicólogos en conflictos socioambientales frecuentemente se realiza en interacción con los sistemas de justicia nacional e internacional. Por lo tanto, es importante reflexionar sobre cómo se manifiestan las relaciones de poder que rodean los procedimientos y procesos de reparación, mitigación y recuperación, tanto individuales como colectivos, de las personas afectadas por desastres de ruptura de represas de desechos. Además de un papel más tradicional por parte de la Psicología, que ofrece apoyo y contribuye a los procesos de denominación del sufrimiento psíquico, las psicólogas y psicólogos pueden y deben contribuir a ampliar la percepción de las vulnerabilidades sociales y ambientales presentes en un determinado territorio. De este modo, la Psicología Social contribuye a visibilizar las múltiples subjetividades de las poblaciones afectadas por las rupturas de represas de desechos, con el fin de formular normativas, políticas públicas, proyectos y acciones en pro de la garantía, protección y efectivización de derechos, subrayando que los derechos de esta población pasan inevitablemente por el territorio, dado que sus sentidos y significados se revelan en la dimensión local.

Palabras clave: Psicología Social; Represas de Desechos; Cuidado; Decolonialidad; Desastres.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Informações das(os) entrevistadas(os).....	48
Tabela 1	As seis fases da análise temática.....	50
Figura 1	Trajeto dos rejeitos da Barragem de Fundação, desde o município de Mariana, Estado de Minas Gerais até a sua foz no Oceano Atlântico, no Estado do Espírito Santo.....	55
Figura 2	Trajeto da lama no Rio Paraopeba.....	56
Figura 3	Mapa do quadrilátero ferrífero, Minas Gerais, Brasil.....	81
Figura 4	Mapa da localização das barragens de rejeitos da mineração no quadrilátero ferrífero.....	84
Figura 5	Modelos circulares de gestão.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
AGE-ES	Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
AGE-MG	Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais
AGU	Advocacia-Geral da União
ANM	Agência Nacional de Mineração
APA	Área de Proteção Ambiental
CEPED	Centro Profissional de Educação a Distância
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPAM	Conselho de Política Ambiental
CPI	Comissões Parlamentares de Inquérito
EM-DAT	<i>Emergency Events Database</i>
GD	Governança a Desastres
GE	Gestão de Emergências
GR	Ações de Governança e Resposta
HSEM	Sistema Hierárquico de Gerenciamento de Emergências
IDNDR	Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
M/C	Modernidade/Colonialidade
MPMG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Unidas Nações
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

PREÂMBULO	12
O contexto por trás do texto.....	12
O percurso da caminhada.....	17
OBJETIVO	22
Objetivo geral.....	22
Objetivo específico.....	22
INTRODUÇÃO	23
Aportes teórico-metodológicos - O pensamento crítico de fronteira e decolonial.....	37
ARTIGO 1 – ROMPIMENTO DE BARRAGENS DE REJEITOS NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO, MINAS GERAIS, BRASIL: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL	52
1.1 A questão da mineração em Minas Gerais e as(os) atingidas(os).....	53
1.2 Desastres socioambientais, psicologia Social e as(os) atingidas(os)..	63
Considerações finais.....	75
Referências.....	77
ARTIGO 2 – ASPECTOS SOBRE A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS GERAIS	80
Introdução.....	81
2.1 Contextualização dos desastres.....	83
2.2 Desastres e catástrofes – uma questão social complexa.....	86
2.1.1 A evolução dos estudos de desastres.....	88
2.3 Abordagens para gestão de catástrofes e desastres.....	92
2.4 Metodologia de pesquisa.....	96
2.5 Discussão.....	98
2.5.1 Formação de bases tecnicistas.....	98
2.5.2 Perspectivas de cuidado em relação às pessoas envolvidas.....	99
2.5.3 Multidisciplinaridade e intersectorialidade.....	100
2.5.4 A identificação de violências.....	101
2.5.5 Importância da comunicação nas práticas de cuidado.....	102
Considerações finais.....	103
Referências.....	105

ARTIGO 3 – POR UMA LEITURA DECOLONIAL DA MINERAÇÃO E DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS GERAIS E POR UMA PSICOLOGIA NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER.....	109
Introdução.....	110
3.1 Modernidade, colonialidade e opção decolonial.....	114
3.2 Extrativismo mineral em Minas Gerais e as veias abertas dos desastres.....	118
3.3 Psicologia e a costura das veias abertas dos desastres.....	123
Considerações finais.....	131
Referências.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	148
APÊNDICE A.....	157
APÊNDICE B.....	159
APÊNDICE C.....	161

PREÂMBULO

Ao longo do século XVIII, a produção brasileira do cobiçado mineral superou o volume total de ouro que a Espanha extraiu em suas colônias durante dois séculos anteriores. Choviam aventureiros e caçadores de tesouros. O Brasil tinha 300 mil habitantes em 1700; um século depois, ao final dos anos de ouro, a população já se multiplicara por 11 vezes (GALEANO, 2010, p. 82).

O contexto por trás do texto

Esta pesquisa se iniciava quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou oficialmente a epidemia global da doença do Coronavírus (Covid-19) como uma pandemia, em 11 de março de 2020. No meio do desenvolvimento desta tese, em meados de 2022, a seriedade e a letalidade das doenças foram reduzidas devido às extensas campanhas de vacinação. No entanto, os impactos e efeitos do vírus continuam sendo um problema significativo no campo dos desastres de rompimentos de rejeitos.

Esta tese explora a influência da colonialidade e da “geopolítica do conhecimento” (MIGNOLO, 2003) na criação de desastres. É crucial reconhecer os efeitos do vírus em vários elementos da sociedade, da academia e da vida pessoal. Esses efeitos estão no contexto das minhas atividades de pesquisa, minhas funções docentes, da sustentabilidade do meu programa de pós-graduação e do escopo mais amplo dos esforços científicos dentro do país.

Em consonância com os ideais que promovo neste trabalho, busco engajar-me e me posicionar nas discussões, e me envolver nas organizações que aqui serão trabalhadas, desviando-me da expectativa acadêmica convencional de neutralidade. Esta saída é uma decisão consciente para lembrar a falta de discussão em torno do intenso sofrimento causado pela perda de vidas devido aos desastres de rompimento de barragens de rejeitos de Fundão, em Mariana/MG, e da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. Pretendo também abordar o desmantelamento das políticas públicas; as deficiências e a negligência das

autoridades; a quebra dos mecanismos de monitoramento e de controle ambientais; e a necessidade premente de medidas de saúde e cuidado mais eficazes. Além disso, esta tese examina as potencialidades dos conhecimentos e saberes das populações indígenas, atingidas, quilombolas e de profissionais da Psicologia, os repetidos ataques à ciência, à educação e à democracia, e as limitações impostas aos investigadores, cientistas, ativistas e movimentos sociais.

Dadas as circunstâncias, essa tese acadêmica não pode ignorar a banalização da vida e da mortalidade, e os retrocessos que estão ocorrendo no Brasil, no que concerne à perda evitável de vidas e as consequências do esquecimento e da invisibilidade das vítimas dos desastres de rompimentos de barragens, uma vez que no processo histórico em torno da atividade de mineração as mortes são uma realidade. Essas condições afetaram todos os esforços de estudo. Fazer pesquisa científica no Brasil se transformou em um ato de resistência, bem como em um empreendimento ousado para enfrentar e dismantelar uma estrutura colonial que sustenta a violência e a exploração de nossos corpos e terras.

Assim, registrar as consequências da pandemia em nossas vidas e estudos é uma forma de afirmar o estabelecimento de uma narrativa dominante em que os desastres e catástrofes, tanto no Brasil quanto no mundo, são uma realidade inegável. A pandemia expôs injustiças profundas e o rompimento de barragens também tem consequências generalizadas, intensificadas de forma chocante na atualidade, manifestando-se de várias formas com base na localização geográfica, gênero, raça, classe social, orientação sexual, idade, deficiência, situação de dependência, tipo de emprego, relações laborais e níveis de acesso digital; todos esses marcadores sociais se interseccionam sobre a figura das(os) atingidas(os) por rompimentos de barragens de mineração e em relação ao processo de reparação e mitigação de suas perdas e danos. A pandemia chamou a atenção para as desigualdades que antes se acreditava estarem diminuindo e que agora crescem, enfatizando as vulnerabilidades do acordo democrático estabelecido na Constituição Federal de 1988.

O retrato dominante da pandemia, influenciado pelos meios de comunicação social e de massa, frequentemente apresenta uma visão que exclui e diminui as experiências daquelas(es) que vivem nas periferias e nas fronteiras. A narrativa em torno do coronavírus e dos desastres adota geralmente uma mesma perspectiva. A vida é trivial. Portanto, é essencial encorajar discussões que possam apresentar

narrativas divergentes contra hegemonias, a partir de perspectivas locais que refletem diferentes situações geopolíticas. Nesta tese todas as experiências são sobrepostas, interacionadas com a vida, frente à epidemia. Meu desejo é promover uma abordagem científica que seja fortemente moldada pela “Decolonialidade do Conhecimento”. Essa abordagem aceita perspectivas marginalizadas e complexas, rejeitando noções de neutralidade, universalidade e também de objetividade do conhecimento.

Desde o início do projeto de pesquisa até a conclusão da tese, todos os aspectos deste estudo foram impactados pela naturalização da violência, da morte e da exploração. Sem dúvida, é provável que todos os aspectos da atividade científica brasileira em todas as universidades, sejam elas públicas ou privadas, tenham sido afetadas pela mesma fratura moral. Antes da pandemia, a vida acadêmica já tinha sofrido múltiplos ataques autoritários. Desde então, tornou-se ainda mais subvalorizada e incerta na rotina das(os) pesquisadoras. Qualificações negativas deste trabalho foram norma, uma vez que descrições como “visionárias(os)”, “missionárias(os)” ou “altruístas” são qualificações “negativas” de uma(um) pesquisadora(o) no Brasil.

Este estudo destaca a necessidade crescente de a Psicologia “equilibrar” novas responsabilidades éticas e profissionais com suas funções formativas em relação ao meio ambiente. A deliberada desconstrução e desvalorização das políticas governamentais nos domínios da Ciência, da Educação e da Cultura, juntamente com os retrocessos na legislação trabalhista, marginalizaram as práticas de ensino, pesquisa e extensão, reduzindo-as ao nível de “tarefas adicionais” ou de meros “passatempos” da construção e do saber científico.

A pandemia agravou desequilíbrios e retrocessos pré-existentes no sistema educacional brasileiro e o Ensino Superior não ficou isento dessa tendência. Os problemas foram agravados pela transição para o trabalho remoto, pela implementação de novas metodologias pedagógicas, por um número significativo de estudantes que interromperam os estudos por diversas razões e pelo desestímulo resultante de medidas de redução de custos por meio da reestruturação da convivência. As universidades públicas têm experimentado um aumento da utilização de professores substitutos temporários, resultando na precarização do trabalho acadêmico. Trata-se da introdução de estágios docentes em nível de pós-graduação com o objetivo de suprir a escassez de docentes, transferindo para os bolsistas as

atribuições de ministração de disciplinas e outros encargos. Essa circunstância significa uma precarização significativa e extensa da estrutura científica e educacional superior da nação.

Nas universidades brasileiras, especificamente nas pós-graduações na área de humanidades, há uma quantidade significativa de trabalho não remunerado, muitas vezes voluntário ou precariamente gratificado. O trabalho realizado pelos estudantes de pós-graduação muitas vezes não é reconhecido como uma atividade formal, fazendo com que suas atividades laborais sejam em grande parte invisibilizadas.

Conseqüentemente, a pandemia apresentou desafios significativos à continuação da investigação, exigindo ajustes de acordo com as recomendações de saúde e compromissos financeiros adicionais.

Dentro do nosso programa, a epidemia criou uma situação difícil. A insuficiente atribuição de bolsas por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) obriga muitos estudantes a procurarem trabalho extra para apoiar os seus esforços de vida. A disponibilidade insuficiente de recursos financeiros dificulta a pesquisa – especialmente de grupos historicamente desfavorecidos ou dependentes da assistência financeira para prosseguirem o desenvolvimento da ciência no Brasil.

As(os) estudantes de pós-graduação enfrentam desafios adicionais na sua procura por vagas de trabalho no Ensino Superior devido aos históricos cortes nos cargos docentes, à natureza instável das relações laborais e às exigências do trabalho remoto. Esses contratempos tornaram o esforço da pós-graduação mais difícil. Como pai de filho nascido na pandemia, conciliar trabalho e cuidados familiares tornou-se ainda mais complexo devido ao isolamento social e ao “novo normal”. Isto aumentou os obstáculos já existentes de gestão do trabalho remoto, com graves conseqüências à minha saúde mental.

Esta tese é o resultado de quatro anos e meio de intenso esforço como estudante de pós-graduação que, ao mesmo tempo, conciliava as responsabilidades docentes. Portanto, me sinto na obrigação moral e política de não suprimir as adversidades vividas durante esse processo. Como dito, a pesquisa foi desenvolvida durante a pandemia de Covid-19, que se mostrou um problema de saúde pública mundial e uma das crises mais graves enfrentadas pela nossa nação e pelo mundo. É crucial marcar o papel da pandemia e seus efeitos na vida da população, em

especial, na vida de pessoas marginalizadas e vulneráveis, tais como os atingidos e atingidas por rompimento de barragens. Dito isso, esse trabalho busca promover a democracia e aumentar o entendimento sobre as necessidades e a importância da educação e da saúde pública irrestritas, bem como o fomento público para o desenvolvimento da ciência e das pesquisas no Brasil. Escolhi perseverar diante dos desafios.

Registrar as crônicas experienciadas ao longo deste trabalho, na minha perspectiva única, é uma expressão de otimismo, num cenário de obstáculos internos e externos a esta pesquisa. Tenho consciência das vantagens e dificuldades que caracterizam minha identidade de homem, cisgênero, psicólogo, pessoa de classe média, percebida como branca, pai de um filho, doutorando com curto período recebendo bolsa e apoiado por uma rede que me ajuda a enfrentar os desafios do ensino remoto e as deficiências das políticas públicas. Sem dúvida, é um luxo escrever esta reflexão depois de terminar esta tese, considerando que numerosos investigadores que têm filhos não conseguiram chegar a este ponto, devido à complexa combinação de violências sistêmicas que pesquisadoras(es) enfrentam no Brasil. Apesar da minha posição relativamente privilegiada, muitas vezes senti medo de que meu progresso pudesse não ser completado.

Para encerrar esse “contexto por trás do texto”, gostaria de compartilhar um trecho do artigo de Gloria Anzaldúa, “Falando em línguas: uma carta às mulheres escritoras do Terceiro Mundo” (2000). A autora foi uma poderosa fonte de inspiração e resiliência ao longo de minha jornada.

Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? [...] Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. [...] Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000).

O percurso da caminhada

Comecei a interagir com comunidades atingidas pelo rompimento de barragens de rejeitos da mineração em 2014, durante minha pós-graduação (doutorado em Geografia). A interação ocorreu com as(os) atingidas(os) da cidade de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais. Essas pessoas foram obrigadas a conviver com os impactos da mineração devido à construção da Mina do Sapo e do mineroduto Minas-Rio, hoje administrados pela multinacional Anglo American. Como parte da minha inserção nesse território, destaco que fui coordenador do Projeto Socioambiental de Ações do Programa Polos de Cidadania,¹ da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Comarca de Conceição do Mato Dentro, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Estive envolvido no processo de mobilização e organização das comunidades atingidas e na reparação das perdas e danos envolvendo a população local e a mineradora. Essa iniciativa foi uma resposta ao vazamento da barragem de rejeitos da Anglo American, responsável por diversos impactos sociais e ambientais na região. Esse esforço resultou na publicação do artigo que virou um capítulo no livro de Freitas, Oliveira, Avarenga e Solsona (2018), intitulado “Violaciones de Derechos Humanos, Poder y Estado”,² e de dois livros, “Com o coração mais avexado: estudo sobre os danos provocados nas famílias da comunidade cabeceira do turco, distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, município de Conceição do Mato Dentro/MG, Brasil”,³ e Violências de

1 Polos de Cidadania é um programa transdisciplinar e interinstitucional de extensão, ensino e pesquisa social aplicada, criado em 1995, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, voltado para efetivação dos direitos humanos de pessoas, famílias e comunidades vulnerabilizadas e em trajetória de risco social e ambiental e a construção de conhecimento a partir do diálogo entre os diferentes saberes. Ver: POLOS DE CIDADANIA. **Quem somos**. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/quem-somos>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

2 FREITAS, A. L. D.; OLIVEIRA, L. F.; AVARENGA, M. C.; SOLSONA, G. M. Violaciones de Derechos Humanos, Poder y Estado. In: DIAS, A. F. F. (Org.). **Dependencia Mineira, Violaciones de Derechos y Silenciamientos en el Contexto de Conflictos Socioambientales em Dom Joaquim, Minas Gerais**. 1. ed. Vol. 1. Belo Horizonte: Paco Editora, 2018.

3 FREITAS, A. L. D.; OLIVEIRA, L. F. (Org.). **Com o coração mais avexado**: estudo sobre os danos provocados nas famílias da comunidade cabeceira do turco, distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, município de Conceição do Mato Dentro/MG, Brasil. 1. ed. Vol. 1. Belo Horizonte: SCIENZA, 2017.

Mercado e de Estado”,⁴ ambos escritos e organizados em parceria com André Luiz Freitas Dias.

A iniciativa do MPMG junto ao Polos visava à garantia, efetivação e proteção dos direitos dos atingidos e atingidas, bem como de crianças e adolescentes de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, todas cidades do interior de Minas Gerais, além de facilitar e promover a transição da comunidade em relação à minério-dependência, incentivando-a a buscar apoio para novas práticas sociais, culturais e econômicas.

O profundo vínculo com as comunidades e as histórias de suas terras destruídas pelo projeto nacional de incentivo à mineração despertou minha curiosidade e o desejo de continuar envolvido no tema. Essa ideia me motivou a desenvolver minha proposta de pesquisa para o doutorado, que iniciei em 2020, logo após concluir minha primeira experiência sistemática no campo de pesquisa em questão.

Enquanto cursava o doutorado, passei a lecionar em cursos de graduação em Psicologia, em uma universidade particular de Divinópolis/MG. Minha posição docente melhorou muito meu engajamento nos debates teóricos e epistemológicos relativos às políticas de assistência social, incluindo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas), implementado a partir de 2003.

Além disso, durante esse período, prestei serviços como bolsista para o Projeto Brumadinho UFMG, participando do acompanhamento das ações do comitê técnico-cinético do projeto e coordenando o Núcleo de Comunicação nas áreas de relacionamento com a comunidade.

Meu projeto de mestrado baseou-se na utilização de abordagens etnográficas e de história oral. O foco foi coletar histórias e entrevistas de mulheres de favela em processo de remoção forçada devido a políticas de urbanização em favelas da cidade de Belo Horizonte. Essa investigação me permitiu registrar os costumes verbais, os conflitos e as ações de desobediência que surgiram durante o procedimento de confisco por parte do Estado. Durante esse período, ainda não me tinha familiarizado

4 FREITAS, A. L. D.; OLIVEIRA, L. F. (Org.). **Violências de Mercado e de Estado**. 1. ed. Belo Horizonte: SCIENZA, 2018.

com as teorias pós-coloniais e decoloniais. No entanto, meu envolvimento com a comunidade foi motivado por um desejo sincero de assimilar o conhecimento transmitido através das narrativas daquelas mulheres. Essas histórias criticavam frequentemente a explanação prevalecente do desenvolvimento e da modernização obrigatória que a urbanização impôs à sua cidade. Na minha dissertação, “Sem lugar: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte” (OLIVEIRA, 2014),⁵ assumi o papel de aprendiz.

Os testemunhos preocupantes das comunidades sobre a remoção forçada e a abordagem autoritária das iniciativas de bem-estar destinadas a melhorar e modernizar as áreas de favela fizeram-me acreditar na relevância da minha investigação. Nesse período, houve uma notável quantidade de estudos e intervenções que focavam nos efeitos da destruição de territórios nas pessoas e comunidades, fruto de injustiças sociais e ambientais. Como resultado, decidi fazer uma pausa nas atividades acadêmicas para contemplar profundamente o significado da minha pesquisa. Essa reflexão e esse distanciamento foram permeados pelo esmagador sentimento de impotência, causado pelas evidentes injustiças, disputas e sofrimentos partilhados ao longo da dissertação.

Depois desse afastamento, e me sentindo fortalecido pelo crescimento profissional e pelo aprimoramento das interlocuções com os estudos decoloniais, desenvolvi maior compreensão da importância de propor minha pesquisa com base nos desejos expressos, resultado da minha caminhada acadêmica, profissional e pessoal. Essa abordagem ajudou-me a evitar a imposição de intervenções presunçosas de “salvamento de vidas” ou de “desenvolvimento”. Por meio desse processo de reflexão, consegui situar a minha tese em um novo contexto, permitindo-me reconhecer e expressar sua função na representação da oposição ao colonialismo e no apoio à resistência das pessoas e comunidades atingidas por atividades de extração de minério, e em contexto de rompimento de barragens.

Após iniciar meu doutorado na Psicologia Social, voltei para Belo Horizonte/MG, atraído por uma oportunidade de trabalho. Observei a carência de

5 OLIVEIRA, L. F. **Sem lugar**: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte. 2014. 76f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30091>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

discussões acerca de temas envolvendo conflitos socioambientais na formação em Psicologia. Além disso, estava situado próximo a uma vasta reflexão de profissionais imersos nos impactos da temática na formação profissional da categoria.

As populações atingidas e mais afetadas e impactadas pelos desastres de rompimento de barragens usualmente são compostas principalmente por trabalhadoras(es) rurais e pessoas de ascendência indígena e negra, que dependiam de empregos informais e instáveis como diaristas nas fazendas da região. Essa constatação interessou-me porque me permitiu criar de forma independente reflexões internas acerca da atuação do psicólogo e da psicóloga em colaboração com diversas iniciativas e projetos com as comunidades locais, centrado na responsabilidade social, melhorando a qualidade de vida, a saúde, o cuidado, o acolhimento e a educação, na garantia, proteção e efetivação dos direitos e na reparação integral das perdas e dos danos vivenciados pelas comunidades atingidas por barragens de rejeitos.

Dediquei um total de dez anos de atuação, especializado no campo da mineração e dos desastres. Nos últimos quatro meses, voltei a atuar de forma profissional no processo de reparação na Bacia do Paraopeba/MG, como coordenador do Projeto denominado Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) do Paraopeba e Represa de Três Marias CAMF/LATACI.⁶

No entanto, foram as dificuldades éticas e políticas que enfrentei que me levaram a contemplar articulações profundas entre os temas desta pesquisa e os abordados em meu mestrado. Essas reflexões se tornaram os conceitos fundamentais para o tema de estudo da minha tese. Isso se fortaleceu notavelmente em 2019, logo após minha saída da Polos de Cidadania, quando a barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, se rompeu.

Enquanto era aluno da pós-graduação em Psicologia Social, observei com atenção as experiências de outras(os) colegas psicólogos e psicólogas envolvidas(os) com o processo de reparação diante dos desastres de Mariana/MG e Brumadinho/MG, muitas(os) atuando nos processos de reparação e na luta por direitos das pessoas e comunidade atingidas. Minha caminhada ao longo deste

⁶ LATACI. **Projeto P 202201 (CAMF)**. Disponível em: <https://lataci.org/p202201/>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

trabalho se deu sob forte influência da Coletiva Urucum Girassol,⁷ que tem como principal objetivo reflorestar a Psicologia com os saberes e práticas de comunidades indígenas e quilombolas. Esse coletivo pertence ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes da UFMG⁸ e, desde a graduação, vem me acompanhando nas minhas pesquisas acadêmicas e na minha trajetória de vida.

Nesta tese, pude interseccionar a minha caminhada profissional, individual e também coletiva junto a colegas envolvidas(os) no tema de pesquisa, englobando as minhas curiosidades e insatisfações teóricas e práticas por meio do papel de pesquisador; as reflexões construídas nos percursos acadêmicos desbravados; as minhas experiências familiares, essenciais como núcleo de apoio; as análises e emoções frente às interações com as histórias das famílias atingidas e os questionamentos do acompanhamento de perto dos procedimentos de compensação e reparação realizados pelas empresas e pelo Estado.

Diante deste relato, acredito que ganhei uma compreensão mais forte dos padrões repetitivos que havia identificado anteriormente em minha pesquisa de mestrado sobre pessoas em situações de vulnerabilidades e na minha atuação enquanto docente e psicólogo. Essa compreensão mais profunda do tema, juntamente com a minha experiência em primeira mão do funcionamento interno e das pressões enfrentadas por profissionais da Psicologia, solidificou a minha determinação em analisar criticamente as práticas em que as(os) psicólogas(os) e a Psicologia se envolvem quando em imersão em contextos de mineração de desastres de rompimento de barragens.

7 SEMINÁRIO REFLORESTAR A PSICOLOGIA. **Junto aos Povos Indígenas e Quilombolas**. Belo Horizonte, 07 de outubro de 22. Instagram: @reflorestarapsicologia. Disponível em: <https://www.instagram.com/reflorestarapsicologia/>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

8 O Núcleo busca colaborar, desde sua fundação (2012), com o debate e a implementação de políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras e de enfrentamento às desigualdades no país. Ver: NÚCLEO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO CONEXÕES DE SABERES – UFMG. **O Núcleo busca colaborar, desde sua fundação (2012), com o debate [...]**. Facebook: conectandosaberessufmg. Belo Horizonte, 01 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://l1nk.dev/dyycj>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Mapear e analisar o campo de conhecimento e as práticas produzidas por psicólogas/os que atuam em conflitos envolvendo desastres de rompimentos de barragens de rejeitos decorrentes da exploração mineral no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, Brasil.

Objetivo Especifico

- Mapear as produções acadêmicas no campo da Psicologia que possuem como objeto temáticas relacionadas a desastres de rompimento de barragens de rejeitos;

-Mapear por meio das produções acadêmicas as(os) psicólogas(os) que atuam/atuaram em contextos de desastres de rompimento de barragens de rejeitos envolvendo a extração mineral.

-Identificar as perspectivas epistemológicas e metodológicas que balizaram a produção acadêmica e a atuação prática destes profissionais;

-Aprimorar caminhos epistemológicos e metodológicos que contribuam para a evidenciação dos danos socioambientais com os quais as comunidades atingidas convivem cotidianamente em seus territórios.

-Compreender os processos de silenciamento e desautorização vivenciados por pessoas e comunidades atingidas por desastres de rompimento de barragens que se relacionam com a atuação acadêmica e profissional de psicólogas(os).

INTRODUÇÃO

A indústria de extração mineral desempenha papéis cruciais na estrutura do capitalismo financeiro globalizado. Essas empresas incorporam um estereótipo definido por qualidades como ser branco, fisicamente poderoso, masculino, bem-sucedido, politicamente conservador e autoritário. Esse arquétipo reforça a posição dominante de um sujeito universal, que atua de acordo com a mão invisível do mercado, conforme descrito metaforicamente por Adam Smith (2003). Grosfoguel (2008) observou que essa figura representa várias hierarquias globais interconectadas, incluindo heterossexualidade, branquitude, patriarcado, cristianismo, militarismo, capitalismo e domínio europeu, que foram historicamente impostas às Américas e se entrelaçaram ao longo de diferentes períodos e locais.

Durante mais de 500 anos, a prática de extração de recursos e a resultante perturbação das estruturas econômicas e sociais tradicionais permitiram que essas empresas dominantes continuassem ampliando suas operações até o momento contemporâneo. Estão na vanguarda da exploração, procurando constantemente oportunidades para acumular riqueza e protegendo fortemente a “matriz do poder colonial” (QUIJANO, 2005). Ocupando o mais alto nível das hierarquias de poder, suas práticas são frequentemente definidas pela perspectiva da racionalidade técnico-instrumental ligada à modernização, que é retratada de forma imprecisa como imparcial, não ideológica ou apolítica.

Esses atores dominantes no poder permitem ao mercado expressar, justificar e reforçar o controle do capital sobre outras pessoas e áreas físicas. Suas técnicas de gestão são concebidas para sustentar, rejuvenescer e fazer avançar a mecânica da acumulação do capitalismo, ao mesmo tempo que fortalecem o sistema contra as suas fraquezas e contradições inerentes. Para compreender o sistema econômico moderno, é essencial analisar minuciosamente o processo financeiro global, que é exemplificado pelas grandes corporações multinacionais. Esses conglomerados têm um papel vital na continuação da acumulação do capitalismo, afetando tanto os corpos físicos como as áreas geográficas e os sistemas de conhecimento.

O Capitalismo Hegemônico é resultado da divisão contemporânea do poder, influenciado pela lógica normativa da Modernidade e pela racionalidade técnico-

instrumental da modernização. Esses conceitos estão intimamente ligados à colonialidade e à colonização. A modernidade, nesse contexto, refere-se a uma lógica normativa que começou com a chegada de Colombo à América. Este continente era visto como vazio e pronto para ser reivindicado. Esse incidente assinalou o início de uma visão de mundo eurocêntrica que marginalizou todos os outros mundos para a periferia. A racionalidade normativa da modernidade idealiza o conceito de ser moderno, ocultando a existência de outras perspectivas e explorando espaços físicos, populações e sistemas de conhecimento em nome da assimilação (DUSSEL, 1994; 2005; LECHNER, 1990). A modernização diz respeito ao avanço de uma racionalidade técnico-instrumental que enfatiza a capacidade de prever e controlar processos sociais e naturais (LECHNER, 1990). É uma busca constante por aprimorar métodos e tecnologias para dominar efetivamente o “outro” e atender às exigências do “sujeito moderno”.

Aníbal Quijano (2005) defende que a Modernidade surgiu pela adoção de um paradigma de subjetivação baseado numa dinâmica centro-periferia, na qual o eurocentrismo é a referência do ser, do conhecimento e do poder (DUSSEL, 2005).

Cabe aqui explorar a distinção entre colonialismo e colonialidade. O colonialismo refere-se aos aspectos concretos da colonização, tais como os sistemas jurídicos, políticos e econômicos utilizados pelos Estados europeus para governar as colônias. Por outro lado, a colonialidade refere-se aos aspectos intangíveis que continuam a existir mesmo depois de as colônias terem alcançado a independência. Abrange as formas duradouras pelas quais os indivíduos estão sujeitos a certas normas e valores, afetando tanto os aspectos físicos como pessoais da vida diária e as estruturas sociais (QUIJANO, 2009).

O conceito de acumulação capitalista teve origem no século XVI, por meio de táticas extrativistas na ligação geopolítica com o “Novo Mundo”. A justificativa para essa relação era que o Novo Mundo tinha capacidade para atender às necessidades dos centros capitalistas em crescimento (ACOSTA, 2011; 2016). O extrativismo não é apenas uma etapa temporária do capitalismo, mas sim a sua base fundamental, um requisito necessário para a própria existência do capitalismo (ARÁOZ, 2020). O modelo de gestão da produção baseado nas operações extrativas vai além da simples apropriação dos recursos naturais; essencialmente converte corpos, territórios e

sistemas de conhecimento em recursos a serem explorados com o objetivo de acumular riqueza (GUDYNAS, 2016).

O neoextrativismo é um conceito que surgiu no século XXI, indo além do extrativismo clássico ao envolver a expropriação de corpos, territórios e epistemes. Nessa abordagem, o Estado tem um papel crucial tanto na aquisição de excedentes como na sua dispersão, gerindo eficazmente a legitimidade social, apesar das consequências sociais e ambientais negativas associadas a essas ações (GUDYNAS, 2016). O neoextrativismo surgiu durante os governos progressistas de esquerda na América Latina, desempenhando um papel nas suas conquistas iniciais, bem como nas dificuldades enfrentadas mais tarde.

Os países latino-americanos, na sua busca pelo desenvolvimento, apoiaram e fortaleceram grandes empresas transnacionais que hoje funcionam como “enclaves econômicos” (MBEMBE, 2018) – tanto legal quanto ilegalmente – profundamente interligados com o controle de indivíduos, territórios e sistemas de conhecimento. Na América Latina, os “enclaves econômicos” transnacionais envolvem-se principalmente nas indústrias extrativas e na produção de mercadorias. Isso inclui atividades como a mineração, a monocultura, a pecuária, a caça e a pesca ilegais, bem como o tráfico de espécies naturais. Simultaneamente, a indústria energética, especificamente a de hidroeletricidade, que apoia principalmente essas operações extrativas e agrícolas, é uma componente crucial dessa rede.

Não por acaso, diante do progressismo reinante, o extrativismo voltou a instalar fortemente a ilusão desenvolvimentista, traduzida na ideia de que, graças às oportunidades oferecidas pelo novo auge das commodities e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado, seria possível alcançar o desenvolvimento (SVAMPA, 2019, p. 21).

Os paradigmas econômicos que sustentam o desenvolvimento do Brasil e de toda a área latino-americana baseiam-se em grande parte na exploração de recursos e na perda de vidas humanas. A lógica fundamental por trás desses sistemas está enraizada nos conceitos de genocídio, ecocídio e epistemicídio (ARÁOZ, 2020). Uma parte considerável dessa violência predatória, que visa indivíduos, regiões e sistemas de conhecimento, ocorre em áreas não autorizadas, organizada por milícias armadas e garimpeiros utilizando desastres e massacres como meios deliberados e sistemáticos para expandir o controle. O assassinato de várias(os) indígenas em seus

respectivos territórios em todo o Brasil, bem como o homicídio do ativista indígena Cacique Merong Kamakã, cujo corpo foi encontrado em sua casa, no Território Multiétnico Kamakã Mongoió (em 2024), que lutava pela retomada de terras devastadas pela mineração que foram expropriadas de seu povo e seus parentes. A vida deste herói nos serve como fato histórico concreto do extermínio que ainda se mantém em curso no Brasil.⁹

Por outro lado, muitos elementos desses desastres são legalmente continuados por empresas estabelecidas, que têm acesso irrestrito aos mais altos níveis de poder formais e informais, e as suas ações violentas são consideradas legítimas pelas instituições oficiais. Esses atos de violência não são ocorrências únicas, mas fazem parte de um sistema e acontecem repetidamente. Paradoxalmente, não resultam no colapso ou na ruína financeira dessas organizações. Em vez disso, solidificam o seu controle, intensificando a sua capacidade de prejudicar e manipular as pessoas de quem se aproveitam.

A Vale S.A., com sede na América Latina, é a maior mineradora e principal operadora logística da região. Além disso, ocupa posição de liderança mundial na exploração de minério de ferro e níquel, realizando atividades em 20 países diferentes. Foi fundada inicialmente como empresa estatal em 1942, por Getúlio Vargas. O processo de privatização começou em 1997, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, que manteve certo nível de influência governamental sobre a empresa. Em 2017, durante a gestão de Michel Temer, a Vale S.A. foi privatizada com sucesso e listada na Bolsa de Valores Brasileira.

Em 2021, a Vale S.A. foi reconhecida como a empresa mais valiosa das bolsas de valores do Brasil e da América Latina, segundo a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca, 2021). Devido ao seu significativo porte, a alta administração da Vale S.A. recebe frequentemente atenção da mídia especializada e é considerada pelo mercado como modelo de sucesso, expertise e influência. Embora os funcionários tenham autoridade de gestão no quadro operacional, à semelhança de seus salários e benefícios, o que os diferencia de seus pares em outras empresas de capital aberto no campo da mineração é que eles recebem remuneração e

9 CFC – Conselho Federal de Psicologia. CDH/CFP destaca memória e contribuições do cacique Merong Kamakã à Psicologia brasileira. 2024. Disponível em: <https://encr.pw/fiOSF>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

benefícios fortemente vinculados à rentabilidade média das ações. Essa compensação é muitas vezes parcialmente paga por meio de títulos da empresa e de divisão dos lucros. A estrutura de remuneração prioriza principalmente os interesses dos acionistas, potencialmente desconsiderando o bem-estar do meio ambiente e das comunidades locais atingidas negativamente por suas atividades econômicas.

A estrutura salarial garante naturalmente que os interesses financeiros da administração estejam alinhados com a dinâmica do mercado. Isso encoraja as empresas a darem prioridade aos interesses privados e de mercado nas suas estratégias operacionais e de comunicação. Esse método separa efetivamente as pessoas das suas posições como trabalhadoras, integrando suas ações no quadro mais amplo das operações de mercado e da procura da maximização do valor para os acionistas.

Por trás da aparente neutralidade, é preciso que compreendamos os fundamentos e as características desse poder que evoluiu consideravelmente no tempo. [...] Entre as direções, cada vez mais submetidas à pressão dos acionistas, e o enquadramento que tenta inventar mediações entre lógicas contraditórias, o poder gestor fica obscurecido. Torna-se difícil identificá-lo por causa da distância crescente entre, de um lado, sistemas de organização complexos, reticulares (em rede), transnacionais, virtuais e, por outro lado, os indivíduos encarregados de pô-los em prática (GAULEJAC, 2007, p. 37).

No contexto do capitalismo financeiro informacional, a propriedade dos meios de produção torna-se mais generalizada e impessoal. Grandes fundos de investimento, conglomerados financeiros e inúmeras pessoas participam de transações com ações em todo o mundo por meio de negociações informatizadas imediatas. Esses participantes frequentemente se envolvem em movimentos de ações sem conhecimento direto das empresas envolvidas. A economia global transforma-se num estabelecimento de jogo virtual expansivo, constantemente interligado com os mercados financeiros em todo o mundo, mas desligado dos efeitos práticos sobre as experiências cotidianas das comunidades nos territórios.

Vincent de Gaulejac (2007, p. 45) descreve esse fenômeno como a combinação da globalização e da informatização das bolsas de valores, que transforma o mundo num grande cassino onde a busca pela prosperidade financeira tem precedência sobre os métodos de produção e as políticas econômicas das nações. Essa lógica

financeira tem influência em todos os aspectos da sociedade, incluindo a economia, as ligações sociais e emocionais, a política, a filosofia, as epistemologias e as ciências.

Nos últimos dez anos, a Vale S.A. esteve ligada a dois grandes desastres socioambientais em Minas Gerais, no Brasil, ambos causados pelo rompimento de barragens de rejeitos de minério de ferro. A barragem da Fundação da Mina de Germano, que estava sob operação da Samarco – uma colaboração entre Vale S.A. e BHP Billiton –, sofreu um rompimento em Mariana/MG, no ano de 2015. Em 2019, ocorreu outra catástrofe com o rompimento da barragem B1, localizada no Córrego de Feijão, em Brumadinho/MG. Embora esses desastres tenham causado enormes danos sociais e ambientais, e gerado um grave impacto local e regional, as operações e as perspectivas comerciais da Vale S.A., paradoxalmente, não apenas permaneceram inalteradas, como na verdade tiveram um crescimento substancial no valor de mercado. Essa circunstância realça uma desconexão preocupante entre o sucesso financeiro das empresas e sua disposição em assumir a responsabilidade pelas obrigações ambientais e sociais.

No rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, em 2015, a Vale S.A. foi implicada como coproprietária da Samarco e como empresa corresponsável. A Vale S.A. utilizou a barragem para descartar rejeitos da mina Alegria, em Ouro Preto/MG, localizada ao lado da mina Germano. O Ministério Público Federal alegou que as empresas não conseguiram avaliar com precisão o uso compartilhado da barragem, resultando em um estresse excessivo na estrutura e na subsequente quebra dos sistemas de contenção. No entanto, a Vale S.A. reduziu com sucesso os efeitos negativos sobre a sua reputação corporativa ao afirmar que não tinha envolvimento direto nas operações diárias da Samarco e que o uso da barragem de Fundão estava especificado em um acordo contratual entre as duas mineradoras.

Nesse período, a Vale S.A. assinou o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que foi uma proposta das empresas à União e ao Ministério Público Federal para a criação de um fundo administrado pela Fundação Renova para medidas de compensação e reparação.

Em 25 de janeiro de 2019, a Vale S.A. esteve envolvida em outra calamidade, com o rompimento da barragem B1 da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. A empresa era proprietária direta dessa barragem e seu rompimento causou a morte

de 270 pessoas (incluindo duas mulheres grávidas), impactando os mineiros e os habitantes locais à jusante. Diferentemente da situação de 2015, a mineradora tinha responsabilidade exclusiva pela operação da barragem, eliminando-se qualquer chance de se distanciar das obrigações diretas, como havia feito no desastre anterior. Entretanto, a Vale S.A. teve grande visibilidade, participando ativamente de inúmeras coletivas de imprensa, com entrevistas e vídeos institucionais divulgados nas plataformas de rede social da empresa e em canais selecionados da grande mídia. Por meio desses esforços, construiu cuidadosamente a sua própria versão dos acontecimentos.

Além disso, um estudo realizado pelo Brasil de Fato (DOTTA, 2019) enfatizou que a Vale S.A. empreendeu um esforço publicitário significativo, investindo centenas de milhões de reais para moldar a forma como a mídia a apresenta. Isso incluiu campanhas publicitárias generalizadas em diversas plataformas de mídia, como televisão, rádio, YouTube®, Google Ads® e jornais, a fim de transmitir o seu ponto de vista sobre os fatos. Significativamente, vários anúncios em plataformas como a Rede Globo, Google® e estações de rádio e jornais foram apresentados num formato semelhante ao material editorial, sem indicações claras de que se tratava de anúncios patrocinados. Essa omissão deliberada confundiu a distinção entre propaganda corporativa e reportagem jornalística (DOTTA, 2019).

O poder presente nas corporações abrange as estruturas organizacionais e hierárquicas que apoiam e legitimam a autoridade econômica, tanto no setor privado quanto no público. Isso resulta no estabelecimento da prerrogativa da gestão para supervisionar e controlar as operações (NEWMAN; CLARKE, 2012). Devido à globalização dos mercados financeiros, o conceito de gerencialismo, ou a crença no poder da gestão, foi descrito por Gaulejac (2007, p. 65) como a “ilusão de poder ilimitado, controle completo, imparcialidade de métodos e a formação do comportamento humano”. Esta ideologia tem exercido progressivamente um impacto mundial, fortalecendo o método capitalista de produção de bens e serviços, e consolidando os seus enquadramentos em muitas situações.

O gerencialismo é uma ideologia que legitima direitos ao poder, especialmente ao direito de gerir, construídos como necessários para alcançar maior eficiência na busca de objetivos organizacionais e sociais. Em segundo lugar, o gerencialismo é uma estrutura calculista que organiza o conhecimento sobre as metas organizacionais e os meios para alcançá-las. Usualmente está estruturado em torno de um cálculo interno de eficiência (entradas-saídas) e um cálculo externo de posicionamento competitivo em um campo de relações de mercado. Contudo, o gerencialismo também é uma série de discursos superpostos que articulam proposições diferentes – até mesmo conflitantes – a respeito de como gerir e do que deve ser gerido (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 359).

A noção do direito de gerir vai além de qualquer cargo específico ou líder individual; origina-se da gerencialização – exercício metódico da autoridade gerencial que converte todos os atos humanos em potenciais perspectivas comerciais. Esse poder é definido pela capacidade de realizar operações organizadas com o objetivo de maximizar lucros, minimizar custos e acelerar a produção de valor no menor tempo possível. A regulação da gerencialização tem crescido por meio da divisão do trabalho e do capital, a fim de garantir um crescimento consistente e rápido do valor para o acionista (GAULEJAC, 2007). Apesar de sua condição de empresas extrativistas primárias e grandes poluidoras, com suas posições privilegiadas e rendimentos significativos, elaboram estratégias empresariais que priorizam abordagens mais eficientes e “inovadoras” para acumular capital. No entanto, quando confrontadas com as calamidades e consequências prejudiciais ligadas à força visível e invisível que simbolizam, essas empresas dominantes tentam frequentemente transferir a culpa.

Em agosto de 2020, cerca de 18 meses após as investigações iniciais, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública na 1ª Vara Federal de Belo Horizonte. A ação judicial foi baseada em uma coleção de documentos probatórios e conclusões da Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) do Senado Federal. A alegação oficial afirmava que a Vale S.A. estava ciente das fraquezas estruturais da barragem já em 2003.

Esse pleito decorre da constatação de que, apesar do que afirma publicamente, a VALE S.A. desenvolveu, ao longo do tempo, **uma cultura interna de menosprezo aos riscos ambientais e humanos**, decorrentes da atividade que desempenha, permitindo-se, **sistematicamente**, apropriar-se do lucro das suas operações, ao mesmo tempo em que externaliza, para a sociedade, os riscos e efeitos deletérios de seu comportamento, em uma verdadeira situação

de **irresponsabilidade organizada**. Embora as manifestações mais visíveis desse comportamento sejam os desastres de Mariana e Brumadinho, esta petição apresenta evidências de que **essa conduta está disseminada na cultura institucional** da ré, conforme se depreende da situação de risco de diversos outros empreendimentos de sua responsabilidade (MPF, 2020, grifo nosso).

A economista Beatriz Saes (2019) liderou um abrangente estudo internacional que envolveu pesquisadoras(es) e organizações não governamentais de diversos países. A pesquisa analisou meticulosamente mais de 30 crimes e conflitos graves que estavam diretamente associados às atividades da Vale S.A. no Brasil e em 27 outros países. A investigação identificou várias transgressões significativas, que incluem:

[...] violações de direitos humanos, processos de licenciamento ambiental e compensações questionados, multas ambientais não pagas, danos irreversíveis ao meio ambiente e destruição do modo de vida de populações indígenas e tradicionais [...] que mostram como as negligências, o descaso e a insegurança, sentidos pelas populações afetadas pelas tragédias de Brumadinho e Mariana são reproduzidos sistematicamente pela Vale (SAES, 2019, on-line).

As operações da Vale S.A. no Estado do Pará, localizadas na região da Amazônia Legal, têm estado consistentemente envolvidas em repetidas violações há muitos anos, embora recebam menos cobertura da mídia nacional. Essas atividades abrangem o estabelecimento, funcionamento e gestão das minas S11D e Carajás, que constituem o mais extenso complexo de mineração de minério de ferro a céu aberto do mundo. Além disso, a empresa está implicada em ofensas sociais e ambientais, e violações de direitos humanos associadas à Norte Energia, entidade proprietária da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com a qual a Vale S.A. mantém parceria (BARCELLOS, 2021). Em maio de 2021, a Assembleia Legislativa do Pará instituiu uma CPI para investigar indícios de ações ilícitas da Vale S.A. no Estado, abrangendo aspectos ambientais, sociais e fiscais (BARCELLOS, 2021).

O histórico de repetidas ofensas e alegações de danos ambientais e sociais da Vale S.A. indica que cada desastre que causa em uma determinada área não pode ser avaliado de forma independente. Além disso, a mineração tem uma longa história como causadora de danos significativos a regiões abundantes em recursos subterrâneos, que remonta à era da colonização. Isso tem sido discutido por diversos

autores como Acosta (2016), Aráoz (2020), Dilger, Lang e Pereira Filho (2016), Porto-Gonçalves (2020) e Svampa (2019). Para compreender completamente a influência da Vale S.A., é importante não apenas analisar suas histórias localizadas e específicas, mas também explorar os discursos subjacentes que moldam suas práticas.

O exame das entrevistas com profissionais do campo da Psicologia que enfrentam em seu cotidiano as consequências, os efeitos e os impactos dos desastres da Vale S.A. nos casos de Fundão e do Córrego do Feijão, com atuação nos mais variados níveis sociais, ao longo deste período de dez anos, oferece uma compreensão valiosa de como a colonialidade se expressa na preservação e na continuação de estruturas coloniais que perpetuam genocídios, ecocídios e epistemicídios no Brasil e na América Latina.

Para conduzir essa investigação de forma eficaz, é crucial ter uma compreensão profunda do impacto histórico da colonização, que molda a convergência de interesses entre o colonizador e o colonizado. Contudo, esse alinhamento assume um novo significado à medida que os modelos de acumulação de capital mudam de acordo com circunstâncias específicas.

Quando se trata de grandes empresas multinacionais e desastres, o trabalho da(o) psicóloga(a) exige que ela(e) tenha uma habilidade sofisticada para lidar com os interesses de diferentes grupos, como governos, trabalhadores técnico-operacionais, organizações parceiras, mídia, sociedade civil, poder público, organizações não governamentais, instituições de justiça, movimentos sociais e mais uma lista de interlocutores possíveis e improváveis. Essa necessidade torna-se especialmente evidente durante o evento de crise, quando as práticas de cuidado e saúde das populações atingidas são o diferencial entre a vida e a morte.

A Governança Global de Desastres é definida como um conjunto de técnicas destinadas a organizar e maximizar eficazmente as redes de acolhimento, saúde, cura e sobrevivência, entre outras possibilidades. É considerada uma prática social que envolve interações complexas entre vários elementos, como linguagem, símbolos, componentes físicos, os papéis nas relações sociais e institucionais, e os diversos aparatos estatais e sociais. Além disso, a gestão de crises é influenciada pelos conceitos organizacionais de tempo e espaço (RESENDE, 2016).

Nesse quadro, nos processos de reparação e mitigação, as empresas possuem autoridade gerencial substancial, capaz de traduzir diretrizes estratégicas em ações concretas que exemplifiquem as ideias dominantes do mercado. Essa transição requer desempenhos qualificados em mediações linguísticas e semióticas que abrangem domínios econômicos, políticos e simbólicos. A influência e o poder do setor extrativista mineral são ampliados pelos recursos financeiros de que dispõem e pelo efeito das empresas no desempenho econômico do país – o que, a seu turno, fortalece sua capacidade de controlar as esferas de poder instrucionais e, por consequência, as discussões públicas.

Este estudo utiliza o quadro teórico proposto pelo grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) e a crítica decolonial para argumentar que a exploração presente no campo do extrativismo mineral, capitaneada pelas grandes corporações, está profundamente enraizada no sistema colonial. O exercício do poder das empresas e do Estado é entendido como um meio de converter a ideologia colonial prevalecente em atos de dominação e controle territorial.

Esta pesquisa buscou fazer uma análise aprofundada de entrevistas com psicólogos e psicólogas que atuam nos contextos derivados dos desastres de rompimento de barragens na região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, Brasil. O foco principal foi examinar suas narrativas dentro dos cenários históricos e políticos mais amplos da América Latina e do Brasil. Este estudo visa analisar as narrativas sobre a atuação dessas(es) profissionais, sugerindo possibilidades de avanços teóricos e práticos que priorizem experiências de atingimentos negligenciadas, sobrepostas e invisibilidades na busca por reconhecimento, garantia e proteção de direitos.

Além disso, a escolha deliberada de rotular os incidentes associados à Vale S.A., à Samarco e à BHP como “desastres” é feita de forma ponderada. Desastres são eventos que produzem perturbações significativas nas operações regulares de uma comunidade, resultantes de fatores naturais e induzidos pelo homem. O termo *dis astro* em latim, que significa “estrela má”, é a origem do nome. Transmite a ideia de experimentar um grande infortúnio ou tragédia. Essa compreensão abrangente incorpora aspectos ambientais, sociais e psicológicos. Do ponto de vista ambiental, um desastre provoca alterações significativas nos territórios e nos processos ecológicos. Do ponto de vista sociológico, conduz à destruição dos sistemas sociais,

das normas culturais e das circunstâncias econômicas. Psicologicamente, causa traumas generalizados na sociedade, que excedem sua capacidade de lidar com a situação. Embora esses acontecimentos sejam causados por conduta criminosa deliberada e não por ocorrências acidentais, categorizá-los como “desastres” em vez de “crimes” permite uma análise mais abrangente que vai além das categorias jurídicas, reconhecendo seus efeitos significativos e generalizados.

A Psicologia brasileira possui em seu arcabouço acadêmico uma série de críticas ao seu próprio desenvolvimento, desde as concepções hegemônicas de sujeito, comportamento e consciência. A faceta tecnicista formal das grades curriculares dos cursos de formação em Psicologia, que muitas das vezes apenas reproduzem acriticamente teorias, métodos e instrumentos, demonstra o caráter hegemônico de uma dominação ideológica burguesa no processo formativo de psicólogas(os) brasileiras(os), organizando uma área que se afasta da realidade que estuda, através de seu próprio processo metodológico, tornando necessário discutir a forma como a Psicologia compreende suas construções teóricas, que constantemente ocultam ou ignoram desigualdades sociais e diferenças entre sujeitos, grupos, comunidades e povos.

Diante disso, como argumenta Bock (2007), o ideal de progresso capitalista foi o motor para a implementação das primeiras áreas em Psicologia no Brasil, com ênfase nos segmentos organizacional e escolar, de modo a servir como instrumento de categorização e disciplinarização de indivíduos. Essa Psicologia, reconhecida como profissão no país em 1962, surge como um instrumento de perpetuação desses processos coloniais de exclusão e apagamento de populações marginalizadas por um sistema industrial e empresarial predatório, em pleno desenvolvimento no país.

É evidente que essa Psicologia que se forma, enquanto ciência e profissão, não se constituiu por meio de um processo homogêneo, já que sua construção histórica também foi marcada por disputas, principalmente com a abertura democrática a partir de 1980. Todavia, destaca-se que a Psicologia através de sua atuação ainda reproduz padrões hegemônicos de dominação, relacionados à sua prática e construção como ciência em nível nacional, o que se traduz na distância de seu olhar para com os diversos povos e comunidades exploradas no país.

A própria Psicologia Social, que deveria dar base para a construção de processos mais críticos da prática psicológica, é abordada de maneira generalista,

descontextualizada, apagando dinâmicas teórico-práticas importantes relacionadas à Psicologia. Nesse caso, perde-se o horizonte da diversidade regional, que apesar de não ser separado de um todo nacional, tem em suas histórias e culturas singularidades que interseccionam sistemas e estruturas de poder que não devem ser negados por um saber psicológico.

Cabe destacar que essa formação pouco crítica de profissionais em contexto reproduz um despreparo em lidar com as realidades das populações regionais, como povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, camponeses e pessoas atingidas por desastres. Essas realidades expressam principalmente conflitos por território, culturais e étnicos. O não reconhecimento dessas questões particulares e transversais da realidade é fator fundamental para o desenvolvimento de práticas em Psicologia não integradas à realidade concreta.

Na análise feita por Lacerda Júnior (2013), entende-se que a Psicologia brasileira progride apenas em relação ao desenvolvimento de outros países, tendo em vista que a situação de dependência e subdesenvolvimento do Brasil também organiza uma dependência ampliada, onde diversos construtos da realidade social se desenvolvem de forma dependente, desde as criações artísticas e culturais, os padrões educacionais, as práticas de saúde e as perspectivas sobre qualidade de vida baseadas em padrões de consumo. Essa dependência ampliada reflete nas produções acadêmicas, nas práticas profissionais e nas possibilidades de produção de conhecimento científico em diversas áreas, incluindo a Psicologia.

À parte disso, parece inocente pensar que o exercício da Psicologia seguiria uma mesma linha de desenvolvimento, superando as mesmas contradições e ampliando-se para o entendimento das diversas manifestações de subjetividade e saúde que permeiam o território brasileiro em suas distintas regiões. É de suma importância perceber que as formulações, políticas e produções científicas em Psicologia no Brasil organizaram sua atenção em contextos sociais muito distintos das realidades.

Nessa lógica, essa Psicologia que se forma no bojo colonial, a partir do desenvolvimento do capitalismo nacional, torna-se instrumento da classe dominante, reproduzindo lógicas excludentes e marginalizantes. Por sua relação direta com o capital, essa Psicologia tende a trabalhar nos limites de uma lógica capitalista, em que tudo o que escapa a essa lógica tem sua existência negada. Nesse aspecto, quando

falamos de apagamentos de populações atingidas por rompimentos de barragens, destacamos justamente essas formas de existir que escapam a uma lógica capitalista de existência no mundo, da qual o saber psicológico é refém.

O tema desastres tem sensibilizado muitos países, que procuram estudar e definir ações que possibilitem solucionar os problemas que surgem. O Marco de Ação de Hyogo, lançado pelos governos de 168 países, reflete o compromisso com a adoção de medidas para reduzir o risco de desastres. Com o objetivo inicial de ser desenvolvido entre 2005 e 2015, o Marco visa a reduzir as perdas ocasionadas por desastres tanto em termos de vidas como sociais, econômicas e ambientais. Possui objetivos estratégicos centrados na integração para a redução de riscos de desastres em conjunto com políticas de planejamento de desenvolvimento sustentável; no desenvolvimento e fortalecimento de instituições, mecanismos e capacidades, em todos os níveis, para aumentar a resiliência frente às ameaças; e na incorporação sistemática de políticas para redução de riscos com a preparação, atenção e recuperação de comunidades afetadas (EIRD, 2012). Antes do Marco de Hyogo, em 1994, a Conferência de Yokohama já havia trazido um novo olhar para o problema, introduzindo a atual estratégia para lidar com os desastres, considerando-os não apenas eventos naturais ou tecnológicos, mas sim com a atenção voltada para o modelo de desenvolvimento adotado, indagando sobre o uso irracional dos recursos naturais e para as desigualdades sociais.

São cada vez mais visíveis as constatações de que os desastres afetam não apenas a economia e a infraestrutura do país, mas comprometem em especial a estrutura social das populações atingidas, bem como a saúde física e mental de todas(os) que integram equipes de Saúde e cuidado em um nível mais amplo, de toda a sociedade.

Diante disso, esta tese tem como objetivo geral mapear e analisar o campo de conhecimento e as práticas produzidas por psicólogas(os) que atuam em conflitos envolvendo desastres de rompimentos de barragens de rejeitos decorrentes da exploração mineral. Como objetivos específicos, listam-se: i) Mapear as produções acadêmicas da Psicologia sobre os desastres de barragens e extração mineral, identificando perspectivas epistemológicas, teorias e metodologias utilizadas; ii) Mapear as práticas de psicólogas(os) em contextos de desastres de rompimento de barragem, identificando em que medida contribuem para os direitos das(os)

atingidas(os) ou seu silenciamento; iii) Identificar possíveis contribuições epistemológicas, teóricas e metodológicas da Psicologia Social no contexto de desastres de mineração.

Aportes teórico-metodológicos – o pensamento crítico de fronteira e decolonial

Nos últimos 500 anos, a principal forma de pensar que influenciou as interações sociais, as discussões filosóficas e os quadros científicos ocidentais basearam-se no sistema mundial capitalista, patriarcal, colonial e moderno. Esta forma de pensar assume uma perspectiva universal, neutra, oculta e objetiva (GROSFOGUEL, 2008, p. 118). Contudo, não é viável afirmar a existência de um “ponto zero” supostamente livre de preconceitos ou imparcialidade, uma vez que todas as discussões são influenciadas pela dinâmica de poder dentro de um contexto particular. A análise das divisões sociais baseadas em classe, raça, gênero, sutilezas linguísticas, diferenças regionais e outras fontes de conflito, conforme descrita por Fanon (2020) e Anzaldúa (2016), é comumente conhecida como “corpo-política do conhecimento”. Dussel (2016), por outro lado, refere-se a isso como a “geopolítica do conhecimento”.

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a Modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem sua retórica emancipatória a partir das cosmologias e epistemologias da(o) subalterna(o), localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação decolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada (GROSFOGUEL, 2008, p. 407).

O pensamento fronteiriço procura redefinir e abranger ideias de cidadania, democracia, direitos humanos, humanidade e relações econômicas, utilizando formas alternativas de compreensão e conhecimento. Desafia as definições impostas pela modernidade europeia e explora formas alternativas de exercer o poder e de existir. Descolonizar a imaginação através do pensamento crítico fronteiriço não significa ceder a um fundamentalismo antimoderno. Em vez disso, como propõe Grosfoguel (2008, p. 407), significa procurar ‘uma resposta transmoderna decolonial’ dos grupos marginalizados para a modernidade eurocêntrica.

Enrique Dussel introduziu o conceito de “transmoderno” ou “transmodernidade” em 2005 e 2016. Este conceito refere-se a um movimento que aborda os desafios colocados pela modernidade europeia e pela pós-modernidade euro-americana a partir de uma perspectiva única, que emerge das experiências de pessoas e culturas marginalizadas e que têm sido consistentemente excluídas do discurso dominante e das estruturas de poder. Caracteriza-se pela resistência e resiliência contra o colonialismo, bem como pelo desenvolvimento de sistemas de conhecimento alternativos.

Portanto, o pensamento crítico fronteiriço reconhece o posicionamento marginalizado de corpos, territórios e epistemologias em relação à modernidade e à pós-modernidade. Atua como mediador de racionalidades, abrindo novos caminhos e expondo as limitações da racionalidade normativa e técnico-instrumental. Este processo visa a descolonizar corpos, territórios e epistemologias (SANTOS, 2023; GONZALEZ, 2020; KOPENAWA; ALBERT, 2015; KRENAK, 2020a; 2020b; 2020c; RUFINO, 2016).

Esta perspectiva de pensamento, conforme aponta Mignolo (2003), a partir da subalternidade colonial, não pode ignorar a modernidade, mas também não deve se subjugar a ela. O pensamento fronteiriço reivindica o espaço que foi negado pela modernidade, seja ela de esquerda ou de direita.

O pensamento crítico fronteiriço busca analisar as bordas externas de cinco ideologias fundamentais para a modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo (MIGNOLO, 2003). O objetivo é compreender como essas ideologias contribuem para a continuidade da racionalidade normativa e técnico-instrumental, que frequentemente servem como justificativas para a imposição de uma narrativa de desenvolvimento que resulta na marginalização de indivíduos, regiões e modos de saber. Em vez de criar uma forma diferente de compreender o mundo no contexto da modernidade, o pensamento crítico fronteiriço promove o desenvolvimento de histórias alternativas que incluem várias realidades coexistentes – domínios que podem acomodar múltiplos mundos. Estas narrativas emergem de um exame cuidadoso das culturas indígenas, criando um espaço que existe entre a sua própria cultura e a modernidade. Este método permite a interpretação de cosmologias e a valorização da diversidade, com base em conceitos e ideias descolonizadas. Nesse contexto, o termo “imaginário” vai além de uma mera imagem mental

psicológica, como explica Walter Mignolo (2003). Abrange todas as maneiras pelas quais uma cultura percebe e conceitua o mundo.

É importante destacar que este quadro analítico, que se centra nas experiências e nas questões locais, necessita incluir as exigências e vivências que dão uma dimensão geopolítica a esta forma de pensar, especificamente sua oposição ao universalismo e à sua natureza decolonial. Portanto, investigar a colonialidade que está arraigada nas práticas de saúde e cuidado em contexto de desastres, buscando alternativas, novas interpretações e significação, especificamente dos conhecimentos e métodos utilizados, pode ser transformador.

As perspectivas dos subjugados são preferidas porque parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo. Mas como ver desde baixo é um problema que requer, pelo menos, tanta habilidade com corpos e linguagens, com as mediações da visão, quanto têm as mais “altas” visualizações tecno-científicas (HARAWAY, 1995, p. 23).

A colonialidade é reconhecida como o quadro mundial predominante de controle capitalista, sustentado por categorizações raciais/étnicas que impactam vários elementos da vida social, tangíveis e intangíveis, tanto em nível individual como comunitário (QUIJANO, 2010). Em sua obra, Mignolo (2017) caracteriza a colonialidade como o elemento particularmente prejudicial da modernidade ocidental. Surgiu da colonização europeia de Abya Yala, da escravização e transporte de africanos, e continua a existir na forma de matriz colonial de poder.

Esta matriz engloba também o conceito de colonialidade da natureza, que envolve a degradação do ambiente natural a uma mera fonte de recursos “ilimitados”, justificando assim a sua exploração através de atividades como a agricultura e a mineração. As interações utilitárias e as atividades extrativas desempenham um papel crucial no domínio e controlo da natureza dentro desta visão do mundo. As cosmovisões indígenas e africanas, por outro lado, oferecem resistência a esta matriz de diferentes maneiras (MIGNOLO, 2017, p. 6).

No início do século XX, a descoberta de extensas jazidas de minério de ferro durante o período da Primeira República levou a um aumento na atividade minerária focada na colheita de minério de ferro (PASSOS, COELHO; DIAS, 2017). Nesse período, novas estratégias foram desenvolvidas a partir da “mão invisível” do

mercado. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de minério de ferro do planeta, sendo o Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, e a Serra dos Carajás, no Pará, suas principais regiões produtoras.

A utilização do modelo extrativista, praticado tanto pelas grandes empresas multinacionais quanto pelas operações ilícitas de mineração, resultou em catástrofes socioambientais substanciais causadas pela incompetência e pelo comportamento criminoso das empresas mineradoras. A frequência de tais desastres aumentou significativamente desde a década de 2000, especialmente o colapso das barragens de rejeitos de minério de ferro. Embora estes eventos tenham ocorrido ao longo do século XX, tiveram uma escala e um impacto muito maiores nas duas décadas anteriores. Miranda (2019) lança luz sobre outros casos em Minas Gerais, antes da tragédia de Mariana, que não receberam cobertura suficiente da mídia, incluindo os colapsos nas minas Fernandinho (1986) e Herculano (2014), em Itabirito, a barragem de Rio Verde (2001), em Nova Lima, e a barragem da Mineração Rio Pomba (2008), em Miraflores.

A representação cultural e midiática das rupturas de barragens apresenta-as frequentemente como inerentes e inevitáveis, à semelhança da forma como são mostradas as catástrofes naturais, como terremotos ou ciclones. O exame das diversas terminologias utilizadas para caracterizar os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, como “fatalidade”, “acidente”, “tragédia” ou “incidente”, reforça a noção de uma natureza inevitável em torno dessas ocorrências (ROSA, 2019, p. 72). Débora Rosa (2019) afirma que isso significa uma divergência filosófica e política que afeta diretamente os processos de conflito e de garantia de direitos dos grupos envolvidos por meio da “polissemia da tragédia”.

O presente estudo tem como objetivo analisar atuações de profissionais da Psicologia que atuam em região de mineração interseccionadas pelo rompimento de barragens de rejeitos de Fundão e da Mina do Córrego do Feijão, ambas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. Ao colher seus relatos por meio de entrevistas semiestruturadas, buscou-se historicizar suas narrativas, como sugere Spivak (2010), no intuito de descobrir os componentes partilhados nas suas experiências. Esta pesquisa sugere que o engajamento e o envolvimento direto por meio da atuação profissional no campo amplo dos desastres é uma parte importante de suas histórias de vida. É significativo que apenas uma entrevistada não seja de

alguma cidade que compõe o Quadrilátero Ferrífero, enquanto (as)os demais são oriundas(os) de diferentes municípios onde essa atividade econômica da mineração é expressiva e histórica. Além disso, as narrativas abordam frequentemente o emprego, a família e a exclusão socioeconômica, incluindo também saúde mental, falta de formação, impotência, territórios, violações de direitos e muitos questionamentos pessoais, destacando a intrincada interação de fatores que influenciam a vida cotidiana das(os) psicólogas(os) envolvidas(os) no campo de atuação e nos territórios aqui trabalhados.

A pesquisa-participante foi a metodologia escolhida para o desenvolvimento deste estudo. Os referenciais teóricos utilizados no campo de revisão que tecem uma articulação entre Ecologia Política, as populações de atingidas(os), os conflitos socioambientais e a Psicologia Social Feminista e Crítica me levam a esse caminho. Em relação à proposta de investigação, vale considerar que a adoção da pesquisa-participante se deu de modo preponderante, não exclusivo. Nenhuma perspectiva de transformação ou proposição é feita sem que seja antecedida da inserção, construção e compreensão das questões envolvendo as(os) participantes da pesquisa em suas múltiplas dimensões étnicas, sociais, econômicas, históricas, espaciais e existenciais.

No que concerne à pesquisa-participante, cabe considerar que se trata de uma estratégia metodológica que tem como pressuposto processos dialógicos contínuos entre quem pesquisa e quem participa, bem como entre a construção conjunta do saber e da prática. Assim, sob o escopo dessa metodologia, o conhecimento é produzido de maneira coletiva e compartilhada, envolvendo de modo direto as pessoas com as quais se desenvolve a investigação, que são, ao mesmo tempo, colaboradoras, participantes e destinatárias. De acordo com Brandão (1999, p. 12), “é necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, aquém, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir” (Brandão, 1999, p. 12).

Nesse sentido, a escolha por esse método se deve ao modo como a(o) participante da pesquisa é colocada(o) ao longo do processo de investigação, como sujeito vivo:

[...] companheiro de um compromisso cuja trajetória, traduzida em trabalho político e luta popular, obriga o pesquisador a repensar não só a posição de sua pesquisa, mas também a de sua própria pessoa. ... Está inventada a pesquisa participante. Não porque – como querem tantos, tantas vezes – uma fração obediente de sujeitos populares participa subalternamente da pesquisa do pesquisador, mas porque uma pesquisa coletiva participa organicamente de momentos do trabalho de classe, quando ela precisa se reconhecer no conhecimento da ciência (BRANDÃO, 1999, p. 13).

Sem dúvida um dos maiores desafios que se coloca a uma pesquisa científica é a questão da metodologia e, aqui, me alinho com Hissa (2013), ao denominá-los de modos de fazer pesquisa. Isso porque considero que a metodologia perpassa todo o processo de investigação. É importante afirmar que parto da concepção metodológica do “campo-tema” para a construção deste trabalho, defendendo que o campo não é apenas o lugar de “recolhimento de dados”, pois está presente em todo o processo de fazer pesquisa, tal como sugere Peter K. Spink (2003, p. 28):

Campo, entendido como campo-tema, não é um universo “distante”, “separado”, “não relacionado”, “um universo empírico” ou um “lugar para fazer observações”. Todas estas expressões não somente naturalizam, mas também escondem o campo; distanciando os pesquisadores das questões do dia a dia. Podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo e em consequência ter um senso de estar mais presente na sua processualidade. Mas isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos; uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição.

Nesse sentido, ao me aproximar dos efeitos em torno da questão minerária no Brasil e em Minas Gerais, especificamente na cidade de Conceição do Mato Dentro/MG durante quatro anos, por meio da minha atuação profissional e acadêmica no Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG, isso me possibilitou organizar livros e publicar artigos sobre o tema. Atuei por seis anos no campo da mediação de conflitos, me envolvi com as questões socioambientais urbanas e rurais, em especial, aquelas envolvendo questões ligadas a lutas por terra e moradia. Por fim, destaco minha aproximação no campo dos desastres circundando barragens de rejeito por meio da participação como assessor técnico do Projeto Brumadinho-UFMG e coordenador do Núcleo de Comunicação por aproximadamente dois anos. Essas experiências profissionais e

acadêmicas me ajudam a compor o campo-tema desta pesquisa. Para Petter Spink (2003), o campo é compreendido como a situação atual de um assunto, relacionando aspectos materiais, pessoais e de sociabilidade.

Sobre a aproximação das experiências de atuação das(os) psicólogas(os) na área dos desastres de rompimentos de barragens de rejeitos, entende-se cabível a adoção de estratégias metodológicas de observação de caráter psicossocial do cotidiano (SPINK, 2007), visando a compreender e descrever os papéis representados por essas(es) profissionais, assim como as teias de significados e sistemas simbólicos que transcendem os discursos verbais, tais como impositação da voz, trejeitos, trajes, disposição de lugares, comportamentos etc. Ainda no que tange às estratégias de observação psicossocial do cotidiano, buscou-se compreender as dificuldades vividas por profissionais junto às comunidades atingidas em relação ao desempenho de suas atividades.

Entende-se que essa vivência de perto e de dentro é necessária, e essa experiência deve ser proporcionada pelos procedimentos metodológicos adotados pelo pesquisador. Isso porque entende-se que são necessários os processos de estranhamento, abstração e aproximação dos campos de pesquisa, ou seja, o exercício da reflexividade (NEVES; NOGUEIRA, 2005). Acredita-se que as escolhas metodológicas possibilitam uma compreensão mais fidedigna das dificuldades e dos constrangimentos causados pela racionalidade hegemônica, moderna e ocidental de ciência. Metodologia esta baseada na comprovação científica das causalidades e que, por consequência, não consegue abarcar as multidimensionalidades das experiências vivenciadas pelas(os) participantes do estudo que atuam como psicólogas(os) e produzem conhecimento na interface da Psicologia, da Ecologia Política e do campo de Conflitos Socioambientais envolvendo desastres de rompimentos de barragens de rejeitos advindos das atividades de extração industrial de mineral em relação às experiências das(os) atingidas(os).

De início, se pretende um exercício semelhante ao desenvolvido recentemente por Pádua e Carvalho (2020), em um trabalho de revisão e sistematização das produções acadêmicas inseridas no âmbito da História Ambiental, por meio de um apanhado dos principais estudos e autores vinculados ao campo da História Ambiental no Brasil. Obviamente que guardando as diferenças e especificidades de cada área do conhecimento, pretendo sistematizar e mapear

as produções acadêmicas, e as(os) autoras(es) dentro do campo da Psicologia que possuem os desastres de rompimentos de barragens de rejeitos decorrentes de atividades de extração minerárias como elemento central de suas análises. Esse trabalho é potencialmente relevante para a compreensão do fazer das(os) psicólogas(os) e das perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas que suportam suas ações, intervenções e reflexões. Considerarmos que os trabalhos que se interseccionam com as questões socioambientais vivenciadas pelas(os) atingidas(os) e a prática das(os) profissionais da Psicologia são relevantes para essa pesquisa.

Na primeira etapa deste estudo, o método de coleta de dados empregado foi uma análise bibliográfica e documental. Nesse momento, compreende-se que o trabalho envolvendo textos de natureza acadêmica pode constituir como busca por fontes primárias e/ou secundárias de dados sobre a atuação profissional, o fazer acadêmico, o campo de conhecimento da Psicologia em interface com desastres de rompimento de barragens e as filiações epistemológicas, metodológicas, financeiras, bem como o lugar de inserção das(os) psicólogas(os) nos conflitos presentes na temática da pesquisa.

Na busca por promover perspectivas interdisciplinares em relação aos desastres socioambientais decorrentes de rompimento de barragens oriundas de atividades minerárias e a atuação das(os) psicólogas(os), o proposto por Worster (1991), na perspectiva desta pesquisa, é capaz de promover diálogos teóricos e metodológicos promissores, uma vez que se dedica a reflexões e análises que abrangem as percepções, os valores éticos, as leis, os mitos e outras estruturas de significação envolvendo a mediação de uma pessoa ou de um grupo em relação ao território que ocupa. Trata-se de um tema de extrema relevância em contexto envolvendo a reparação, a mitigação e/ou o ressarcimento decorrentes dos impactos, perdas e danos causados por desastres socioambientais. Segundo Worster (1991, p. 8):

Em última instância, o que se pretende, por meio de tais procedimentos, sobretudo pela análise dos documentos, é a verificação da relação entre os Discursos de Poder, embasados no conhecimento científico, e de que modo se válida ou se desautoriza os saberes locais que não possuem como baliza a mesma racionalidade da ciência moderna ocidental.

Para a realização da revisão da literatura, foi adotado como ambiente de busca e seleção de textos os repositórios de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia dos Estados brasileiros mais afetados pelos rompimentos de barragens de rejeitos nos últimos anos, a saber: Minas Gerais e Espírito Santo. Foram consultados o portal de Periódico da Capes, a plataforma Scielo e as revistas Qualis A e B do campo da Psicologia. Eventualmente, outros repositórios de textos científicos também foram analisados, tais como: associações de profissionais, revistas de classe e comunidades científicas específicas. O recorte temporal adotado na análise documental levou em consideração as produções acadêmicas posteriores ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG.

De acordo com Cellard (2008), existem quatro dimensões na construção de uma análise documental: 1) Contexto: considerar o contexto de produção dos documentos permite o conhecimento de esquemas conceituais de suas(seus) autoras(es), dos grupos sociais, fatos e aspectos associados; 2) Autoras(es): elucidar a identidade das(as) autoras(es) é crucial para avaliar a credibilidade do texto, interpretações e posições produzidas; 3) Natureza do texto: como saber a origem social da(o) autora/autor do documento não é suficiente, é recomendado delimitar adequadamente o sentido de palavras e conceitos que fazem parte de sua linguagem corrente e de seu grupo; 4) Análise: a fim de estabelecer conexões e (re)constituir configurações relevantes, deve-se extrair elementos pertinentes do texto e compará-los com outros itens do *corpus* documental, buscando cercear a questão para obter um ponto de vista diverso e global a partir de encadeamentos e ligações entre a temática pesquisada e as observações oriundas da documentação.

Na segunda etapa da análise documental na pesquisa foram empregados procedimentos de análise temática dos textos selecionados, divididos em três fases:

1) Pré-análise: teve como objetivo a organização da análise e a operacionalização e sistematização das ideias iniciais por meio de possíveis atividades não estruturadas como a leitura flutuante, escolha dos textos, formulação de hipóteses e objetivos, referência de índices e indicadores, e a própria preparação e reflexão das entrevistas a serem realizadas em um segundo momento;

2) Exploração do material: construção das categorias a serem utilizadas na pesquisa, de modo que o material em análise recebesse tratamento no sentido de ser organizado e sistematizado por temas de maior relevância e frequência, e

3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: os resultados brutos são trabalhados em prol de serem significativos e agrupados, possibilitando-se inferências e interpretações sobre o campo de atuação da Psicologia em interface com desastres envolvendo rompimentos de barragens de rejeitos.

Após a análise bibliográfica e documental, foram realizados convites às(aos) pesquisadoras(es) e profissionais de Psicologia mapeados na etapa anterior, para a realização de uma entrevista semiestruturada, convidando-os a falarem sobre suas experiências frente às pessoas atingidas e aos desastres de rompimentos de barragem de rejeitos decorrentes da atividade minerária. A ideia era que, a partir das questões levantadas no momento anterior, fosse possível aprofundar sobre a vivência, a experiência, o lugar de cada participante no conflito socioambiental em questão, os desafios e as potencialidades percebidas. Compreende-se que esse momento pôde ajudar a nos debruçarmos sobre a relação com as empresas, o Estado, as(os) atingidas(os), os movimentos sociais e, também, as fraturas sociais ocasionadas pelos rompimentos e a percepção sobre a exploração mineral, além de nos aproximar das nuances que compõem atuação das(os) psicólogas(os) no campo de pesquisa envolvendo a mineração, as políticas ambientais, a reparação, a garantia e a efetividade dos direitos de atingidas(os), entre outras situações. Sobre a entrevista semiestruturada, Minayo (2010, p. 25) considera:

A entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Essa pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e por meio de perguntas formuladas busca a obtenção dos dados que lhe interessa. É uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador de temas igualmente pertinentes, tendo em vista este objetivo.

As entrevistas foram registradas por meio de gravadores de áudio e no caso de entrevistas on-line foi utilizado o gravador de reunião, disponível pelo mediador virtual do encontro. A transcrição foi realizada de maneira automática por meio de aplicativos destinados a essa finalidade e rigorosamente acompanhada e revisada pelo pesquisador. As(os) participantes foram informadas(os) sobre os objetivos da pesquisa e esclarecidas(os) acerca dos termos de participação. No Apêndice A encontra-se o roteiro de entrevista semiestruturada utilizado.

Para melhor compreender e explicar a escolha dos métodos é crucial reconhecer a natureza intrinsecamente interativa das entrevistas semiestruturadas na investigação qualitativa, produzindo um envolvimento mais direto da pessoa que conduz a pesquisa. A entrevistadora(or) ou pesquisadora(or) não apenas escolhe o tema e formula as perguntas, mas também orienta ativamente o discurso por meio do acompanhamento de temas centrais. Assim, as pessoas entrevistadas desempenham um papel ativo na definição do rumo da entrevista por meio de seus comentários, em vez de serem simplesmente participantes passivas. A relação entre quem entrevista e quem é entrevistado é determinada pelo grau de permissão concedida por uma pessoa para que a outra compartilhe seus pontos de vista durante a conversa.

Encarando a entrevista como um método de investigação científica, é vantajoso examinar cuidadosamente as partes que correspondem às questões colocadas, bem como aquelas em que as(os) entrevistadas(os) se desviam, destacando seus temas preferidos. Portanto, sugere-se que as entrevistas sejam examinadas em dois níveis distintos.

O nível inicial de análise é orientado por pressupostos teóricos e pesquisas anteriores. Envolve a realização de entrevistas com base em um conjunto pré-determinado de questões, focando em segmentos narrativos que abordam diretamente essas indagações. A abordagem é conhecida como análise baseada em perguntas e este nível abrange as hipóteses do pesquisador e as questões fundamentais da pesquisa. Por outro lado, quando as(os) entrevistadas(os) dão respostas curtas e depois mudam de assunto durante certas partes da entrevista, esses desvios são usados como base para o segundo nível de análise. Esta fase, conhecida como análise baseada em histórias, procura descobrir temas-chave dentro de cada narrativa, que podem não estar necessariamente relacionados com os assuntos da entrevista originalmente declarados. Este nível começa com uma folha em branco, sem quaisquer ideias ou categorias pré-concebidas, e é necessária uma abordagem exploratória para descobrir categorias localmente importantes que ajudam a obter melhor conhecimento dos fenômenos que estão a ser investigados.

A abordagem da análise temática, conforme descrita por Oliveira (2008) e incorporada à metodologia de processamento de dados, baseada no referencial de Bauer (2002), desempenhou um papel crucial neste estudo. Foi fundamental usar a reflexividade, o posicionamento, a crítica e a autocrítica. A inclusão destes fatores

permitiu um exame detalhado dos vários pontos de vista assumidos no discurso, da dinâmica do poder e da continuação de estruturas opressivas e dominantes no contexto deste estudo. Com base na perspectiva de Haraway (1995), argumenta-se que reconhecer abertamente o posicionamento de alguém é essencial na busca da objetividade. Este reconhecimento não diminui a validade da análise, mas melhora sua transparência e rigor.

Ao todo, foram realizados 12 convites, sendo quatro rejeitados. A principal causa destas recusas foi expressa por meio de um claro desconforto por ter que se discutir práticas profissionais. Os declínios foram justificados devido a preocupações envolvendo questões de sigilo da atuação e descompassos e contradições ideológicas. Essas preocupações foram intensificadas pela forte judicialização envolvendo a temática e o medo de exposição das intuições às quais os profissionais estão vinculados.

Antes das entrevistas, as(os) participantes receberam um termo de consentimento que detalhava o tema da pesquisa, objetivos, métodos e protocolos de gravação (Apêndice B). Os registros das entrevistas servem apenas para fins de pesquisa, conforme explicitamente indicado, com garantia de sigilo. Portanto, todos os nomes indicados neste estudo são pseudônimos utilizados para salvaguardar o anonimato das(os) participantes.

Esta pesquisa conta com um total de oito voluntárias(os), homens e mulheres, com idades entre 28 e 52 anos, todas(os) envolvidas(os) com a temática da mineração e participantes de intervenções e ações decorrentes de rompimentos de barragens de rejeitos de Fundão e da Mina Córrego do Feijão. Seus antecedentes educacionais e de formação são diferentes e o Quadro 1 a seguir apresenta algumas informações das pessoas entrevistadas:

Quadro 1 Informações das(os) entrevistadas(os).

Código	Nível escolar	Gênero	Vínculo empregatício	Atuação
P1	Pós- Graduação	Feminino	Pesquisadora/Capes	Acadêmica
P2	Pós- Graduação	Feminino	Pesquisadora/Capes	Acadêmica
P3	Pós- Graduação	Feminino	Políticas Públicas	Servidora Municipal da Saúde
P4	Graduação	Feminino	Empresa Privada	Relacionamento com a comunidade
P5	Especialização	Masculino	Organização sem fins lucrativos	Processo de Reparação
P6	Pós- Graduação	Feminino	Fundação	Processo de Reparação

P7	Pós- Graduação	Masculino	Organização sem fins lucrativos	Processo de Reparação
P8	Graduação	Feminino	Movimento Social	Processo de Reparação

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Vale destacar que todas(os) as(os) entrevistadas(os) que possuem pós-graduação estudaram assuntos fora da temática. Ainda assim, as(os) participantes relataram possuir competências básicas quando atuaram profissionalmente no campo da mineração e dos desastres de rompimento de barragens.

A seleção foi influenciada pelo envolvimento das(os) participantes em fóruns públicos, abrangendo atividades, audiências e reuniões com pessoas da comunidade e autoridades públicas ao longo dos oito anos anteriores de atuação no campo da mineração, e por meio de indicações das(os) próprios entrevistadas(os). Todos os nomes foram substituídos por códigos, conforme mencionado e demonstrado na tabela anterior, a fim de proteger a privacidade e respeitar questões éticas, mantendo a integridade e o sigilo durante todo o processo de pesquisa.

A abordagem de pesquisa conhecida como “análise temática”, conforme descrita por Braun e Clarke (2006) e ampliada por Souza (2019), foi utilizada para a análise das entrevistas. O software *Tactiq*® foi o escolhido para a transcrição das entrevistas coletadas na pesquisa. Essa abordagem foi empregada para identificar padrões recorrentes de significância nos dados. A análise temática é uma técnica avançada usada para extrair e avaliar o significado subjacente dos conjuntos de dados. Este método implica uma análise minuciosa dos materiais de origem, permitindo a detecção de temas emergentes e padrões regulares. Esse tipo de análise vai além de um estudo superficial dos dados, pois exige que a pessoa que pesquisa se envolva ativa e intencionalmente com os dados, o que é crucial para o processo de interpretação. Portanto, é reconhecido como um método complexo e em constante mudança, no qual a interação entre pesquisadoras(es), dados e informações contextuais impacta significativamente o desenvolvimento do conhecimento.

A análise temática é um procedimento multifacetado e interativo que envolve várias etapas: familiarização com os dados, criação de códigos iniciais, identificação e revisão de temas, e em última análise produção de relatório final (BRAUN; CLARKE, 2006; SOUZA, 2019). O processo começa com uma interação inicial com os dados, abrangendo sua recolha, transcrição e escrutínio meticuloso. A interação regular e

frequente com os dados é essencial para obter *insights* significativos e identificar padrões recorrentes.

Na etapa inicial, a(o) pesquisadora(or) se envolve minuciosamente com os dados, o que permite a identificação dos conceitos iniciais para codificação. Na segunda fase, os códigos iniciais são derivados diretamente das informações, identificando sistematicamente características significativas. Essa codificação é realizada com foco na captura dos mais diversos temas e padrões possíveis.

A terceira etapa da análise temática envolve um polimento meticuloso dos tópicos. Este processo de refinamento ocorre em dois níveis: primeiro, examinando a coerência das extrações de dados dentro de cada tópico e, segundo, reavaliando o conjunto completo de dados para garantir que os temas sejam representativos e coesos em todo o conjunto de informações. Nesta fase, cada tema é examinado cuidadosamente, tanto individualmente quanto em relação a outros temas, permitindo a identificação e o aperfeiçoamento dos subtemas, e a rotulagem clara dos temas primários.

A última etapa do processo envolve fazer uma análise minuciosa e criar um relatório que combine todas as descobertas. O documento apresentará uma narrativa clara e lógica que segue o quadro temático produzido durante a análise. Esta etapa é crucial para combinar e entregar o conhecimento adquirido a partir dos dados, de forma esclarecedora e de fácil compreensão.

Construir uma narrativa analítica clara e lógica é crucial para explicar adequadamente os *insights* obtidos a partir dos dados. A Tabela 1 a seguir fornece uma análise detalhada das diversas etapas da abordagem da análise temática.

Tabela 1 – As seis fases da análise temática.

Fase	Descrição
1) Familiarização com dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando os temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

Fonte: BRAUN; CLARKE (2006, p. 37).

Por fim, pretende-se realizar uma devolutiva da pesquisa realizada e da tese produzida as(aos) entrevistadas(os). Para realização desta ação será feita uma Roda de Conversa com objetivo de discutir os processos de investigação e as conclusões produzidas ao longo deste trabalho.

A tese foi organizada em formato de três artigos que são apresentados como frutos desta investigação científica, na seguinte ordem:

- Artigo 1 – Rompimento de Barragens de Rejeitos no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brasil: Possíveis Contribuições da Psicologia Social;
- Artigo 2 – Aspectos Sobre a Atuação de Psicólogas(os) no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais;
- Artigo 3 – Por uma Leitura Decolonial da Mineração e do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e por uma Psicologia na Perspectiva do Bem-Viver.

Cabe destacar que, após a apresentação dos artigos citados por meio das considerações finais é feita a síntese da pesquisa e a discussão das conclusões, potencialidades e desafios encontrados ao longo desta investigação.

1 ARTIGO – ROMPIMENTO DE BARRAGENS DE REJEITOS NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO, MINAS GERAIS, BRASIL: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL¹⁰

Resumo: Este artigo explora o papel da Psicologia Social em desastres socioambientais, com ênfase em rompimentos de barragens de rejeitos. Para tanto, discute como esses eventos, desencadeados por relações de poder e dinâmicas socioeconômicas desiguais, acentuam a vulnerabilidade e a violação de direitos das populações afetadas, considerando que a complexidade dos desastres se reflete nas diversas formas de danos e sofrimentos experimentados pelas comunidades. Destaca-se a importância da atuação da Psicologia Social para compreender e responder a essas situações, respeitando as especificidades e subjetividades locais. O presente estudo também aborda o papel das(os) psicólogas(os) na interação com sistemas de justiça e na promoção de justiça social, alertando para o risco de práticas colonizadoras e a necessidade de considerar a perspectiva das pessoas atingidas na formulação de políticas e ações.

Palavras-chave: Psicologia Social; desastres ambientais; direitos humanos; rompimento de barragens; justiça social.

Abstract: The article examines the role of Social Psychology in socio-environmental disasters, mainly on tailings dam collapses. To this end, the study discusses how these events, triggered by unequal power relations and socioeconomic dynamics, accentuate the vulnerability and violation of rights of affected populations, considering that the complexity of disasters is responsible for the various forms of damage and suffering experienced by communities. The emphasis is on Social Psychology's role in understanding and responding to these situations, respecting local specificities and subjectivities. The investigation also addresses the role of psychologists in interacting with justice systems and promoting social justice, alerting them to the risk of colonizing practices and the need to consider the perspective of the affected ones when formulating policies and actions.

Keywords: Social Psychology; environmental disasters; human rights; dam failure; social justice.

10 As reflexões apresentadas neste artigo foram fruto de discussões, embates e debates, risos e choros, angústias e aconchegos e, principalmente, da resistência, da luta e da esperança de transformação social vivenciados em conjunto com integrantes do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão “Conexão de Saberes”, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também derivam do trabalho árduo, cotidiano e desafiador de divulgação científica do Núcleo de Comunicação do Projeto Brumadinho UFMG e dos deslocamentos, aprendizados e construções de novos caminhos teóricos e práticos possibilitados pela disciplina de Psicologia Jurídica, ofertada no segundo semestre de 2020 pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, na ênfase de Psicologia Social. Além disso, não se podem perder de vista os caminhos, as descobertas e as redescobertas feitas nos espaços de compartilhamento e enfrentamento coletivo dos desafios vivenciados por psicóloga(os) sociais em nossa rede maior de colegas: a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Parte desta reflexão foi publicada durante o percurso do doutorado como produto inicial dos trabalhos desenvolvidos na pesquisa (FURATI; MAYORGA, 2022).

Resumen: El artículo examina el papel de la Psicología Social en desastres socioambientales, principalmente en colapsos de presas de relaves. Para ello, el estudio analiza cómo estos eventos, desencadenados por relaciones de poder desiguales y dinámicas socioeconómicas, acentúan la vulnerabilidad y la violación de los derechos de las poblaciones afectadas, considerando que la complejidad de los desastres es responsable de las diversas formas de daño y sufrimiento experimentados por las comunidades. El énfasis está en el papel de la Psicología Social en la comprensión y respuesta a estas situaciones, respetando las especificidades y subjetividades locales. La investigación también aborda el papel de los psicólogos en la interacción con los sistemas de justicia y la promoción de la justicia social, alertándolos sobre el riesgo de prácticas colonizadoras y la necesidad de considerar la perspectiva de los afectados al formular políticas y acciones.

Palabras clave: Psicología Social; desastres ambientales; derechos humanos; fallo de la presa; justicia social.

1.1 A questão da mineração em Minas Gerais e as(os) atingidas(os)

Minas Gerais (MG) é um dos Estados brasileiros sede de um dos mais antigos polos minerários do Brasil. Desde a instalação de seu complexo de mineração, que data do período colonial, tendo seu maior expoente durante o grande ciclo do ouro da “próspera Vila Rica/MG” (século XVIII), como descritos nos livros de História do Brasil,¹¹ Minas Gerais ganha um papel estratégico no contexto brasileiro. A história de construção do Estado tem sido marcada por intensos conflitos de natureza social e ambiental envolvendo a extração mineral que, desde a ocupação da América Latina, passam a assolar comunidades originárias, tradicionais, rurais, camponesas, mulheres e não brancas(os). A lógica da exploração colonial é muito bem trabalhada por Ramón Grosfoguel (2016), ao abordar os quatro genocídios/epistemicídios ocorridos e promovidos nas Américas ao longo século XVI. Diante de tal constatação histórica, é possível inferir que parte das(os) atingidas(os) pela exploração mineral e dos desastres de rompimento de barragens de rejeitos é formada por grupos escravizados, invisibilizados, minoritários, excluídos, oprimidos e subalternos, ou seja,

11 Com relação ao ciclo do Ouro em Minas Gerais (1690-1750), Russel-Wood (2004, p. 471-473) descreve: “Desde os primeiros anos da ocupação colonial havia rumores e a busca por metais preciosos, descobertos em variadas regiões. Ainda assim, a região de Minas destacou-se por ter sido quase inteiramente explorada com proveito, além de servir de base e estímulo para outras explorações a oeste. A descoberta bem-sucedida do ouro levou a uma investigação cuidadosa das velhas rotas para o interior e intensificou a exploração que resultou na descoberta de outros recursos minerais além do ouro, como o ferro, chumbo, cobre, mercúrio, coríndon, salitre, prata e, acima de tudo, diamantes”.

quem foi e é apagada(o) e/ou desconsideradas(os) sistematicamente pelas narrativas hegemônicas presentes na História formal.

A exploração mineral, em contextos coloniais, afeta e causa impactos, efeitos, danos e perdas radicais ao meio ambiente, aos modos de vida, aos direitos, aos projetos e às populações que convivem com tal conflito em seu território. A busca por matérias-primas na América Latina, África e Ásia para serem consumidas nos países ricos, historicamente, provocou reações e resistências, configurando um campo de intensos e contínuos atritos socioambientais que desafiam chavões como o progresso e o desenvolvimento, e seus imperativos de um modo de vida. Para ilustrar a complexidade e a dimensão histórica dessa discordância socioambiental na história e no território brasileiro que teve, e continua tendo, as “terras mineiras” como um de seus grandes palcos, Eduardo Galeano (2010, p. 82) afirma:

Ao longo do século XVIII, a produção brasileira do cobiçado mineral superou o volume total de ouro que a Espanha extraiu em suas colônias durante dois séculos anteriores. Choviam aventureiros e caçadores de tesouros. O Brasil tinha 300 mil habitantes em 1700; um século depois, ao final dos anos de ouro, a população já se multiplicara por onze vezes.

À medida que avançam as “etapas” e os ciclos minerários no Estado, se acentuam e modificam-se as violências e violações de direitos, bem como as perdas e os danos socioambientais. Estes recaem, de modo especial, sobre as comunidades denominadas como “atingidas” pela atividade industrial de exploração mineral. Nesta reflexão, entende-se como pessoas e comunidades atingidas o proposto por Vainer (2008, p. 40):

Ao abordar o conceito de atingido cabe deixar claro o contexto e o sentido do debate, de modo a explicitar o que é que está em jogo. Na verdade, embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo — e, em alguns casos, como legal — seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa.

Hoje, as(os) atingidas(os) fazem parte da construção da identidade cultural, política e social de seus territórios, e após os desastres de rompimento de barragens rejeitos se reorganizaram, tornando a identidade de atingida(o) tão múltipla quanto são as possibilidades de degradação, poluição, opressão e as violências existentes, com muitas ainda inominadas e até mesmo desconhecidas. O que permanece, no entanto, é a fragilidade no que concerne ao reconhecimento dos direitos, das perdas e dos danos, a constante negligência e, muitas vezes, conivência e/ou participação do Estado sobre os massacres, crimes e genocídios que acontecem em seus territórios. A partir desse desenho sócio-histórico, podemos compreender que a própria nomeação atingida(o) já é, em si, um conceito em disputa, que diz de um conflito socioambiental e de múltiplas identidades. A denominação de atingida(o) revela as relações e as dinâmicas de produção e reprodução do Capitalismo Hegemônico do Estado brasileiro e da herança colonial de estruturas de poder que derivam de uma construção de mundo branca, sexista, machista e racista.

A herança do extrativismo colonial, suas consequências, contradições e sistemas de poder baseados em hierarquias étnicas e sexismos, enraizados em valores patriarcais e coloniais, permanecem como realidades estruturais em nossa organização social, econômica e subjetiva atuais. Nos últimos anos, acompanhamos o alinhamento dos países do Sul Global, incluindo o Brasil, às lógicas do neoextrativismo, como observa Acosta (2016) ao refletir sobre essa questão na América Latina. Em suas palavras:

O extrativismo vem sendo uma constante na vida econômica, social e política de muitos países do Sul global. ...No entanto, para além de algumas diferenciações mais ou menos importantes, a modalidade de acumulação extrativista parece estar na medula da proposta produtiva tanto dos governos neoliberais quanto dos governos progressistas (ACOSTA, 2016, p. 51).

Fruto de escolhas históricas, o modelo de desenvolvimento predatório construído, herdado e assumido pelo Estado de Minas Gerais — e, não obstante, pelo Brasil — vem produzindo impactos, perdas e danos significativos ao longo da História brasileira. Recentemente, em menos de cinco anos, o mundo assistiu a dois desastres de grandes proporções, com consequências não passíveis de mensuração ou total

controle. O primeiro deles, considerado o maior crime socioambiental do país, protagonizado pelo consórcio Samarco/Vale S.A./BHP Billiton, ocorreu em Mariana/MG, no dia 5 de novembro de 2015. Desde então, suas vítimas, incluindo os seres humanos, a natureza, os vegetais e os animais, sobrevivem aos processos técnicos, tecnológicos e burocráticos, e aos encaminhamentos jurídicos que aprofundam, a cada dia, o sofrimento psicossocial causado por essa tragédia, que ainda ecoa e persiste.

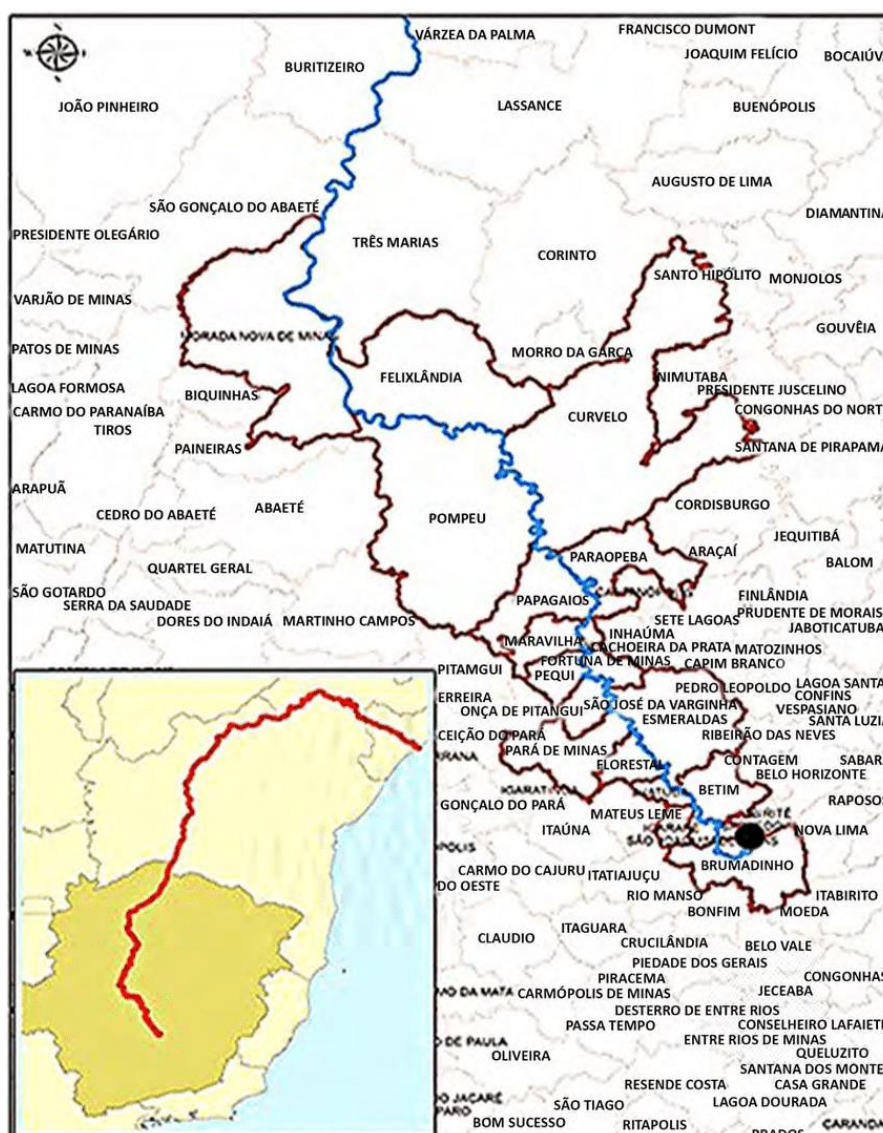
Figura 1 Trajeto dos rejeitos da Barragem de Fundação, desde o Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, até a sua foz no Oceano Atlântico, no Estado do Espírito Santo.



Fonte: ZHOURI (et al. 2017, p. 102).

O segundo desastre ocorreu em Brumadinho, também em Minas, em 25 de janeiro de 2019, sendo o maior acidente de trabalho do Brasil, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com 272 vítimas fatais e oito desaparecidas. Apesar dos indicativos de risco presentes em laudos técnicos, houve o rompimento da Barragem B1 da mina Corrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale S.A.

Figura 2 Trajeto da lama no Rio Paraopeba.



Fonte: PEDLOWASKI (2009, p. 13).

Destaco que participei ativamente nos dois conflitos socioambientais que se iniciaram após os referidos rompimentos de barragens de rejeitos. Colaborei de maneira ativa na rede de apoio e solidariedade que se formou em torno do desastre socioambiental em Mariana/MG. Por meio da minha atuação no Programa Polos de Cidadania,¹² acompanha diversos espaços onde os problemas decorrentes desse

12 POLOS DE CIDADANIA. **Pela inviolabilidade do direito à vida.** disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/>. Acesso em: 09 de jul. 2024.

episódio eram debatidos. Já no rompimento ocorrido em Brumadinho, tive a oportunidade de participar dos processos oriundos desse desastre, por meio da minha atuação no Projeto Brumadinho-UFMG,¹³ em que atuei como assessor técnico e coordenador do Núcleo de Comunicação. Esses espaços foram determinantes para a construção desta pesquisa.

A Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (United Nations International Strategy for Disaster Reduction – UNISDR) define desastre como “ruptura grave do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade envolvendo seres humanos, materiais, prejuízos econômicos ou ambientais e impactos, o que excede a capacidade da comunidade afetada de lidar com o problema através de seus próprios recursos” (EIRD, 2009, on-line). É fundamental perceber que desastres como os supracitados não se limitam à situação crítica de rompimento de barragens, mas se desdobram em processos duradouros de ruptura, fragmentação e crise social, frequentemente intensificados pelos encaminhamentos institucionais que lhes são dados. Esses acontecimentos precisam ser entendidos como processos e não como um fato único em si. Ou seja, os desastres não se encerram com a passagem dos rejeitos contaminados no meio ambiente, pois suas consequências materiais, imateriais e existenciais são duradouras e podem se difundir nos mais variados complexos sociais.

Perante a experiência de um desastre em que as comunidades atingidas vivenciam a destruição total de seus territórios e, por consequência, sofrem com o deslocamento compulsório de suas terras¹⁴ — quer seja pela expulsão imediata, quer seja minando as condições de permanência no lugar — pelo chamado deslocamento *in situ*,¹⁵ esses impactos, danos, perdas, violências e violações de direitos não se encerram em um indivíduo ou núcleo familiar; eles ferem, aplacam e destroem os territórios, bem como os sentidos e os usos desses lugares. Os efeitos em cascata que o deslocamento causa sobre os vínculos comunitários podem ser percebidos com

13 PROJETO BRUMADINHO UFMG. **O Projeto Brumadinho**. Disponível em: <http://projetobrumadinho.ufmg.br/>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

14 Deslocamento compulsório – relações de inclusão e exclusão a partir das quais as pessoas perdem acesso e controle sobre suas condições de existência e reprodução social, incluindo, recursos naturais e materiais, moradia, segurança, redes de solidariedade, confiança e parentesco (FELDMAN, 2003).

15 Deslocamento *in situ* – processos em que as pessoas permanecem no lugar, mas têm suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco (FELDMAN, 2003).

facilidade nas narrativas cotidianas das pessoas e comunidades atingidas por rompimentos de barragens.

No entanto, as pessoas e comunidades que se definem como atingidas possuem as mais diferentes configurações. Por vezes, são pequenos agrupamentos familiares, podem ser proprietárias(os) de grandes extensões de terra, ou pessoas que possuíam produção agrícola ou artesanal, grupos que são praticamente autossuficientes em suas dinâmicas de sobrevivência ou comunidades que se estruturaram em espaços de difícil acesso e se utilizavam de sua localização geográfica como forma de proteção e resistência ao sistema hegemônico, enfim, realidades de pessoas que se encontram nas periferias de pequenas, médias e grandes cidades, participando do processo ativo de construção de uma cultura urbana. Logo, por via de regra, podemos entender que a nomenclatura atingida(o) abarca uma grande quantidade de formas de ser e de existir. É reducionista pensar que existe um formato de experiência que delimite a realidade das(os) atingidas(os) por desastres envolvendo a mineração. No entanto, tal diversidade não é tamanha a ponto de que não possamos apontar similaridades, sendo a primeira a marca da destruição/poluição/degradação de suas terras, comunidades e territórios. Se levarmos em consideração que “atingida(o)” surge como uma nomenclatura jurídica e burocrática de um problema social, temos que entender que, independentemente do modelo de organização das(os) atingida(os), o ponto que a(o) levava a ser nomeada(o) como tal é a apropriação e manutenção de um território por parte dessas pessoas que foi destruído e/ou poluídos, restando apenas assumir as consequências e prejuízos de maneira individual e/ou coletiva e/ou existencial. Independentemente da finalidade do uso da terra, se fosse para construção de moradias, extrativismo vegetal, plantio e colheita de produtos agrícolas, criação de animais, estabelecimento de relações comerciais etc., é visto como algo inferior pelas lentes do Capitalismo Hegemônico e por parte do Estado, quando colocado em oposição aos interesses das mineradoras, conforme apontam Dias e Oliveira (2018a), ao abordarem os paradigmas epistemológicos, bem como as violências de mercado e de Estado que inviabilizam a efetividade da justiça mediante os casos concretos de impactos, perdas e danos socioambientais que se desdobram em violações e violências crônicas aos direitos humanos das comunidades atingidas pela atividade de extração mineral.

Essa posição de inferioridade, no que tange ao uso e manejo das terras e da natureza, produz uma segunda similaridade nas pessoas e comunidades atingidas: a busca pela construção de um espaço que objetive, ao mesmo tempo, a autonomia e a resistência. Grande parte das organizações de atingidas(os) busca a mitigação, a reparação ou o ressarcimento das perdas, danos, violências e violações de direitos sofridos, a fim de garantir às(aos) suas(seus) integrantes a possibilidade de viver em liberdade e produzir dinâmicas de existência possíveis, assim como ser um espaço de resistência ativa na luta por direitos e contra as tentativas de desapropriação e degradação de seus territórios, seja pelo confronto direto, pelo abandono do território em estratégias de fuga ou pela construção de laços com a população próxima, com os movimentos sociais e instituições governamentais, sociais e ambientais que atuam na defesa de seus direitos. Tendo isso em mente, é necessário compreender que, mesmo nessa posição de vulnerabilidade social e ambiental, as(os) atingidas(os) não deixam de se fazer presentes no atual cenário de público mineiro, quiçá do Brasil, reivindicando seus direitos e denunciando suas perdas e danos. Entende-se que tais comunidades têm sido violadas não apenas em relação aos direitos culturais, ao território e ao meio ambiente saudável, mas também de maneira determinante em relação às condições de vida e de sobrevivência no lugar. Diante disso, percebe-se que, reunidas, tais violações se direcionam ao dano do projeto de vida (DIAS; OLIVEIRA, 2018b). Para os autores, os danos sofridos pelas comunidades de Conceição do Mato Dentro demonstram essa especialidade de destruição, que não se confunde com o prejuízo patrimonial e tampouco com o dano moral. Isso porque o dano ao projeto de vida atinge a pessoa em sua integridade, dignidade e liberdade, cerceando sua autonomia e autodeterminação quanto ao seu próprio destino o que, no caso das comunidades atingidas por desastres de rompimentos de barragens de rejeitos, se torna ainda mais evidente.

Nos espaços formais e informais dedicados à abordagem dos referidos desastres socioambientais, as formas de expressão oral, corporal e emocional, e a memória, são os principais instrumentos por meio dos quais as pessoas e comunidades atingidas podem se manifestar, participar e resistir. Infelizmente, a elas tem sido atribuído efeito apenas performativo. Denúncias e reclamações são apresentadas, mas frequentemente não podem ser ouvidas e captadas, tampouco compreendidas. São esvaziadas e negligenciadas não apenas por parte das

empresas que as desautorizam e as deslegitimam por meio do discurso técnico-científico, mas também de maneira mais perversa, pelas próprias agências do Estado. Estas não são capazes de lhes dar efetividade, no sentido de evitar, proteger ou, quando necessário, promover a mitigação, ressarcimento ou reparação dos danos, perdas, violência e violações de direitos historicamente relacionados à atividade de exploração mineral, aqui interseccionada com as consequências de um desastre socioambiental envolvendo o rompimento de barragens de rejeitos e a todos os outros marcadores de exclusão identificáveis em parcela significativa da população atingida.

São palavras e falas ditas, muitas vezes, aos gritos ou de modo contido e tímido, embargadas pelo choro, tomadas por indignação, desespero, mágoa ou dor. Não importa o modo como são verbalizadas, tampouco os sentimentos que lhes dão expressão. Ninguém é capaz de escutá-las, de fato, nem mesmo quem que, por dever legal, deveria ouvi-las. Estas autoridades também não fazem parar, por meio de instrumentos jurídicos e administrativos próprios, as múltiplas violências e violações de direitos que roubam das(os) atingidas(os) suas condições de viverem com dignidade, manterem seus projetos de vida e suas vinculações ao território e, principalmente, traçarem o próprio destino. Diante da dificuldade crônica de agentes envolvidas(os) no processo de mitigação, reparação e ressarcimento das populações atingidas pelos desastres, o trabalho das(os) psicólogas(os) ganha relevância. Porém, os desafios que essas(es) profissionais enfrentam nesse campo de atuação, no entanto, são imensos.

Descrito o cenário que envolve a exploração mineral no Brasil e no Estado de Minas Gerais, diante da magnitude dos impactos, perdas, violência e violações de direitos produzidos pelo rompimento das barragens citadas, uma série de iniciativas do poder público, da sociedade civil organizada, de entidades internacionais, universidades, conselhos e entidades de classe, movimentos sociais e das pessoas e comunidades atingidas passou a denunciar, nomear e visibilizar os efeitos dos desastres. Nesse sentido, tanto os sistemas de justiça nacional e internacional, aqui entendidos de maneira ampla, quanto os sistemas de assistência social, saúde e cuidado, começam a ser acionados de maneira sistemática pela sociedade.

Dentro desse cenário, a Psicologia e a Psicologia Social foram convocadas, de diferentes formas e de distintos lugares, a se envolver, remover e colaborar, teórica e metodologicamente, na construção de respostas às diversas demandas e questões

psicossociais envolvendo desastres, conflitos socioambientais, pessoas e comunidades atingidas. Lembramos que, até então, o trabalho de psicólogas(os) em desastres de rompimento de barragens de rejeitos, advindos da atividade de exploração mineral, era pouco compreendido como um campo de atuação da Psicologia.

Entretanto, antes de adentrar na atuação da Psicologia junto às(os) atingidas(os) por desastres decorrentes do rompimento de barragens de mineração, é importante discutir o uso das terminologias de desastre ou acidente ambiental. Como posto por Barreto, Rosa e Mayorga (2020), e corroborado pela referência técnica do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019a; 2019b), os conflitos socioambientais existentes não foram provocados pela natureza ou por um avanço das tecnologias de mineração, por exemplo, mas surgem como consequência de um evento que ocorreu em um ambiente que se tornou vulnerável, como resultado de processos sócio-político-econômico-ambientais. Em uma visão mais geral, é papel da Psicologia Social auxiliar na validação da individualidade das pessoas e de seus discursos, permitindo que consigam construir sua comunidade (tanto física, enquanto espaço, quanto subjetiva, como a sensação de pertença a um grupamento em um novo local para o qual podem acabar sendo remanejadas(os) contra sua vontade). Para isso, seria necessário promover o aumento do controle e do poder por parte integrantes da comunidade, do ambiente social e individual. A comunidade, em si, é considerada por Barreto, Rosa e Mayorga (2020) como um ente dinâmico, formado por seres ativos, havendo relação entre essas pessoas e o meio ambiente em que vivem, sendo as comunidades um espaço/local, mas ao mesmo tempo um sujeito da prática psicossocial comunitária.

Por fim, pensar sobre a Psicologia Social e os desafios que ela encontra na construção de caminhos possíveis de abordagem dos danos e perdas socioambientais contemporâneos se faz relevante. Como demonstrado, as(os) atingidas(os) não são as(os) únicas(os) prejudicadas(os), porém, em última instância, são as(os) que vivenciam as rupturas permanentes em seus territórios, fundamentais para a sobrevivência e a manutenção de seus projetos de vida e existência. São vítimas históricas dos já citados processos de colonização e exploração territorial, convivendo com a incerteza de, a qualquer momento, serem deslocadas(os) compulsoriamente de suas casas, com o medo de serem soterradas(os), com alarmes

e rotas de fuga memorizados em suas cabeças e convivendo com pessoas e profissionais que não as(os) enxergam e as(os) interpelam cotidianamente. Isso tudo impõe uma perversa realidade a essas pessoas, que continua a alimentar e agravar os problemas sociais atuais de forma mais ampla. Nesse sentido, me pergunto: quais as contribuições e os desafios da Psicologia e das(os) psicólogas(os) que vêm se inserindo de múltiplas formas nos conflitos em questão? Temos especial interesse em práticas, pesquisas e reflexões que possuem uma interface direta com as(os) atingidas(os).

1.2 Desastres socioambientais, Psicologia Social e as(os) atingidas(os)

As características de grande parte das pessoas e comunidades atingidas pela atividade industrial de extração mineral, interseccionadas pela experiência de desastres envolvendo o rompimento de barragens de rejeitos, evidenciam que os conflitos socioambientais que balançam as estruturas do Estado de Minas Gerais estão relacionados aos contextos, às reflexões e às perspectivas consideradas pela Ecologia Política. Conforme Joan Martínez Alier (2017, p. 356), define-se a Ecologia Política como:

[...] campo emergente que analisa as relações entre as desigualdades de poder e a degradação do meio ambiente. Não apenas se os danos provocados atingem as espécies não humanas e as futuras gerações de seres humanos, mas também busca identificar se alguns setores da humanidade ressentem-se de um fardo desproporcional promovido pela degradação ambiental da atualidade. Os movimentos sociais nascidos de semelhantes conflitos ecológicos procuram equilibrar uma balança de poder, hoje em dia tão inclinada em favor de empresas multinacionais. A partir do ponto de vista da ecologia política, o enfretamento entre o crescimento econômico, a iniquidade e a degradação ambiental deve ser analisada nos marcos das relações de poder.

Ao tratar dos conflitos socioambientais e seu atravessamento diante da diversidade de pessoas, grupos e comunidades atingidas, deve-se perceber sua existência ao logo da história do Brasil. De acordo com Souza e Milanez (2016), os conflitos socioambientais podem ser entendidos, originariamente, como resultantes de alguma disputa pelo acesso a determinados recursos naturais ou serviços ambientais

que são a base do sistema de suporte à vida, sejam eles comercializáveis ou não. Nesse sentido, a forma como os grupos enxergam a utilização do ambiente pode gerar desigualdades sociais, territoriais e temporais no acesso a esses recursos e serviços, sendo incluídas, ainda, as mudanças pelas quais passaram as sociedades humanas e as desigualdades geradas pela poluição e pela degradação ambiental formada por si próprias, desfavorecendo grupos étnicos vulneráveis (SOUZA; MILANEZ, 2016).

Na teorização proposta por Robbins (2004) acerca do campo da Ecologia Política, o autor ressalta a importância do conflito e do debate político como pontos centrais nas diversas questões socioambientais. Nesse sentido, apresenta três importantes fatores sobre essa perspectiva relacional. O primeiro consiste no argumento de que os sistemas sociais são estruturados ao redor de divisões de trabalho e poder. O segundo versa sobre os direitos ligados à propriedade, que são defendidos e protegidos pelo sistema jurídico, embora sejam instrumentos politicamente parciais e contraditórios. O terceiro fator diz respeito aos atravessamentos de exclusão, por meio de questões de poder ligadas às diferenças de classe, gênero e raça, que produzem políticas públicas excludentes, desrespeitando contextos sociais e históricos de grupos excluídos da lógica hegemônica.

Nesse sentido, observamos um diálogo na Psicologia Social, que se coloca interessada na relação que há entre o indivíduo e a sociedade, na maneira em que atua sobre a interdependência que existe entre ambos, revelando a impossibilidade de existirem sem o outro (GUARESCHI, 2004). Nesse ponto, a Psicologia Social assumiria um local estratégico, por ultrapassar as barreiras que são colocadas diante da Psicologia enquanto clínica individual, abarcando as diferentes expressões da violência e os efeitos surgidos das desigualdades sociais impostas pelo sistema ao qual submetem-se os sujeitos e que impactam sua subjetividade (CFC, 2019a).

O Brasil, enquanto o último país do mundo a abolir a escravidão, possui em sua história de invasão colonizadora elementos singulares que marcam as relações sociais e ambientais para com os povos negros, indígenas e minorias raciais não europeias até os dias atuais. Num projeto vigente de apagamento e embranquecimento, o racismo contra esses grupos étnicos é diluído no mito da democracia racial que estrutura uma ambiguidade colocada por Milanez e colegas (2019), ao tratarem a realidade vivenciada pelos povos indígenas:

[...] por um lado, temos um Estado de Direito fundado sobre uma Constituição Federal que reconhece direito originários territoriais e o direito à diferença; e, por outro, os ataques constantes que as populações indígenas sofrem tanto no campo quanto em embates jurídicos e legislativos liderados por seus inimigos, como os ruralistas, os missionários, as mineradoras, e assim por diante (MILANEZ et al., 2019, p. 164).

De acordo com Giacometti e Floriani (2021), para discutir os conflitos socioambientais é imprescindível que se faça uma análise da História do nosso país e toda a herança advinda da colonização portuguesa, pois a partir desse marco histórico iniciou-se o processo de mercantilização da natureza por meio do extrativismo. Ainda de acordo com os autores, atualmente há uma certa modernização dessa relação, em que a natureza ainda é vista apenas como uma fonte de lucro, em prol da manutenção do capital, desconsiderando-se todo o impacto causado pela exploração incessante dos recursos naturais. Além disso, os autores argumentam que há um esforço das grandes potências econômicas em manter os países na condição de colonizados, em que estes exportam matéria-prima bruta de baixo custo e, posteriormente, importam os frutos desse material por um alto custo, o que consequentemente gera lucro apenas para as grandes potências econômicas que, na maioria dos casos, ocupavam a posição de colonizadores, e favorece o modelo de desigualdade global entre as nações (GIACOMETTI; FLORIANI, 2021).

Corroborando com essa proposição, Acosta (2016, p. 59) argumenta que:

[...] as companhias estrangeiras gozaram e ainda gozam de um marco referencial favorável. Em muitos casos, seus executivos ou advogados ocupam postos-chave nos governos. Dessa maneira, contam também com o respaldo de poderosos escritórios de advocacia e com o apoio da grande imprensa, garantindo, assim, que as políticas públicas ou as reformas legais lhes sejam vantajosas.

De um lado, temos empresárias(os), funcionárias(os) do alto escalão das empresas e agentes políticas(os) do Estado portando a fala protocolar, com expressões faciais e corporais que revelam a indiferença e a impermeabilidade diante das denúncias proferidas pelos mais diversos segmentos da sociedade. Seus argumentos são suportados pelos “dogmas da ciência moderna”, a saber: imparcialidade, neutralidade, linearidade temporal, objetividade e universalidade

(BANDEIRA, 2008). De outro lado, temos as(os) atingidas(os) com suas roupas simples e seus vocabulários e falas que fogem às regras da língua culta e/ou, muitas vezes, apresentam expressões emocionais “inadequadas” para o momento. Marcadas(os) pela experiência e pela vivência, seus argumentos são suportados por outros referenciais, como o cotidiano, as observações realizadas no ambiente, as transformações nele percebidas, os sentimentos vivenciados durante os processos, a singularidades dos processos, suas cosmologias, seus saberes e seus conhecimentos tradicionais. Trata-se de referenciais claramente colocados em posição hierárquica inferior. As contradições estampadas nesses espaços e corpos revelam o cenário mais amplo de injustiça ambiental e de racismos ambientais históricos no contexto das atividades industriais de extração mineral em Minas Gerais, que é dramaticamente ampliado nos casos que se interseccionam desastres envolvendo rompimento de barragens de rejeitos.

O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais — ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. — que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas — barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias — que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida (HERCULANO, 2008, p. 16).

Reitera-se também a lógica do colonialismo do poder, por meio da qual se estabelece a relação histórica de exploração entre países do norte e do sul pelo eurocentrismo (QUIJANO, 2005). Ao se aprofundar nos debates acerca das dívidas ecológicas dos primeiros aos segundos, percebe-se que as fronteiras da extração e da poluição avançam, a cada dia, em direção a novos territórios vulneráveis. Isso promove conflitos locais e globais em decorrência da “partilha geográfica e social da contaminação e sobre o acesso aos recursos naturais” (ALIER, 2017, p. 333).

Viu-se, com o aumento da complexidade da sociedade humana em momentos como a revolução agrícola e o surgimento do capitalismo, a irrupção do abismo entre

desenvolvimento e sustentabilidade/preservação ambiental. Mas nem todos os povos possuem essa relação com a terra, como pode ser observado nos registros cartográficos do INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial), que revelam como as áreas demarcadas de territórios indígenas são verdadeiros oásis verdes cercados pelo desmatamento desenfreado. E os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e rurais são sujeitos que, historicamente, compartilham uma ligação estrita com a terra, muito distante do padrão central europeu exploratório, e tornaram-se um obstáculo para o avanço da produção minerária e expansão capitalista, sendo alvos e vítimas dentro dos conflitos socioambientais, sofrendo grande parte das violências e violações de seus direitos básicos pautadas nas relações assimétricas de poder, alicerçadas no racismo estrutural.

Cabe aqui destacar que os povos indígenas, originários, tradicionais, camponeses, quilombolas e parte significativa das(os) atingidas(os), entre outras minorias que não se enquadram ao modo de vida hegemônico, mesmo com toda dificuldade continuam a resistir e buscar alternativas ao modelo que destrói direta e indiretamente suas formas e modos de existir e de apropriarem-se de seus territórios. Ao abordar a encruzilhada existente entre os projetos de desenvolvimento hegemônicos e o “Bem Viver”, Wahren (2016) apresenta uma hipótese consistente, porém incômoda, acerca das disputas inconciliáveis em torno da natureza vivenciada na América Latina:

Nossa hipótese é que as disputas entre os projetos de “desenvolvimento” e os modos de vida e produção indígena e camponesa, o “Bem Viver” e o “Nosso jeito de ser/estar”, encenam um conflito por um espaço de convivência entre atores mutuamente exclusivos. As formas de habitar e praticar os territórios das empresas multinacionais não pode coexistir com o Ñande Reko Guaraní ou o Bem Viver Kichwa/Aymara, o que exige um uso material e simbólico da Natureza impossível de praticar no mesmo território onde são aplicadas práticas extrativistas, típico das indústrias de hidrocarbonetos, agronegócio ou mineração sobre a Natureza mercantilizada (WAHREN, 2016, p. 24).¹⁶

16 Do original: Nuestra hipótesis es que las disputas entre los proyectos de “desarrollo” y las formas de vida y producción indígena y campesina, el “Buen vivir” y “Nuestro modo de ser/estar”, pone en escena un conflicto por un espacio de vida entre actores que son mutuamente excluyentes. Las formas de habitar y practicar los territorios de las empresas multinacionales no pueden coexistir con el Ñande Reko guaraní o el Buen Vivir Kichwa/Aymara que precisa una utilización material y simbólica de la Naturaleza imposible de practicar en un mismo territorio donde se aplican las prácticas extractivistas propias de las industrias hidrocarburíferas, del agronegocio o mineras por sobre la Naturaleza mercantilizada.

A partir disso, pode-se entender o porquê de as pessoas e comunidades atingidas serem tratadas como uma grande ameaça para o projeto de sociedade hegemônica. Fica evidente que essas pessoas entendem a natureza e a terra a partir de outras perspectivas e cosmologias, o que, para o mercado que busca apenas o lucro, se mostra como um entrave para o modelo predominante do capitalismo.

Como defendido por Spivak (2010), a ausência de condições de produção de registros, a desvalorização das racionalidades dos grupos subalternos diante de uma estrutura de pensamento hegemônico, as condições desiguais e os atravessamentos de poder historicamente impostos são elementos que culminam na situação de vulnerabilidade. Atacam-se as memórias, as formas de registro das histórias, o reconhecimento das experiências e as racionalidades, enfim, a possibilidade real de falarem e de serem ouvidas(os) em uma condição simétrica de poder e reconhecimento. No caso dos desastres envolvendo o rompimento de barragens, a condição de subalternidade afeta diretamente as possibilidades de reconhecimento, mensuração e reparação dos danos, das perdas, das violências e violações de direitos das pessoas e comunidades atingidas.

Diante do exposto, a fala e a memória representam não apenas os instrumentos possíveis de manifestação das pessoas e comunidades atingidas. Para além disso, são as ferramentas que elas possuem para resistir aos processos contínuos de colonização e recolonização de seus territórios, contrapondo-se à lógica do capital e dos sentidos que se atribui a seu lugar, afirmando-o e reivindicando-o como espaço da vida e pertencimento social. Ribeiro (2017, 59), ao refletir sobre o lugar de fala, apresenta a seguinte hipótese:

Nossa hipótese é a de que, a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análise e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem o propõe, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica.

Quando um(a) psicólogo(a) é convocado a participar de conflitos socioambientais envolvendo o rompimento de barragem de rejeitos da mineração, pressupõe-se que ela(e) conceberá sua atuação, sua intervenção, sua ação e sua

construção de conhecimentos científicos e saberes reconhecendo o lugar de fala e do território das pessoas e comunidades atingidas, permitindo maior compreensão situacional e localizada das realidades, das lutas, das resistências, dos danos, das perdas e das dificuldades cotidianas, individuais e coletivas vivenciadas por elas, assumindo que as causas e as consequências dos desastres se interseccionam e, por isso, estão articuladas com diversos marcadores estruturais de exclusão, opressão e vulnerabilização, como os de raça, classe e gênero, historicamente presentes na sociedade mineira e brasileira.

Nesse sentido, a crítica feminista à ciência moderna (BANDEIRA, 2008) pode ser assumida como uma premissa epistemológica relevante, uma vez que desmonta e revela os vazios, as impossibilidades e as violências produzidos pela ciência hegemônica. Vale lembrar que os conhecimentos técnicos, tecnológicos e jurídicos relacionados ao campo da mineração são frequentemente alicerçados a perspectivas liberais e positivistas de ciência. A referida crítica é um elemento competente e potente na busca pela proteção, evidenciação, garantia e efetivação do ressarcimento, da reparação ou da mitigação dos danos e das perdas socioambientais, violências e violações de direitos vivenciados historicamente pelas(os) atingidas(os) da atividade industrial de exploração e extração mineral — aqui, também atingidas(os) por desastres envolvendo o rompimento de barragens de rejeitos.

Há críticas feministas à epistemologia e à racionalidade científica moderna ocidental hegemônica, e às possibilidades que essas perspectivas têm de ampliar e qualificar o entendimento sobre a realidade em questão, em prol do reconhecimento, qualificação e complexificação do entendimento de que os conflitos socioambientais em questão transformam os territórios onde estão instalados em verdadeiros cenários de injustiça ambiental (ACSELRAD; CAMPELO; BEZERRA, 2009). Assim sendo, pode-se revelar o caráter perverso das esferas burocráticas, administrativas, econômicas e de poder nas quais se produzem a desautorização, o esvaziamento e o silenciamento das falas e das denúncias proferidas pelas comunidades atingidas.

A importação do capitalismo de “fora para dentro” e através, antes de tudo, de suas “práticas institucionais”, sem o contexto ideacional de fundo moral, religioso e cognitivo, que na Europa transformou-se em fermento revolucionário, o qual acompanhou a entronização da lógica econômica e logrou modificar e generalizar, por conta de ideias morais, religiosas e políticas, um

patamar de igualdade efetivo, infra e ultrajurídico, teve, no Brasil, um outro destino. Aqui a importação das “práticas institucionais” foi meramente acompanhadas de “ideologias pragmáticas” como o liberalismo, o qual funcionou como uma espécie de “graxa simbólica” destinada a facilitar a introdução pragmática do mundo dos contratos e da representação elitista no contexto primitivo e personalista anterior, mas que sempre encontrou seu limite em qualquer expansão realmente generalizante dos mesmos princípios (SOUZA, 2006, p. 184-185).

Os mecanismos por meio dos quais se estabelecem os processos de esvaziamentos e invisibilidades das pessoas e comunidades atingidas, bem como dos discursos que as valorizam e as reconhecem, se refletem nas dificuldades que elas têm de demonstrar e fazer valer seus direitos em face aos danos, perdas, violência e violações de direitos sofridos e relatados. É importante fazer referência a alguns desses mecanismos, a saber:

1. a racionalidade científica moderna ocidental, que reitera a ocultação, o silenciamento e a desautorização das pessoas e comunidades atingidas, na medida em que reproduz, por meio das agências jurídicas e administrativas do Estado, as relações de poder e de saber que historicamente colonizam os espaços que a elas pertencem;
2. o anacronismo dos institutos jurídicos clássicos para lidar com as especificidades dos danos ambientais (LEITE, 2012);
3. às condições de vulnerabilidade e hipossuficiência dos atingidos, devido às quais pesa a carga injusta e desigual dos danos e custos ambientais (ALIER, 2017);
4. a situação de subalternidade de pessoas e comunidades atingidas que possuem restrições históricas em relação às condições de registro e valoração de suas histórias e memórias e carregam a impossibilidade de fala e registro dos conflitos em que estão imersos (SPIVAK, 2010);
5. a interseccionalidade de processos históricos de exclusão, opressão e violação de direitos e marcadores sociais de diferença, os quais se entrelaçam e atravessam a maior parte das experiências de vida das pessoas e comunidades atingidas, revelando formas complexas de colonização (HENNING, 2015).

Paradoxalmente, é também nos conflitos socioambientais que a legitimidade dos processos de subalternização é posta em xeque, haja vista a desigualdade de

poder expressa e manifestada pela extrema violência simbólica (BOURDIEU, 1989) presente nesses contextos. As assimetrias nas relações de poder são facilmente percebidas pelo desnivelamento de capitais entre os atores envolvidos nos conflitos e por suas consequências negativas em relação aos atingidas(os) e sobre o saber e o fazer da(o) psicóloga(o) social.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1970/2009, p. 8-9).

Calcado em uma lógica própria de ocultação e dominação, o colonialismo extrapola o domínio de territórios sob o modelo econômico neoextrativista e se reproduz nas mentalidades e nas subjetividades. Alinhado à própria epistemologia ocidental, também penetra a ciência moderna e o tecido social, campos estes interseccionados por diversas relações de poder e hierarquização das experiências.

O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. ... Deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua (COLAÇO, 2012, p. 8).

Nesse aspecto, é preciso que a Psicologia apoie as comunidades e pessoas atingidas em todos os seus processos de resistência e luta contra quem ataca, invade e destrói suas terras, territórios e seus vínculos sociais e afetivos (CFC, 2019b). Por isso diz-se da importância de se realizar um levantamento sobre como psicólogas(os) percebem e lidam com os referidos desastres. Não se pode apenas engajar e incentivar uma luta por parte das pessoas. A Psicologia, nesses casos, é convocada a atuar juntos às(os) atingidas(os), em seus embates e oposições perante o modelo capitalista hegemônico.

Em especial, no caso da Psicologia Social, isso se reforça devido à grande inserção de psicólogas(os) nas ações de negociação, mitigação, reparação, pesquisa e relacionamento com a comunidade, entre outras possibilidades de inserção no

conflito, que têm se mostrado necessárias, porém recheadas de fragilidades, ambiguidades, atropelos e hierarquias no saber e no fazer dessas(es) profissionais. Diante disso, cumpre compreender que a atuação da(o) psicóloga(o) envolvida(o) em conflitos socioambientais frequentemente se dá em interface com os sistemas de justiça nacional e internacional. Sendo assim, é importante a reflexão sobre como se dão as manifestações de poder que orbitam em torno dos procedimentos e dos processos de reparação, mitigação e recuperação, tanto individuais quanto coletivos, das(os) atingidas(os) por desastres de rompimento de barragens de rejeitos. O modo como as populações atingidas por esses desastres têm suas racionalidades solapadas e suas vozes silenciadas pelas lógicas do capitalismo contemporâneo, da ciência moderna e de uma das veias de ação da necropolítica do Estado (MBEMBE, 2015) deve ser enfrentado, trabalhado, pesquisado, analisado, refletido e compartilhado pela Psicologia que, de alguma forma, deve, por meio de sua ação coletiva, se comprometer a promover a transformação dessas inaceitáveis e ininterruptas violências e violações de direitos.

Para além de uma atuação mais tradicional por parte da Psicologia, oferecendo acolhimento e contribuindo para processos de nomeação do sofrimento psíquico, as(os) psicólogas(os) podem e devem contribuir na ampliação da percepção das vulnerabilidades sociais e ambientais presentes num determinado território. Elas(es) devem desenvolver estratégias em conjunto com o poder público, os movimentos sociais, organizações do terceiro setor e a população, a fim de reduzir perdas, danos, violências e violações de direitos, reconhecendo contextos, situações e marcadores sociais, raciais, econômicos e de gênero que se interseccionam na produção das diferentes formas de vulnerabilizações sociais. Nesse sentido, é preciso compreender que a perspectiva da justiça social não exclui a singularidade subjetiva, isto é, a forma como cada uma(um) das(os) atingidas(os) vivencia e lida com os desastres e seus desdobramentos (CFC, 2019a). Pode-se fornecer a escuta e o acolhimento individual, mas não se deve lançar mão dos contextos socioculturais, políticos, econômicos, étnicos, históricos e de gênero, ou seja, uma atenção psicossocial micro e macro.

Assumindo muitas vezes os postos de peritas(os), assessoras(es), pesquisadoras(es), profissionais liberais, servidoras(es) públicas(os), atores/atrizes do processo judicial, empregadas(os) de mineradoras, ativistas e integrantes de movimentos sociais, entre outros papéis que possibilitam sua imersão no conflito,

as(os) psicólogas(os) passaram a lidar cotidianamente com dificuldades e limitações ao se aproximarem de um problema tão complexo. Moreira e Soares (2020) aprofundam as reflexões sobre a relação da Psicologia Social em interface com a justiça, enfatizando o papel atribuído à(ao) psicóloga(o), como perita(o) ou avaliadora(o) de uma demanda, o que é muito pertinente para analisarmos situações de conflitos socioambientais e o esperado da(o) profissional de Psicologia nesse contexto. Muitas vezes as(os) profissionais são chamadas(os) para validar um sofrimento subjetivo e psicossocial frente a outros grupos de poder que participam de um determinado conflito. Essa posição, além de extremamente delicada, pode gerar universalizações e reducionismos tanto da prática profissional quanto das experiências das(os) atingidas(os), o que em última análise pode ser uma nova fonte de opressão e violência legitimada por meio dos discurso técnico-científico e de uma visão estereotipada sobre o fazer da profissão. Cabe aqui destacar que os desastres envolvendo o rompimento de barragens, tanto em Mariana quanto em Brumadinho, tiveram intensa participação do Poder Judiciário, o que acaba por interpelar e atravessar de maneira significativa o campo de atuação das(os) psicólogas(os) e por isso deve ser analisado com bastante cuidado e profundidade. Nesse sentido, destacamos que as experiências da Psicologia Social em interface com as Políticas Públicas e Poderes do Estado de uma maneira ampla são importantes elos de conexão com temática aqui trabalhada.

Entende-se que a interação entre o Estado, as empresas e as pessoas e comunidades deve se dar por meio de metodologias e instrumentos afeitos às realidades vivenciadas pelas(os) atingidas(os). Estas(es) devem estar cientes dos marcadores sociais que se interseccionam e se entrelaçam, produzindo relações de exclusão, de violação de direitos e de violências sentidas, vivenciadas, internalizadas e naturalizadas.

As análises advindas da Psicologia não devem ter um caráter meramente figurativo para psicólogas(os) inseridas(os) nos espaços formalmente destinados ou espontaneamente construídos diante da necessidade de participação social perante a magnitude dos desastres. Compreende-se que, apesar de não haver uma teoria crítica geral e única da Psicologia, as contribuições do pensamento feminista em relação à ciência e à crítica aos seus principais fundamentos fornecem bons subsídios para melhor compreensão e melhor abordagem do problema.

[...] a crítica feminista é de contexto, relacional e relativista o que de início implica numa atitude crítica iconoclasta que consiste em não aceitar totalidades universais ou balizas fixas. Trata-se de historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar, tais como os de reprodução, família, público, particular, cidadania, sociabilidades a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados (BANDEIRA, 2008, p. 1).

Sobretudo, a Psicologia, enquanto dever ético, deve ter cuidado para que não se produzam e/ou reproduzam práticas colonizadoras (em que o saber e o poder encontram-se do lado de quem chega para prestar um atendimento), algo que poderia resultar em uma revitimização pelo fato de se sobreporem modos de vida e pensamentos estranhos ao grupo social (CFC, 2019a). A participação da comunidade é que vai permitir que as ações de cuidado e assistência da Psicologia não se tornem imposições violadoras de direitos. Entretanto, não se pode ignorar as dificuldades de se trabalhar com os sujeitos, famílias e comunidades de atingidas(os) cujos territórios, fisicamente, deixaram de existir, mas que permanecem nas memórias e tentativas de reconstrução (BARRETO; ROSA; E MAYORGA, 2020).

A formação de profissionais de Psicologia também se dá por meio de um caráter ainda muito eurocêntrico, positivista, colonial, sexista, racista e machista, apesar do processo de transformação epistemológica que vivenciamos. É nesse caminhar que precisamos estar abertos a conhecer a historicidade, as cosmovisões, os sistemas simbólicos e suas múltiplas determinações, para escaparmos da visão percebida a partir de nossas próprias vivências e exercermos as ferramentas que temos de melhor a oferecer: a escuta e o cuidado. Nesse caminhar, como dito anteriormente, é que busco me aproximar de metodologias e saberes que rompam com os resquícios e violências ainda exercidos por uma lógica e um tempo que não existe mais, como o colonialismo. Ou melhor: que não deveria existir mais.

“Não operarmos junto a esses segmentos aqueles mecanismos da empresa colonial de dessubjetivação e ressubjetivação a partir dos vetores de hierarquização de raça, gênero, modos de trabalhar e relacionar-se com a natureza, bem como do campo dos saberes” (CFC, 2019a, on-line).

Por fim, pensar sobre o papel da(o) psicóloga(o) e na ciência e na construção de novos caminhos possíveis para a abordagem dos danos socioambientais contemporâneos se faz relevante e urgente. Entende-se que o estabelecimento de zonas de contato entre campos de pesquisa, diferentes mundos e sistemas normativos, práticas, conhecimentos e saberes promoveria saídas adequadas para o entendimento multidimensional dos conflitos socioambientais de alta complexidade. Para reafirmar o compromisso ético da(o) psicóloga(o) e ilustrar o problema e a magnitude de suas consequências nas sociedades latino-americanas, Martín-Baró (1985) reivindica um lugar para as(os) psicólogas(os) nos processos de libertação:

Porque se o psicólogo não é chamado a intervir nos mecanismos socioeconómicos que articulam as estruturas de injustiça, é chamado a intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas; Se não cabe ao psicólogo conciliar forças e interesses sociais conflitantes, cabe a ele ajudar a encontrar formas de mudar hábitos violentos por outros mais racionais; e se a definição de um projeto nacional autónomo não for da sua competência, pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda às exigências mais autênticas do povo (MARTÍN-BARÓ, 2006, p.110).¹⁷

Se as(os) psicólogas(os) querem atuar em favor da libertação das(os) atingidas(os), precisam, antes de tudo, adotar um compromisso crítico frente aos processos, assumindo a perspectiva das maiorias populares e construindo uma nova racionalidade científica para enfrentar as verdades do poder estabelecido.

Considerações finais

Avaliamos que as ponderações apresentadas neste texto possuem potencial para auxiliar a(o) profissional de Psicologia, em especial aquela(e) que se alinha à Psicologia Social, na reflexão acerca dos impactos, perdas, danos, violências e violações de direitos decorrentes de desastres envolvendo rompimento da barragem

17 Do original: Porque si el psicólogo no es llamado a intervenir en los mecanismos socioeconómicos que articulan las estructuras de injusticia, sí es el llamado a intervenir en los procesos subjetivos que sustentan y viabilizan esas estructuras injustas; si no toca al psicólogo conciliar las fuerzas e intereses sociales en pugna, sí le compete ayudar a encontrar caminos para cambiar los hábitos violentos por hábitos más racionales; y si no queda bajo su competencia la definición de un proyecto nacional autónomo, sí puede contribuir a la formación de una identidad, personal y colectiva, que responda a las exigencias más autênticas de los pueblos.

de rejeitos e/ou de empreendimentos de exploração mineral, e suas consequências para a população atingida e a sociedade de maneira geral. Estamos cientes de que este trabalho é apenas um exercício inicial e que muito nos escapa.

Os desastres socioambientais – como fenômeno resultante de dinâmicas socioeconômicas, relações de poder e processos estruturais de exclusão e vulnerabilização de pessoas e comunidades não pertencentes à lógica hegemônica cultural, social, racial, econômica e de gênero – invariavelmente marcam as experiências de grande parte das(os) atingidas(os). As interseccionalidades oriundas desses processos produzem e diferenciam as situações de ausência e violação de direitos no cenário regional e nacional, agravando todo o contexto aqui descrito. A complexidade das situações vividas diante de tais conflitos socioambientais se traduz em danos, perdas, riscos, violências, violações, ameaças e medos que se fazem presentes na realidade objetiva, subjetiva e comunitária de atingidas(os) e da sociedade. Contudo, de modo geral, há poucas informações e dados produzidos que possam qualificar e sistematizar a atuação da Psicologia Social nesse cenário. Outro desafio a ser enfrentado consiste nas diversas relações da(o) psicóloga(o) social inserida(o) em conflitos socioambientais com os sistemas de justiça nacional e internacional. De todo modo, algumas pesquisas acadêmicas recentes apontam para elementos que ajudam a refletir e construir essa possibilidade de atuação.

A partir do contexto envolvendo rompimentos de barragens de rejeitos, Miranda et al. (2017) abordam os processos de desterritorialização de moradoras(es) de Bento Rodrigues/MG. Embora não tenham os mesmos objetivos desta reflexão, as autoras reforçam as dificuldades de mensuração das implicações do desastre diante da subjetividade das famílias atingidas, sobretudo no que diz respeito à destruição de heranças, memórias e tradições que constituem as noções subjetivas de territorialidade. Esse é um tema de extrema relevância para a Psicologia Social.

Assim, destaca-se a importância de a Psicologia Social contribuir para trazer à tona as múltiplas subjetividades das populações atingidas pelos rompimentos das barragens de rejeitos, a fim de formular normativas, políticas públicas, projetos e ações em prol da garantia, proteção e efetivação de direitos, ressaltando ainda que os direitos dessa população passam invariavelmente pelo território, uma vez que seus sentidos e significados se revelam na dimensão do local.

Referências

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Eds.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**, p. 50-74. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- ACSELRAD, H., et. al. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, v. 16, n.1, 207-228, 2008.
- BARRETO, L. C. et. al. Comunidades sujas de lama: da destruição à ressignificação e a resistência em Mariana/MG. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. 1-17, 2020.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- COLAÇO, T. L. (2012). **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. vol. 1. São Paulo: Fundação Boiteux, 2012.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. (2019). **Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres**. Disponível em: <https://acesse.dev/vWVhd>. Acesso em: 05 de mai. 2024.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. (2019). **Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) com povos tradicionais**. Disponível em: <https://11nq.com/mOv6V>. Acesso em: 05 de mai. 2024.
- DIAS, A. L.F.; OLIVEIRA, L. F. de. (Coord.). **Violações de direitos e dano ao projeto de vida no contexto da mineração**. São Carlos: Editora Scienza, 2018a.
- DIAS, A. L. F.; OLIVEIRA, L. F. de. (Coord.). **Violências de mercado e de estado no contexto do empreendimento minerário Minas-Rio – Conceição do Mato Dentro-MG, 2015 a 2017**. São Carlos: Scienza, 2018b.
- EIRD – Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres. **Campanha Mundial Construindo Cidades Inteligentes**. 2009. Disponível em: <https://www.eird.org/camp-10-15/port/>. Acesso em: 05 de mai. 2024.
- FELDMAN, S., GEILER, C.; SILBERLING, L. Moving targets: displacement, impoverishment, and development. **International Social Science Journal**, v. 55, n.175, p. 7-14, 2003.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 2012.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM Editora, 2010.

GIACOMETTI, R. B.; FLORIAN, D. Conflitos socioambientais e disputas sobre as terras indígenas. **Revista Videre**, v. 13, n. 26, p. 97-121, 2021.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUARESCHI, P. **Psicologia social: crítica como prática de libertação**. São Paulo: Edicpurs, 2004.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, v. 20, n.2, p. 97-128, 2015.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2008.

LEITE J. R. M. (Coord.). **Dano ambiental na sociedade de risco**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARTIN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la libertación. **Psicología sin Fronteras**, v. 1, n. 2, p. 7-14, 2006.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2015.

MILANEZ, F. et al, Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. **Revista de Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, p. 2161-2181, 2019.

MIRANDA, M. G., FRIEDE, R., RODRIGUES, A. C., & ALMEIDA, D. S. Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. **Interações**, 18(2), 3-12, 2017.

MOREIRA, L. E; SOARES, L. C. E. C. (2020). O que a psicologia social tem a dizer ao campo jurídico? In: SOARES, L. C. E. C.; MOREIRA, Lisandra Espíndula (Ed.). **Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça**, p. 12-20. São Paulo: ABRAPSO.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: L. Edgardo (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas Latino-Americanas**, p. 22-52. São Paulo: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROBBINS, P. **Political ecology: a critical introduction**. New York: Blackwell, 2004.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690–1750. In: L. Bethell (Ed.). **História da América Latina: América Latina colonial**, v. 2, p. 471-526, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: por uma sociologia política da modernidade periférica. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

SOUZA, L. R. C.; MILANEZ, B. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 11, n.14, 2-12, 2016.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Projeto Brumadinho, 2021**. Disponível em: <http://projeto-brumadinho.ufmg.br/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Polos de Cidadania, 2024**. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

UNISDR. United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2015. **History**. Disponível em: <http://www.unisdr.org/who-we-are/history>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMA, F. D. (Ed.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens, p. 39-63. Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2008.

WAHLEN, J. La naturaleza en disputa en América Latina: la encrucijada civilizatoria entre el “desarrollo” y el “buen vivir” desde una mirada decolonial. **Revista de Geografía**, v. 33, n. 3, 6-28, 2016.

ZHOURI, A. et. al. (2017). The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. **Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 2, p. 100-122.

2 ARTIGO – ASPECTOS SOBRE A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS GERAIS¹⁸

Resumo: A presente pesquisa investiga a atuação de psicólogas(os) em desastres de rompimento de barragens no Quadrilátero Ferrífero, evidenciando lacunas na formação acadêmica específica para esses contextos e a complexidade das práticas profissionais. O estudo inclui entrevistas com psicólogas(os) envolvidas(os) em atuações profissionais/acadêmicas relacionadas aos rompimentos de barragens de rejeitos da mineração nos últimos dez anos, cuja análise revela a necessidade de uma abordagem mais integrada, destacando a importância da comunicação, empatia e inovação frente a desafios como negligência estatal e violência institucional. A mineração e suas relações de poder assimétricas são fatores críticos nos desastres e este artigo aponta a necessidade de práticas psicossociais adaptadas à realidade de pessoas atingidas, propondo a adoção de abordagens transdisciplinares e intersetoriais para aprimorar o cuidado. A escuta ativa e a troca dialógica são essenciais para desenvolver novas noções de cuidado e saúde, contribuindo para práticas mais eficazes e humanas na gestão de desastres.

Palavras-chave: Psicologia; desastres; mineração; governança; cuidados.

Abstract: The study investigates the role of psychologists in dam collapse disasters in the Iron Quadrangle, underlining gaps in academic training specific to these contexts and the complexity of professional practices. The study includes interviews with psychologists involved in professional and educational activities connected to the collapse of mining tailings dams in the last ten years. The analysis reveals the need for a more integrated approach, emphasizing the importance of communication, empathy, and innovation in challenges such as state neglect and institutional violence. Mining and its asymmetric power relations are critical factors in disasters, and this article stresses the need for psychosocial practices adapted to the reality of affected individuals, proposing transdisciplinary and intersectoral approaches to improve care. Active listening and dialogical exchange are essential to developing new notions of care and health, contributing to more efficacious and humane practices in disaster management.

Keywords: Psychology; disasters; mining; governance; care.

Resumen: El estudio investiga el papel de los psicólogos en los desastres por colapso de presas en el Cuadrángulo de Hierro, subrayando las lagunas en la formación académica específica de estos contextos y la complejidad de las prácticas profesionales. El estudio incluye entrevistas con psicólogos involucrados en actividades profesionales y educativas relacionadas con el colapso de presas de relaves mineros en los últimos diez años. El análisis revela la necesidad de un enfoque más integrado, enfatizando la importancia de la comunicación, la empatía y la innovación en desafíos como la negligencia estatal y la violencia institucional. La minería y sus relaciones asimétricas de poder son factores críticos en los desastres, y este artículo enfatiza la necesidad de prácticas psicossociales adaptadas a la realidad

¹⁸ As reflexões apresentadas neste artigo foram pensadas de acordo com as regras de submissão da Revista Ambiente & Sociedade. Ver: AMBIENTE E SOCIEDADE. **Home**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/>. Acesso em: 10 de abr. 2024.

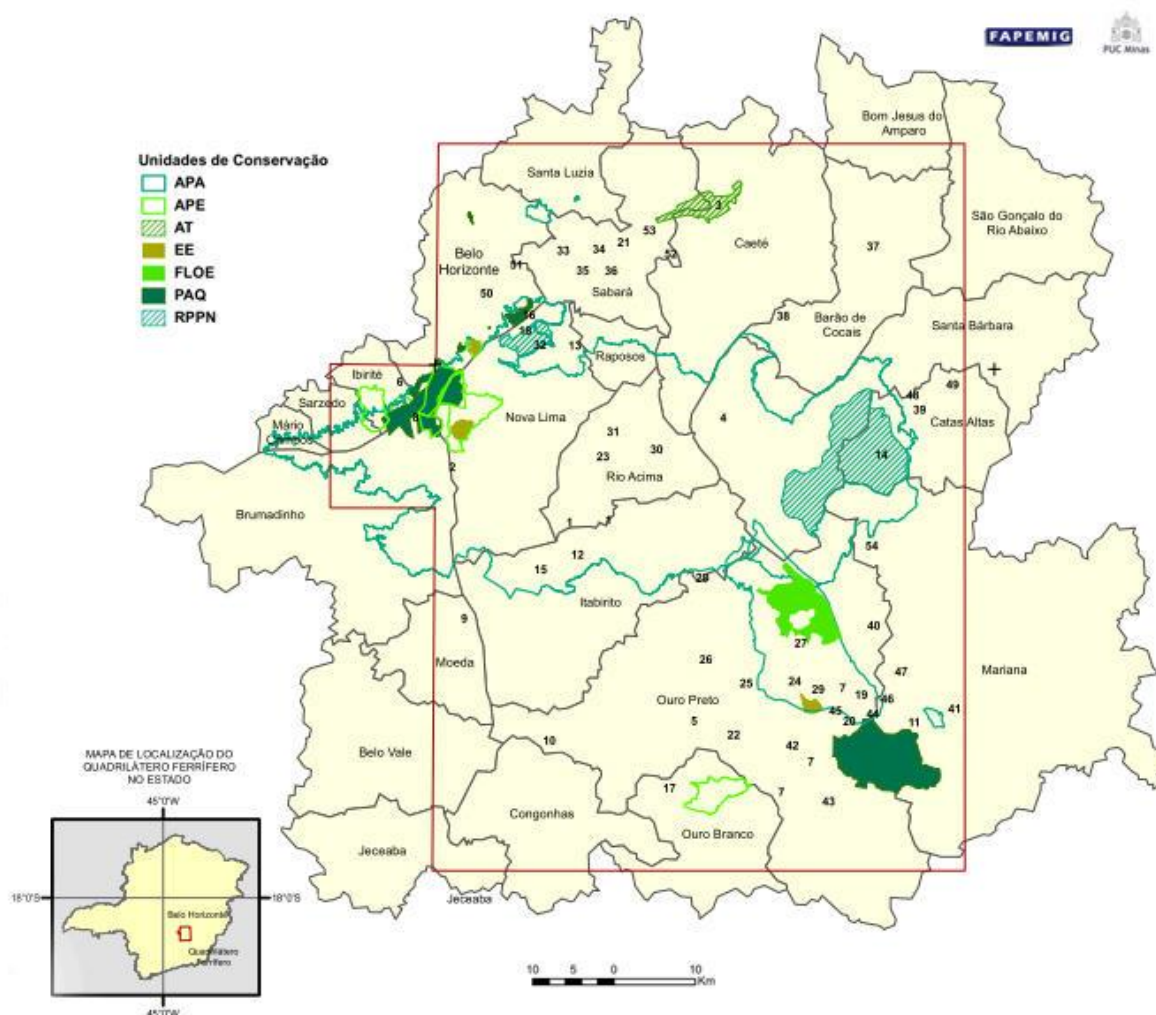
de los individuos afectados, proponiendo enfoques transdisciplinarios e intersectoriales para mejorar la atención. La escucha activa y el intercambio dialógico son esenciales para desarrollar nuevas nociones de atención y salud, contribuyendo a prácticas más eficaces y humanas en la gestión de desastres.

Palabras clave: Psicología; desastres; minería; gobernanca; cuidado.

Introdução

O centro-sul de Minas Gerais, onde se localiza o principal polo minerário do sudeste do Brasil, tem um importante papel no desenvolvimento socioeconômico nacional desde os tempos coloniais. Desde a descoberta do ouro, ao final do século XVII, a mineração tem atuado como atividade para a interiorização e fixação urbana da população brasileira, outrora restrita a poucos quilômetros da costa. Após o auge da extração de ouro com ferramentas rudimentares e semimecanizadas, a região já contava com populações urbanas e se estabeleceu como o centro cultural, econômico e de poder na região do que hoje entendemos como o Quadrilátero Ferrífero, Estado de Minas Gerais, Brasil. Em novo ciclo econômico tendo como base a mineração, não mais exclusivamente o ouro, mas incorporando as vastas reservas de ferro e de alumínio, a mineração se revigora economicamente na região. Impulsionada pelo novo ciclo econômico aliado à crescente industrialização brasileira no século XX, o Quadrilátero Ferrífero se firmou como a região de maior pujança econômica de Minas Gerais, integrando as cadeias produtivas mineral e metalúrgica ao crescimento de Belo Horizonte, a nova capital em substituição a Ouro Preto. O núcleo do poder se manteve próximo ao mais importante recurso natural do Estado. Os dados obtidos no último Censo mostram que o Quadrilátero Ferrífero e seus arredores concentram cerca de 21,8% da população e 26,8% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual (CASTRO; NALINI; LIMA, 2011). A Figura 3 a seguir apresenta um mapa da região.

Figura 3 Mapa do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brasil.



Fonte: UFOP (on-line).

Em um contexto que alia a concentração da população ao redor da capital e nas cidades vizinhas à rigidez locacional das concentrações minerais, além dos conflitos pelo uso do espaço e dos recursos naturais (CASTRO; MACHADO, 2015), o rompimento de barragens de rejeitos da mineração de ferro ganha dimensões e consequências em um contexto jamais visto, expondo as fragilidades do modelo de produção mineral da região e do Brasil. Parte das características do modelo vigente, por vezes causal de rompimento das barragens e produção de desastres socioambientais e suas consequências, afeta a prática de psicólogos e psicólogas que atuam neste contexto e nesta região.

2.1 Contextualização dos desastres

No início da mineração do ferro no Quadrilátero Ferrífero e durante grande parte do século XX não havia preocupação explícita de proteção ao meio ambiente. O material rochoso não utilizado como minério e o resíduo resultante da separação dos minerais ricos em ferro dos demais componentes eram usualmente descartados no meio ambiente, sem que houvesse preocupação com as consequências. Em consonância com as preocupações mundiais com as questões ambientais, foram criadas as primeiras leis que deixavam explícitas a normatização sobre o controle ambiental relacionada aos resíduos de mineração. O Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) regulamenta as primeiras ações concernentes à fiscalização das empresas mineradoras e do descarte de subprodutos da mineração (BRASIL, 1967). A partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, é que se consolidam os instrumentos de organização e gestão ambiental no país, nos Estados e municípios (BRASIL, 1988). Desde então, se estabeleceram os princípios jurídicos que regulam as atividades mineradoras e os instrumentos jurídicos de prevenção aos desastres socioambientais.

Os dados mostram que, em princípio, não há uma relação clara entre os rompimentos de barragens e as variações no preço da commodity ferro. No entanto, o aumento de incidência de desastres está associado ao expressivo crescimento da produção brasileira de ferro ao longo das décadas. As barragens de rejeito com alteamento para montante, utilizado amplamente pela mineração de ferro no Quadrilátero Ferrífero, se mostraram inadequadas, quer seja como opção de modelo de construção de barragens, quer seja pelo manejo utilizado. Em decorrência do aumento de desastres causados pela ruptura de barragens construídas e alteadas por este método, a Agência Nacional de Mineração (ANM, 2019) publicou uma resolução proibindo a sua construção em todo o território nacional.

A legislação ambiental estadual que se aplica às minerações de ferro e às barragens de rejeito entre 2004 e 2019 possuiu três instruções fundamentais: a Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental nº 74, de 9 de setembro de 2004, a Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental nº 127, de 6 de dezembro de 2017, que substituiu a primeira, e a Lei Ordinária Estadual nº 23291, de 25 de fevereiro de 2019 (MINAS GERAIS, 2004; 2017; 2019). A sucessão dessas

legislações se deu tendo como base os desastres de rupturas das barragens da Mineração Rio Verde, em junho de 2001, da Mina de Germano, da Samarco Mineração, em novembro de 2015, e da Mina Córrego do Feijão, da Vale S.A., em janeiro de 2019. Os impactos socioambientais destes desastres, na principal região mineradora do país, muito próxima à capital do Estado, e a grande mobilização social em torno do tema foram determinantes para a primeira e terceira normas citadas.

As duas deliberações do Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais tratam da classificação dos empreendimentos quanto ao dano ambiental potencial de acordo com a atividade e com o porte do empreendimento. Para as minas de ferro do Quadrilátero Ferrífero, dado o porte dos empreendimentos e o potencial poluidor, o enquadramento se dá nas classes mais altas, principalmente classes cinco e seis, tanto para a mina em si, quanto para as barragens de rejeito. A deliberação do Conselho de Política Ambiental (COPAM) de 2004, indicava que para as instalações da magnitude das indústrias extrativas de ferro no Quadrilátero Ferrífero, as etapas de licenciamento se dariam de modo sequencial. Inicialmente, a licença prévia, posteriormente a licença de instalação e finalmente a licença de operação, respeitando ainda as demais legislações do setor mineral. O licenciamento sequencial era necessário para a indústria extrativa tanto para as minas de ferro, quanto para as demais instalações das barragens existentes, suas expansões e as previstas para implantação.

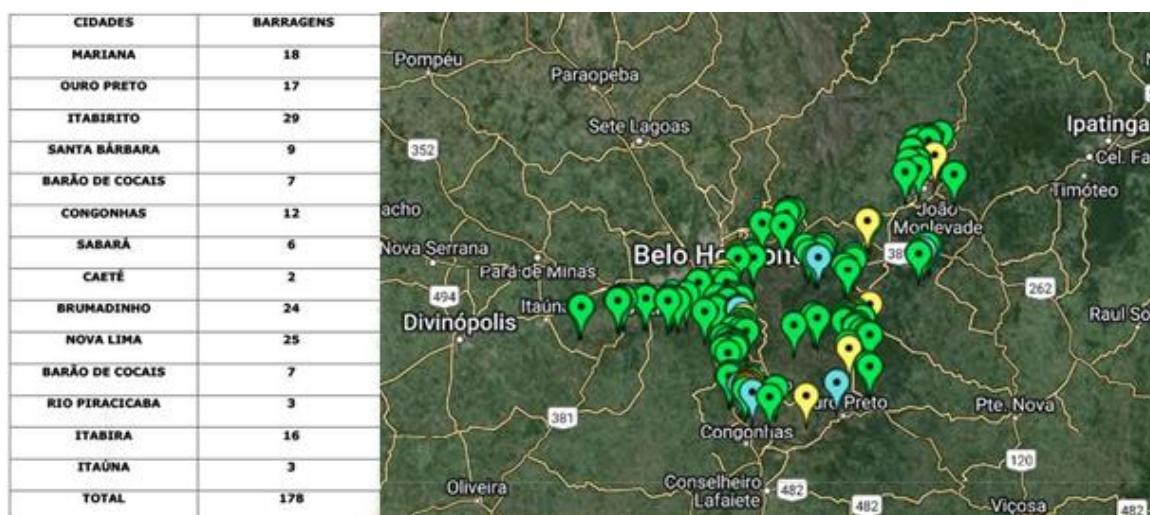
Após o desastre da Mina do Córrego do Feijão, da Vale S.A., em Brumadinho, com consequências gravíssimas para a sociedade e para o meio ambiente, o clamor popular fez com que a Assembleia Legislativa se mobilizasse para a aprovação de um projeto de lei sobre a segurança de barragens de contenção de rejeitos da mineração. Proíbem-se licenças concomitantes, exige-se a apresentação de um plano de ação em caso de emergência, aumenta-se o rigor na fiscalização em todas as etapas e determinam-se condições para a instalação de novas barragens (MINAS GERAIS, 2019).

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA, 2017), das 22.920 barragens que estão registradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), 19.229 não têm classificação de risco, o que representa 83,89% das barragens registradas. Especificamente em Minas Gerais, dados divulgados pelo Portal R7 (BRESSER, 2019) apontam que 698 barragens estavam cadastradas no

Banco de Declarações Ambientais em 2017; destas, 190 estruturas apresentaram baixo potencial de dano ambiental, 303 foram classificadas com médio potencial de dano ambiental e 205 foram caracterizadas com alto potencial de dano ambiental. Esses dados são preocupantes, sobretudo considerando que, embora 72,77% dessas barragens tenham sido consideradas inseguras, são escassos os investimentos em segurança e prevenção de tragédias, a respeito da Mineradora Vale S.A, por exemplo.

O desenvolvimento dessa linha de raciocínio considera as repercussões de outros desastres ambientais ocorridos no Estado de Minas Gerais. Em 2014, por exemplo, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) divulgou que, no Estado, mais de 40 barragens não apresentavam condições aceitáveis de segurança (PASSOS; COELHO; DIAS, 2017). Mediante o exposto, entende-se que o que ocorre no Quadrilátero Ferrífero denuncia a falha no sistema de gestão de barragens no Estado, mas não é suficiente para incitar o interesse do poder público para os processos de licenciamento, fiscalização e monitoramento das barragens, fato evidenciado pelo desastre ambiental ocorrido com o rompimento da Barragem de Fundão em 2015, pouco de o rompimento da barragem B1 Mina Córrego do Feijão. A seguir, a figura 4 apresenta um mapa com a localização das barragens de rejeito da mineração no Quadrilátero Ferrífero.

Figura 4 Mapa da localização das barragens de rejeitos da mineração no quadrilátero ferrífero



Fonte: CORREIO DE MINAS (on-line).

Emergências e desastres são termos que nos trazem cotidianamente a inquietante certeza do quão expostas(os) estamos frente às ameaças, sejam elas provenientes de fenômenos naturais (terremotos, chuvas torrenciais, estiagens etc.)

ou de avanços tecnológicos (vazamentos em usinas nucleares e acidentes no transporte de produtos químicos, entre outros). Cada vez mais nos convencemos e nos angustiamos com o fato de que estamos despreparadas(os) para as ocorrências de catástrofes e desastres. Nesse cenário, as experiências de psicólogas(os) que atuam nesses contextos ganham relevância. São pessoas que estão imersas em um contexto específico, porém atravessado por questões globais que envolvem intercessões mundiais de exploração social, humana, biológica e históricas. Aqui, nos perguntamos o que essas(es) profissionais têm a nos contar?

2.2 Desastres e catástrofes – uma questão social complexa

Durante muitos anos, a compreensão das catástrofes e desastres centrou-se principalmente em suas características físicas. Como evidências, pode-se ressaltar a grande quantidade de pesquisas abordando aspectos físicos desses fenômenos, sendo que a maior parte das investigações realizadas está localizada nas áreas das Ciências Naturais e Exatas, tais como as Engenharias.

A perspectiva de análise apenas dos aspectos físicos sofre uma mudança substancial frente aos trabalhos e reflexões de Perry e Quarantelli (2005). Os autores redefiniram as catástrofes e os desastres como ocorrências sociais, levando à construção do conhecimento sobre o tema para o campo das Ciências Humanas. Houve progresso na ampliação deste campo do conhecimento e a discussão sobre as catástrofes, desastres e emergências na área da Psicologia é de fato robusta. Porém, mais recente ainda é o debate relacionado aos desastres no campo da mineração.

No início na década de 1990, em meio à efervescência das discussões sobre o aquecimento global e às primeiras conferências sobre o clima, a inclusão no debate e na prática de aspectos das catástrofes e desastres passa a ser realizada de maneira sistemática, como indicam as pesquisas de Loureiro (2010) e Nunes (2013).

Destaca-se que há um histórico de envolvimento de longa data de profissionais da Saúde, estando a Psicologia presente de diversas formas: no atendimento às vítimas, no acolhimento psicológico em suas mais amplas possibilidades, na terapia, no acompanhamento de políticas públicas, entre outras possibilidades e, também, e não menos importante, na gestão de crises relacionadas à ocorrência de catástrofes e desastres.

O tema ganhou atenção significativa em todo o mundo e tornou-se prioridade na agenda social internacional, impactando o campo das Ciências Humanas, conforme destacado por Thomas et al. (2010) e Revet (2011), quando numerosos pesquisadores produziram quadros teóricos significativos que começam e continuam, ainda hoje, a moldar o campo do conhecimento sobre este tema.

Destaca-se que desde então há uma contribuição substancial para o desenvolvimento e execução de políticas públicas mundiais para a gestão de desastres e catástrofes. A Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou, no ano de 1990, que aquela seria a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (IDNDR), em resposta ao efeito crescente das catástrofes e dos desastres na comunidade mundial. Esta declaração foi construída ao longo de três conferências globais significativas: em Yokohama (1994), em Hyogo (2005) e em Sendai (2015). Ressalta-se: a Conferência de Sendai representou uma transição significativa do foco na gestão de desastres para a ênfase na gestão dos riscos de catástrofes e desastres.

Embora a discussão sobre o assunto tenha alçado esferas hegemônicas das ciências e políticas mundiais, e se tornado presente no cotidiano da população global, a realidade é que, apesar das tentativas sistemáticas para se reduzir os impactos e efeitos das catástrofes e dos desastres, as estatísticas do EM-DAT (The International Disaster Database) mostram um aumento substancial no número de eventos.

Estas ocorrências subiram de uma média de 80% por ano, na década de 1970, para 400%, em 2008 (GUHA-SAPIR; BELOW; HOYOIS, 2015). O banco de dados do EM-DAT inclui mais de 18 mil desastres significativos em todo o mundo desde 1900 (FREIRIA, 2011). Embora tenha havido aumento em vários indicadores, houve também uma diminuição significativa nas taxas de mortalidade, conforme relatado pela Organização das Nações Unidas, em 2015. No Brasil, o número de eventos registrados seguiu a mesma tendência do resto do mundo: aumentou de 8.515, na década de 1990, para 21.741, na década de 2000, com um aumento significativo de 40% somente entre 2010 e 2012 (CEPED, 2013).

A interação entre densidade populacional e pobreza intensifica os efeitos das catástrofes e dos desastres. A urbanização precária em países periféricos como o Brasil conduz frequentemente a um rápido aumento da pobreza, com as cidades ricas geralmente localizadas em regiões ambientalmente vulneráveis. É o caso, inclusive, de várias cidades do Quadrilátero Ferrífero. Aysan (1999) estabelece uma associação

direta entre a vulnerabilidade de um local, as catástrofes e os desastres, e a gravidade de seu impacto. Portanto, é crucial incluir outros marcadores de vulnerabilidade, tais como: gênero, classe, raça, origem, idade e tradicionalidade, entre outros, além de vulnerabilidades ambientais, tipo de solo, relevo, potencial hídrico e qualquer outro que se mostrar relevante. Nesta pesquisa, a aproximação do campo das catástrofes e desastres ocorre por se entender que a Psicologia, especificamente a Psicologia Social, tem a possibilidade de gerar contribuições analíticas, teóricas e práticas em todas as camadas e intersecções desta temática.

As conexões entre a Psicologia e a sua relação com o campo das catástrofes e desastres, neste trabalho, centram-se majoritariamente nas ações desenvolvidas pelas(os) psicólogas(os) em seus contextos de atuação profissional relacionada aos rompimentos da Barragem de Fundão, da Samarco, no ano de 2015, e a Barragem B1 Córrego do Feijão, da Vale S.A., em 2019. Nesse sentido, os trabalhadores da Psicologia têm um papel vital na garantia do acesso aos serviços essenciais, na salvaguarda dos direitos fundamentais, na saúde mental, na prevenção, reparação, mitigação, gestão e em muitas outras possibilidades de intervenções nos territórios e com as(os) atingidas(os) antes, durante e após algum desastre ou catástrofe. Zakour (2007; 2008) afirma que o trabalho da Psicologia serve a um duplo propósito: aliviar o impacto das catástrofes e desastres, e salvaguardar a sobrevivência das populações atingidas. No entanto, o processo para a criação de quadros teóricos e de táticas de intervenção, neste campo, ainda está em fase inicial (NUNES; SILVA, 2013).

Zakour (2007), por sua vez, defende o aprofundamento da intervenção social para além das fases de mitigação, preparação, reação e recuperação, enfatizando a necessidade de um envolvimento mais profundo na formação, na investigação teórica e na produção científica, a fim de promover atuações para além das fases de emergência e crise.

2.2.1 A evolução dos estudos de desastres

As investigações sobre desastres começaram a ser realizadas no campo da Sociologia por volta de 1920. Desde esse período, a abordagem acadêmica relacionada ao tema expandiu-se significativamente, resultando na diversificação de perspectivas analíticas. Este enriquecimento de conhecimento tem sido reconhecido

e incorporado às agendas governamentais, assumindo um caráter global e fomentando a criação de diversos centros de investigação. Entre estes, destacam-se o Centro de Pesquisa em Desastres, da Universidade de Delaware, nos Estados Unidos, e o Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres, conhecido pela sigla EM-DAT (abreviatura em inglês de Emergency Events Database, um banco de dados abrangente que fornece informações sobre desastres naturais e tecnológicos que ocorreram em todo o mundo).

A expansão da temática também se refletiu na proliferação de estratégias para minimizar os riscos associados aos desastres. Foram consolidadas diversas iniciativas como o movimento “Construindo uma Cultura de Prevenção” e a Declaração da Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais, em vigor entre 1990 e 2000 (UNISDR, 2015). Essas iniciativas foram estendidas a conferências sobre redução de riscos de desastres e os marcos estabelecidos em Yokohama, Hyogo e Sendai, conforme documentado pela United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNISDR), em 2015.

À medida que se reúnem informações sobre desastres, também surgem controvérsias mais profundas. Segundo Perry e Quarantelli (2005), apesar de anos de extensa pesquisa, ainda não foi alcançado um consenso preciso sobre a definição de desastre. Estas disputas conceituais entre as disciplinas das Ciências Sociais e os campos técnicos colocam desafios tanto em nível cognitivo como político. No domínio cognitivo, as discussões giram em torno do contraste entre o paradigma da ameaça externa e o da vulnerabilidade interna. No contexto político, as diferenças são evidentes na governança, particularmente na oposição entre estratégias de preparação e recuperação, bem como entre a centralização das ações por parte do Estado e da organização em nível comunitário.

Para compreender plenamente tais dilemas, torna-se essencial explorar as origens das pesquisas sobre desastres. Este campo de estudo foi iniciado por S. H. Prince, em 1920, que analisou a explosão ocorrida entre dois navios no porto de Halifax, no Canadá, em 1915. Prince (1920) determinou que a catástrofe não causou danos significativos ao município, um marco que destaca a complexidade dos impactos dos desastres (MARCHEZINI, 2010).

Somente após a Segunda Guerra Mundial o campo dos estudos de desastres se consolidou, apresentando principalmente duas abordagens analíticas: a geográfica

e a sociológica, conforme destacado por Quarantelli (1994), em 1978. A abordagem geográfica centra-se nos aspectos naturais dos desastres e suas origens podem ser rastreadas. Já o trabalho de Gilbert White, em 1945, investigou enchentes nos Estados Unidos, como apontado por Kates (2011). Antes dessa época, os estudos normalmente visavam a mitigar os impactos das enchentes por meio de intervenções estruturais, como obras de melhoria e retenção de rios.

No entanto, segundo White (1945), estas abordagens estruturais foram inadequadas para reduzir eficazmente os danos. Por isso, o autor propôs a inclusão da variável humana, ou seja, a adaptação humana às inundações, ampliando posteriormente seus estudos para incluir outros fenômenos naturais como terremotos, erupções vulcânicas, tornados, furacões e secas. Essa perspectiva inovadora deu origem ao campo de estudo dos “riscos”, que são definidos como elementos nocivos do ambiente físico ao ser humano, decorrentes do processo contínuo de ajuste entre o sistema humano e os eventos naturais, conforme descrito por Butzke (2001) e Mattedi (2015).

Outro estudioso que avaliou riscos e desastres no campo da ecologia humana foi Kenneth Hewitt (1997), que abordou o tema a partir de três perspectivas: perigo, vulnerabilidade e resposta. Em 1997, o autor argumentou que a preparação pré-evento poderia aumentar a probabilidade de sobrevivência e a recuperação nas regiões afetadas após os eventos. Portanto, a partir de 1970, a variável humana passou a ser integrada às forças físicas dos riscos para determinar a escala e o impacto da ocorrência. Eventos que não possuem dimensão física que afete as atividades humanas não são considerados riscos. Esta mudança na abordagem sociológica dos riscos, que combina a adaptação humana à perturbação causada pelo agente físico, enfatiza a percepção das ameaças, o ajustamento e a escolha de respostas, considerando o comportamento humano antes, durante e depois da ocorrência de um evento, conforme explicado por Mattedi e Butzke (2001).

A abordagem sociológica dos desastres abrange os fatores sociais, nomeadamente o contexto social, a população atingida, o território e a influência sobre o conjunto. Estes estudos centram-se em três aspectos principais: 1) o agente desencadeador do desastre; 2) o agente que recebe o impacto; e 3) a resposta dada à situação.

Quais são os elementos que provocam os desastres? São fatores externos ou internos à sociedade? Na discussão teórico-metodológica prevalecem duas correntes principais: o paradigma da ameaça externa e o paradigma da vulnerabilidade interna.

O primeiro concentra-se nos aspectos físicos e nas características da ocorrência percebida. Esta abordagem investiga como os fatores geofísicos podem se transformar em ameaças para as pessoas expostas, qual sua percepção sobre tais ameaças, e como se comportam e se adaptam a elas (MONTZ; TOBIN, 2011). Nesta perspectiva, o que importa é o fator desencadeante do evento e determinados aspectos, como a velocidade, a duração e a extensão da destruição, bem como aspectos secundários (sua presença ou ausência), o nível de preparação da população e a sua percepção de risco (CVETKOVICH; EARLE, 1985).

Os riscos são classificados com base em diferentes características dos processos meteorológicos, como sua magnitude, duração e extensão espacial. Além disso, a distribuição temporal, que inclui frequência, sazonalidade e parâmetros diurnos, e a distribuição espacial, que se refere à localização geográfica, também são consideradas. Por fim, a dinâmica do surto do evento, incluindo o momento de início, preparação e término, também é levada em conta na classificação dos riscos (TOBIN; MONTZ, 1997).

Já o paradigma da vulnerabilidade interna centra-se nos aspectos sociais dos desastres, estudando especificamente a ligação entre a extensão dos danos e a estrutura social. Este ponto de vista reconhece que os desastres são influenciados principalmente pela dinâmica social e não por forças geofísicas, e o impacto nas estruturas sociais geralmente determina a extensão da devastação do evento. A análise destaca as sutilezas do ambiente social, conectando a resiliência cotidiana da população às ocorrências extraordinárias que a impactam (GILBERT, 1995). Assim, as características da sociedade, de suas(eus) membras(os) e suas respectivas funções desempenham um papel crucial na definição da extensão da catástrofe. A importância da organização social torna-se evidente quando se considera o foco nas reações (QUARANTELLI, 1994). O estado preexistente da estrutura social tem um impacto direto no grau de suscetibilidade a catástrofes. Nesta perspectiva, a(o) agente do desastre está intrinsecamente ligada(o) à estrutura social e representa a materialização da vulnerabilidade social (PELANDA, 1981) o que, conseqüentemente, influencia a escolha das medidas de gestão dos desastres.

2.3 Abordagens para gestão de catástrofes e desastres

A progressão da gestão de catástrofes passou por múltiplas fases ao longo da História. Inicialmente, a ênfase principal estava no planejamento para emergências que ocorressem imediatamente após uma calamidade. No entanto, com a mudança de paradigmas, tem havido um foco crescente na fase de pré-impacto. Ao longo do tempo, as diretivas governamentais tornaram-se cada vez mais o principal método utilizado para resolver estas preocupações, fazendo com que os governos assumam um papel mais proativo. A crescente ênfase na gestão de crises chamou a atenção para a posição proeminente do Estado, conduzindo a uma concentração de autoridade e de políticas públicas. Contudo, o acúmulo de poder dentro do aparelho estatal tem as suas desvantagens.

A centralização do poder leva a uma clara divisão entre as ações práticas realizadas e as informações acadêmico-científicas disponíveis. Também mostra uma falta de consideração pelo conhecimento local nos processos de gestão (ÁVILA, 2015). Além disso, existe uma falta significativa de integração nos vários níveis de gestão, que Narváez, Lavell e Ortega (2009) reconheceram como essencial para a gestão bem-sucedida do risco de desastres.

Os fundamentos conceituais da Gestão de Risco de Desastres remontam à década de 1990. Durante este período, houve uma transição notável dos sistemas anteriores de gestão do risco de catástrofes, que davam prioridade à preparação para as consequências das tragédias. Esta transição é essencialmente uma mudança na estrutura, alterando a ênfase do tratamento primário das consequências de uma catástrofe para o envolvimento ativo, com medidas para prevenir e reduzir os riscos associados às catástrofes (NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009).

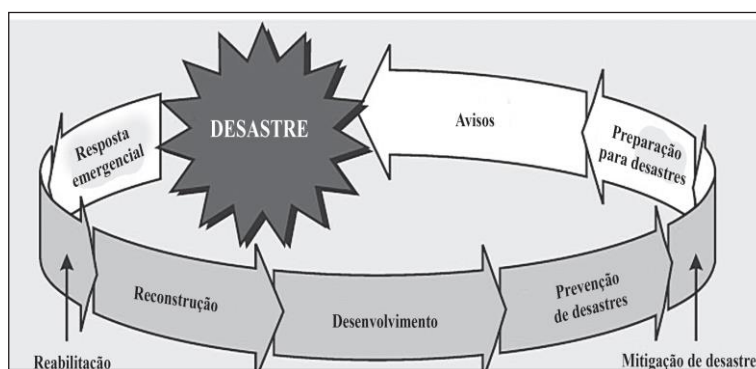
A Governança Global do Risco reconhece que o risco não é apenas uma ocorrência externa, mas sim um conceito socialmente construído que envolve a sociedade como participante ativa no seu desenvolvimento. Ao contrário das antigas Diretivas Governamentais, que tratavam principalmente da gestão de perdas e danos após a sua ocorrência, a Governança Global do Risco distingue-se pela ênfase na existência do risco. Isso significa que se concentra na probabilidade de perdas e danos futuros que possam influenciar a sociedade, a população e os territórios. Ou seja, trata-se de uma mudança significativa na estratégia de gestão.

A Gestão de Risco de Desastres opera através de duas fases principais: 1) a fase pré-desastre, também referida como fase de Redução do Risco de Desastres, que enfatiza a preparação, mitigação e prevenção; e 2) a fase pós-desastre, focada na resposta, recuperação e retomada das atividades normais de desenvolvimento (ASGHAR; ALAHAKOON; CHURILOV, 2011). No que diz respeito aos modelos de antigas diretivas governamentais, estes são normalmente categorizados em dois tipos distintos: o linear (clássico ou tradicional) e o circular (modelo Kelly).

O modelo linear é marcado por uma dicotomia significativa, uma vez que não leva em conta o momento real em que ocorre uma crise. Esta supervisão restringe a capacidade de interligar eficazmente as várias fases do processo de gestão. Consequentemente, este modelo apoia principalmente as fases pré e pós-desastre, mas encontra desafios na integração de dados e nos processos centralizados de tomada de decisão (ALBTOUSH; DOBRESOU; IONESCOU, 2011). Esta estrutura muitas vezes complica a gestão eficiente e a dinâmica de desastres.

O modelo circular, ilustrado na figura 5, considera o ponto crítico e conceitua os desastres como um processo completo. Esta estratégia requer o desenvolvimento de uma base de dados abrangente que recolha informações precisas sobre os efeitos, o início e o fim da crise. Além disso, exige formação específica das(os) atrizes/atores sociais que irão manusear e lidar com essas informações. Para obter resultados positivos, torna-se imperativa a existência de uma infraestrutura sofisticada que permita uma resposta e gestão eficientes e bem-informadas quanto a catástrofes e desastres.

Figura 5 Modelo circular de gestão.



Fonte: ALBTOUSH; DOBRESOU; IONESCOU (2011, p. 41).

O paradigma da Gestão de Risco de Desastres consiste em quatro fases distintas: identificação de perigos, gestão de riscos, mitigação e prontidão. O principal objetivo desse modelo é avaliar o perigo ou ameaça potencial e fornecer a informação essencial para garantir que a resposta na ocorrência de algum desastre ou catástrofe possa ser realizada de forma eficiente (ASGHAR et al., 2011; MHDM, 2002). Embora o modelo de Gestão de Risco de Desastres possua estas características, enfrenta desafios para alcançar uma integração eficiente entre estas fases, que são elementos cruciais do processo.

A Gestão de Risco de Desastres apresenta vários paralelos com os modelos integrados, globais e hierárquicos do Sistema Hierárquico de Gerenciamento de Emergências (HSEM, na sigla em inglês). Estes modelos de Gestão de Risco de Desastres são abrangentes e organizados em três fases. A primeira é a identificação dos riscos, que envolve sua compreensão e a determinação de vulnerabilidades e ameaças. A segunda é a redução dos riscos, que inclui a prevenção e sua mitigação. A terceira fase é a gestão de desastres, que engloba a resposta imediata após uma ocorrência, seguida pela reabilitação e, eventualmente, pela reconstrução ou retomada do desenvolvimento (NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009; ARCE; CÓRDOBA, 2012). Este método sistemático procura oferecer uma resposta mais integrada e eficiente aos desastres.

A Governança Global do Risco refere-se a um processo social que envolve prever, minimizar e lidar eficazmente com os elementos que contribuem para o risco de catástrofes e desastres na sociedade. Este processo foi concebido para se alinhar e integrar os objetivos do desenvolvimento humano, econômico, ambiental e territorial sustentável (NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009). A gestão dos riscos de catástrofes e desastres é realizada por políticas e medidas estratégicas em vários níveis territoriais, globais, regionais, locais, comunitários, familiares e individuais, bem como em várias camadas governamentais, tais como federal, estadual, municipal e internacional, sem esquecer, mesmo que apenas por obrigação, das pessoas que movimentam a estrutura hegemônica do capitalismo vigente.

A Governança Global do Risco distingue-se por ser um sistema de gestão abrangente que engloba seis processos essenciais: 1) aquisição de conhecimento sobre riscos de desastres em diferentes áreas; 2) mitigação de riscos futuros; 3) minimização de riscos atuais; 4) preparação para resposta de emergência; 5)

execução de resposta e esforços de reabilitação; e 6) restauração e reconstrução de áreas atingidas (NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009). Pretende-se que estes processos sejam contínuos, interligados e abrangentes, profundamente enraizados na dinâmica contínua do desenvolvimento e do progresso.

O desenvolvimento do modelo de Governança Global do Risco baseou-se na integração de dois princípios fundamentais: 1) avaliação de riscos e Gestão de Emergências (GE), e 2) Ações de Governança e Resposta (GR) e Governança a Desastres (GD) (ASGHAR; ALAHAKOON; CHURILOV, 2006). Os aspectos são organizados com base nas etapas pré e pós-impacto das catástrofes e desastres, e na cooperação entre elas. Este modelo centra-se especialmente na fase trans-desastre, que se refere à ocorrência real das catástrofes e desastres.

O Sistema Hierárquico de Gestão de Gerenciamento de Emergências, conforme descrito por Albtoush, Dobrescu e Ionescu (2011), é uma melhoria em relação aos modelos anteriores. O sistema possui seis procedimentos primários que correspondem aproximadamente às etapas do modelo de Governança Global do Risco: planejamento estratégico, avaliação de riscos e perigos, ações de governança e resposta e governança a desastres, monitoramento e avaliação. O HSEM, assim como o modelo global, é dividido em duas fases principais: a fase de avaliação, que envolve avaliação de risco e GR, e a fase que examina a conexão entre GR e GD. Este método sistemático melhora a eficácia e a organização dos esforços de gestão de catástrofes e desastres.

Estes modelos podem ser categorizados como soluções de Gestão do Risco de Desastres porque visam especificamente às deficiências identificadas nos quadros atuais. Mais precisamente, estes planos abrangem todas as diferentes fases de uma catástrofe e de um desastre, tais como antes de acontecer, durante a sua ocorrência e depois de os seus efeitos terem sido sentidos. Eles são projetados para lidar com situações complexas e difíceis que se desenvolvem durante e após as emergências. Albtoush, Dobrescu e Ionescu (2011) argumentam que para que um modelo seja eficaz, ele precisa funcionar em diversas dimensões e disciplinas. O sistema deve ser adaptável e capaz de suportar relações complexas entre eventos, atividades, atores, ambientes e outros aspectos essenciais ao processo de gestão.

Além desses fatores, acredita-se que um modelo ideal também deve incorporar tanto a interdisciplinaridade quanto a transdisciplinaridade na gestão, conforme

recomendado por Pineau (2010). Os processos de gestão devem integrar o conhecimento local e a organização comunitária. Nesse sentido, a Psicologia deve ser incorporada de forma direta, ativa e autônoma nos debates sobre os problemas ambientais e na gestão de catástrofes e desastres, formando profissionais, produzindo intervenções, investigação e a produção científica acerca da temática.

2.4 Metodologia da pesquisa

Na ciência hegemônica derivada dos últimos 500 anos, o pensamento predominante foi o capitalista, patriarcal, colonial e moderno, que é considerado universal e neutro. No entanto, todas as discussões são influenciadas pela dinâmica de poder em contextos específicos, levando a divisões sociais baseadas em classe, raça e gênero, entre outros. Essa análise é conhecida como “corpo-política do conhecimento” ou “geopolítica do conhecimento”.

O pensamento crítico de fronteira surge como uma resposta epistêmica ao projeto eurocêntrico dos tempos atuais, não rejeitando completamente a modernidade, mas redesenhando-a a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno. Isso busca descolonizar a imaginação e propor uma resposta transmoderna decolonial dos grupos marginalizados.

A transmodernidade, introduzida por Enrique Dussel (2016), aborda os desafios colocados pela modernidade e pós-modernidade euro-americana a partir de perspectivas marginais, resistentes ao colonialismo e com o desenvolvimento de sistemas de conhecimento alternativos. O pensamento fronteiriço reconhece a marginalização de corpos, territórios e epistemologias em relação à modernidade, atuando como mediador de racionalidades e descolonizando esses aspectos. Analisa as ideologias fundamentais da modernidade e busca compreender como contribuem para a marginalização. O objetivo é promover narrativas alternativas que incluam múltiplas realidades coexistentes e valorizem a diversidade cultural.

Um grupo de pesquisadores, incluindo Edgardo Lander (2005), Santiago Castro-Gómez (2007) e Walter D. Mignolo (2017), contribuem para a análise da relação entre modernidade e colonialidade. Os autores exploram as interconexões desses conceitos e propõem novas formas de compreender o mundo, baseadas em culturas indígenas descolonizadas e em diálogos interculturais. Essas pesquisas buscam

ampliar o conceito de “imaginário” para além de uma imagem mental, abrangendo a percepção cultural e a conceituação do mundo.

Após o rompimento das barragens, tornou-se evidente que a colonialidade é destacada como um quadro de controle capitalista global sustentado por categorizações raciais/étnicas que impactam várias áreas da vida social. A matriz colonial de poder inclui a colonialidade da natureza, justificando a exploração dos recursos naturais. A maioria das regiões produtoras de minério de ferro no Brasil está em Minas Gerais e no Pará. Desastres socioambientais causados por empresas mineradoras são crescentes desde os anos 2000. Algumas tragédias anteriores não receberam cobertura midiática, indicando uma visão inevitável desses eventos. Profissionais da Psicologia que lidam ou lidaram com os desastres das barragens de Fundão da Samarco e do Córrego do Feijão da Vale S.A. apontam para questões sensíveis inseridas no contexto local, regional e mundial.

Foram utilizados dois métodos na presente pesquisa: entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2010) e a Análise Temática de Braun e Clarke (2006), ampliada por Souza (2019). A interação ativa entre entrevistador e entrevistado torna as entrevistas um método de investigação científica vantajoso para analisar temas emergentes e padrões recorrentes. A análise temática é crucial para identificar os significados subjacentes nos dados coletados.

Por meio de entrevistas semiestruturadas, busca-se historicizar suas experiências e identificar os componentes compartilhados em suas narrativas a vivências, sentimentos, angústias, posições éticas e políticas. O engajamento direto dessas(es) profissionais no campo dos desastres é parte importante de suas histórias de vida e de sua atuação profissional.

Eu fui marcada por isso... acho doloroso às vezes ter que ficar lidando com uma temática tão pesada em todos os aspectos, mas hoje... não sei se só por escolha que vim para aqui, mas não me vejo em outro campo de atuação. Sei que o processo de reparação em Brumadinho vai acabar. Posso até ficar desempregada, mas alguém vai ter que continuar lidando com o desastre que é a mineração (Participante 8).

Participaram das entrevistas oito profissionais, com idades entre 28 e 52 anos, todas(os) estão e/ou estiveram envolvidas(os) em atuações profissionais e/ou acadêmicas relacionadas aos rompimentos de barragens de rejeitos da mineração no Quadrilátero Ferrífero nos últimos dez anos. Antes de todas as entrevistas foi lido e

assinado o termo de consentimento livre e esclarecido. As formações educacionais das(os) entrevistados variam e seis possuem pós-graduação em Psicologia. A seleção dos participantes levou em consideração publicações na temática, destaque profissional, busca ativa, redes sociais e método bola de neve.

A categorização das entrevistas foi realizada utilizando a análise temática e o método foi crucial para identificar padrões recorrentes nos dados coletados. O processo envolveu a familiarização com as informações, criação de códigos iniciais, identificação e revisão de temas, e produção de análise final. O objetivo foi criar uma sistematização clara e lógica que apresentasse os principais pontos trabalhados durante as entrevistas.

2.5 Discussão

O relato das(os) profissionais de psicologia permitiu a identificação de cinco categorias de análise, a saber: Formação e bases técnicas, Perspectivas de cuidado em relação às pessoas envolvidas, Multidisciplinaridade e intersetorialidade, Identificação de violências e Importância da comunicação nas práticas de cuidado.

Cada categoria foi submetida à Análise Temática, a partir da qual foram nomeadas segundo o conteúdo que revelaram.

2.5.1 Formação de bases tecnicistas

Evidencia-se, nas respostas das(os) psicólogas(os) que não houve um planejamento durante a formação que as(os) levassem à atuação profissional no contexto dos desastres de rompimento de barragens. As entrevistas registram a existência de ações de formação isoladas e compartimentadas no percurso acadêmico e profissional. A ênfase no tecnicismo e a descontinuidade no processo de formação são constatadas e constantes.

Não, na graduação eu não vi nada sobre o tema. Tinha o meu interesse na época que era clínica, mas essa questão dos desastres, rompimento de barragens, quando eu cheguei não tinha nem noção. Depois que fui estudar o tema (Participante 2).

A formação ajudou em temas transversais à realidade que eu enfrento. Questões como público/privado e discussões raciais e de gênero me ajudaram muito a formar meu olhar e minha atuação nessa área, mas tem coisa que a gente só aprende aqui no fazer, no refletir e no agir junto com os atingidos (Participante 3).

É... eu tive que voltar a estudar. Era um campo novo, uma equipe que eu tinha dificuldade de entender o que estava sendo falado nas reuniões. Era planilha para tudo e um monte de informação que eu tinha que repassar e eu mesma nem entendia. Eu tive que aprender muita coisa na marra mesmo (Participante 6).

As respostas das(os) entrevistadas(os) denotam que a formação em Psicologia é importante para a prática, mas se distancia das necessidades e da realidade da atuação de psicólogas(os) em contexto de desastres de rompimento de barragens.

A inserção do tema na formação regular na formação em Psicologia não deve ser desconsiderada, ainda mais quando os cursos estão inseridos em municípios do Quadrilátero Ferrífero.

2.5.2 Perspectivas de cuidado em relação às pessoas envolvidas

Quanto à prática cotidiana das(os) psicólogas(os) entrevistadas(os), percebemos três tendências: perspectiva individualizante de prevenção e promoção de cuidado e saúde; perspectiva social e comunitária do cuidado e do acompanhamento das fases dos desastres; e, por fim, um entendimento administrativo e burocrático da questão. Pode-se observar que existem iniciativas que muitas vezes ocorrem de forma isolada e são importantes e necessárias, contemplando a dupla dimensão, a individual e a coletiva, do processo de cuidado e cura, respeitando a realidade do campo de atenção e da atuação frente às especificidades dos contextos que envolvem os desastres com barragens de rejeitos.

Quando rolou o rompimento em Mariana eu saí de casa e fui para lá... não sabia o que eu ia fazer. Fui para conversar com as pessoas. Eu sabia que enquanto psicóloga eu poderia ajudar (Participante 1).

Vejo minha atuação mais ligada à luta por direitos das(os) atingidas(o)s. Nesse sentido, vejo que minha pegada é mais no

coletivo. Na academia sempre estive na extensão e sempre me envolvi em questões pela linha do social, agora sigo no doutorado pela mesma perspectiva (Participante 7).

É foda! O que eu acho mais difícil é fazer a mobilização para fazer a simulação de emergência. Esse trabalho é muito difícil porque você está lá com o povo falando o que fazer em caso de rompimento... tipo isso... e sempre colocam a gente da Psicologia para fazer esse diálogo, na reunião... na mobilização... (Participante 4)

A partir desses relatos, podemos inferir que a dimensão do cuidado e a expectativa de sua realização por parte de psicólogas(os) variam em dimensões conceituais, práticas e ideológicas, sendo fortemente atravessadas pelo contexto institucional e laboral em que a(o) profissional está inserido. A ampliação do entendimento sobre as relações de poder existentes no campo de atenção e cuidado em cenários de mineração interseccionados com desastres de rompimento de barragens pode promover boas práticas e análises, por consequência aprimorando a agenda e os serviços que envolvem a Governança Global de Desastres, e favorecendo o acolhimento. Por consequência, espera-se um aumento da oferta de serviços e cuidado e promoção da saúde das populações atingidas, e não uma mera manutenção estratégica do risco por interesses econômicos.

2.5.3 Multidisciplinaridade e intersetorialidade

Na pesquisa bibliográfica e nos relatos foram frequentes os apontamentos sobre a complexidade do tema, que exige a construção de conhecimentos específicos, tanto do meio físico e social quanto do político, ambiental e histórico, porém articulados em lógicas de análises e práticas multidisciplinares e transdisciplinares que extrapolem as fronteiras disciplinares do conhecimento. Apesar de ser um consenso a existência dessa argumentação, a prática das(os) psicólogas(os), nesse contexto revela angústias e a existência de muitos desafios.

Depois de Mariana e Brumadinho o campo de relacionamento com as comunidades que estão perto de barragens de rejeitos aumentou muito. Eu acredito que é uma questão importante, mas questões econômicas estão à frente. A gente de Humanas sofre nesses contextos... falo isso inclusive na valorização dos conhecimentos. A

gente de Humanas é sempre relativizado para prevalecer os entendimentos dos engenheiros (Participante 4).

No início eu não tinha experiência e conhecimento para lidar com a realidade das pessoas atingidas. Eu trabalhava com um monte de gente de tudo que era área, advogado, geógrafo, antropólogo e muitas vezes eu não sabia o que meu conhecimento podia contribuir. Ficava sem saber mesmo e quando percebia eu estava respondendo do lugar da Psicologia que eu mesma questionava durante a minha formação, mas que os colegas tentavam me encaixar e esperavam de uma(um) psicóloga(o) (Participante 5).

Atuar multiprofissionalmente exige um trabalho em equipe, com interação e troca nos campos de competência e das disciplinas, abrindo a possibilidade de cada profissional utilizar todo o seu potencial criativo na relação com as vítimas. Assim, juntas(os), as(os) profissionais poderão realizar, entre outras coisas, a produção do cuidado e do acolhimento. Para isso, é preciso ir além das fronteiras disciplinares e buscar parcerias com outros setores, a fim de obter melhor e maior efetividade nas ações com as pessoas atingidas.

Um dos desafios da intersetorialidade é identificar objetivos comuns e buscar, mediante um núcleo estratégico de planejamento e definição, prioridades de ações. Identificar objetivos comuns intersetorialmente e multidisciplinarmente não significa somar conhecimentos, mas transformá-los em outro, apropriado às necessidades específicas dos territórios e das pessoas atingidas.

2.5.4 A identificação de violências

Nessa categoria, as(os) profissionais entrevistadas(os) se referiram a agravos principalmente advindos de comportamentos negligentes por parte do Estado e da ação criminosa das empresas responsáveis pelos rompimentos no processo de reparação das pessoas atingidas. Essa verificação ocorreu tanto nos espaços públicos quanto nos privados frequentados pelas(os) profissionais entrevistadas(os). A identificação de violências no campo da gestão dos desastres refere-se à existência e à manutenção de situações de violências, de abusos e de risco, e são promovedoras de vulnerabilidades contra as pessoas atingidas, a partir da observação e da atuação da(o) profissional entrevistada(o).

Foi objetivo desta categoria compreender como profissionais identificam as diferentes formas de violência vivenciadas por elas(e)os, neste contexto de atuação, uma vez que as violências não identificadas, além de agravarem o sofrimento, contribuem para o aumento da gravidade das violações e violências que a população atingida sofre cotidianamente com as perdas e danos advindos dos rompimentos.

Eu estou na política pública de saúde mental, atendemos todas as pessoas do município e não vê quem não quer as consequências dos desastres para a cidade e para as pessoas atingidas. Eu acho que desconsiderar o sofrimento mental das pessoas é uma violência grave. É muito triste mesmo ver as(os) atingidas(os) serem revitalizadas(os) o tempo todo (Participante 3).

2.5.5 Importância da comunicação nas práticas de cuidado

Os relatos analisados fazem referência à comunicação como componente integrante do processo de cuidado em contexto de desastres, destacando que para uma prática ética torna-se necessária a valorização da comunicação por parte das(os) profissionais com as(os) atingidos(as) e suas(eus) familiares e representantes.

Ainda no viés do acolhimento e cuidado ao longo do processo de reparação, a comunicação é abordada no sentido de possibilitar a integralidade das ações, pois numa interação em que as pessoas sejam escutadas(os) de maneira qualificada e satisfatória é possível existir processos de construção de autonomia e transformação por meio do compartilhamento de suas vivências. A comunicação deve ser pautada em condutas de acolhimento e cuidado que respeitem os preceitos éticos da profissão, de acordo com os conhecimentos e saberes específicos dos territórios onde as(os) profissionais da Psicologia estejam atuando.

Trabalho junto a uma equipe que visita comunidades ribeirinhas e comunidades tradicionais. Eu acredito que a gente da Psicologia tem uma preocupação com isso, mas está longe do ideal. Eu ainda sinto a frustração de sair de algumas reuniões e perceber que muito pouco foi de fato conversado e dialogado; muitas vezes informações são repassadas e recolhidas e é isso (Participante 8).

Uma característica muito perversa que a gente enfrenta é a imprecisão das informações e as mudanças bruscas de orientação e entendimento dos problemas. Se para a gente que é profissional essa

situação é complicada, imagina para as pessoas atingidas que estão fragilizadas e sendo bombardeadas por uma comunicação fragmentada e confusa (Participante 6).

Foram encontradas fragilidades nos relatos. A maior parte afirma que utiliza de uma linguagem que busque traduzir termos técnicos e científicos em informações mais acessíveis, mas isso ainda representa um grande desafio. Além disso, as análises ressaltam que existem informações que não são compartilhadas de maneira isonômica entre todas(os) as(os) profissionais, o que pode acarretar uma variedade de informações desconstruídas.

Considerações finais

A mineração de ferro no Quadrilátero Ferrífero tem uma história que remonta ao início da ocupação da região, durante o ciclo de mineração do ouro. Apesar da existência da legislação ambiental desde a década de 1980, a instalação e a hegemonia de um sistema de produção eminentemente voltado para a exploração ambiental e para o mercado externo, em grande escala, foi o pano de fundo para a ocorrência de desastres relacionados às rupturas de barragens em Minas Gerais nos últimos anos. Os danos biosocioambientais são incomensuráveis e o ônus maior está sendo pago tanto pelas populações atingidas da região quanto pelo sistema natural, obviamente desestabilizado pelo impacto da lama de rejeito ao longo dos rios atingidos.

Além disso, salta aos olhos a perceptível pouca distribuição de riqueza que a mineração de ferro leva consigo. As relações assimétricas de poder presentes no modelo hegemônico de produção do ferro no Quadrilátero Ferrífero ainda estão por ser conhecidas em toda sua dimensão.

Ainda, os processos de prevenção, mitigação e reparação são utilizados como abordagem estratégica menos agressiva para o não enfrentamento das violências institucionais, ambientais, sociais, mentais e físicas enfrentadas por atingidos e atingidas no trabalho com os diversos profissionais que mediam o processo de reconhecimento das perdas e danos decorrentes dos rompimentos das barragens de rejeitos. No cenário brasileiro, a profissão de psicólogo e psicóloga, em seu dever ético, se apresenta como uma espécie de defesa dos direitos humanos, sociais e

ambientais por meio dos conselhos estaduais e federais de Psicologia. O país ganha ao defender melhor controle da saúde mental, da desigualdade social, da proteção da integridade física e cultural das populações (CFP, 2005) Tal posicionamento defende a percepção dos desastres não como uma ocorrência natural, mas como uma intersecção de riscos e vulnerabilidades ambientais, técnicas e sociais.

Tais desastres contemporâneos, promotores de traumas e dores, são convenientemente calculados dentro do Capitalismo Hegemônico. Este modelo socioeconômico não só minimiza os desconfortos, os efeitos e os impactos negativos de sua lógica de reprodução e apropriação das culturas e dos ambientes (comumente essas engrenagens são associadas ao processo natural da civilização), mas também esteriliza e elimina os aspectos indesejados ou residuais do processo, criando uma invisibilidade da sua natureza predatória intrínseca e destrutiva.

As entrevistas permitiram às(os) participantes construir e transmitir reflexões fortes e complexas acerca do trabalho de acolhimento, cuidado, saúde e Governança de Desastre, criando possibilidades de reconhecimento e críticas frente aos desafios da prática profissional da Psicologia, interseccionada por desastres envolvendo rompimento de barragens de rejeitos da mineração.

Tais contatos foram especialmente importantes porque as(os) participantes da pesquisa inicialmente descreviam que práticas tradicionais, desenhadas dentro da profissão, eram caracterizadas como métodos que não se vinculavam necessariamente à realidade dos atingidos e atingidas. Diante deste desafio, práticas e procedimentos frequentemente foram desenvolvidos por meio da utilização da empatia, da pesquisa científica, da comoção, de posições políticas, profissionais e pessoais para a construção de novas noções de cuidado e de saúde pertinentes ao contexto de rompimento de barragens da mineração. Priorizamos especificamente nesta pesquisa a interação com profissionais que atuaram nos territórios atingidos.

Explorar as questões presentes neste artigo pode ajudar na construção de uma compreensão mais profunda da temática, auxiliando a redefinir as possibilidades técnicas que tendem a minimizar ou identificar as práticas, saberes e conhecimentos relevantes sobre a atuação de profissionais de Psicologia em contexto de desastres. Além disso, por meio da implementação da escuta ativa e da promoção de uma troca dialógica, esta pesquisa promoveu o desenvolvimento de novos termos que podem ajudar a circunscrever de maneira mais sistemática as noções de cuidado, saúde e

governança no contexto dos desastres e da mineração que atravessam a prática profissional de psicólogos(os), ajudando a aprimorar iniciativas como as do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) sobre desastres, contribuindo nas superações teóricas e práticas que ainda necessitam ser trabalhadas pela Psicologia frente à sua atuação em contexto de mineração interseccionado com desastres de rompimento de barragens.

Referências

- ALBTOUSH, R.; DOBRESOU, R.; IONESCOU, F. A hierarchical model for emergency management systems. **UPB Scientific Bulletin**, Series C, v. 73, n. 2, p. 53-62, 2011.
- AMBIENTE E SOCIEDADE. **Home**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/>. Acesso em: 10 de abr. 2024.
- ANM – Agência Nacional de Mineração. **Resolução DC/ANM nº 13 de 08/08/2019**. Estabelece medidas regulatórias objetivando assegurar a estabilidade de barragens de mineração, notadamente aquelas construídas ou alteadas pelo método denominado “a montante” ou por método declarado como desconhecido e dá outras providências. ANM, 2019.
- ARCE, M. F.; CÓRDOBA, A. C. **Las TIC y la gestión del riesgo a desastres**. Hacia la Sociedad de la Información y el Conocimiento. 2012. Disponível em: <https://acese.dev/4WAK0>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- ASGHAR, S.; ALAHAKOON, D.; CHURILOV, L. **A Comprehensive Conceptual Model for Disaster Management**. 2011. Disponível em: <https://encr.pw/PzjTi>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- ASGHAR, S., ALAHAKOON, D.; CHURILOV, L. A comprehensive conceptual model for disaster management. 2006. Disponível em: <https://l1nq.com/cXgBg>. Acesso em: 12 de jul. 2024.
- AVILA, M. R. R. **Em Blumenau tudo é risco: a percepção e a gestão dos desastres baseado no estudo de caso da Comunidade da Rua Pedro Krauss Sênior (Blumenau/SC) no período de 2008 a 2015**. 2015. 216f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.
- AYSAN, Y. **Os pisos no âmbito do vulnerável: redução de desastres como uma estratégia para reduzir a pobreza**. Banco Mundial, 1999. Disponível em: <http://www.radixonline.org/humanrights2.htm>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://l1nk.dev/aoVdJ>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (1967)**. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Diário Oficial da União. Presidência da República, 1967.

- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*: v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BRESSER, D. **Das 698 barragens cadastradas em MG, 22 estão sem estabilidade**. Disponível em: <https://acesse.one/U3SLn>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- CASTRO, P. T. A., NALINI Jr, H. A.; LIMA, H. M. **Entendendo a mineração no quadrilátero ferrífero**. *Ecológico*, 2011. Disponível em: <https://11nq.com/TiSu0>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- CASTRO, P. T. A.; MACHADO, M. M. M. Os conflitos resultantes da produção de minério de ferro. In: AZAVEDO, U. R.; TRAVASSOS L. E. P.; RASTEIRO M. A.; FARIA L. E. (Ed.). **Patrimônio espeleológico em rochas ferruginosas**. *Sociedade Brasileira de Espeleologia*, p. 116-131. São Paulo: Editora SBE, 2015.
- CEPD – Centro Profissional de Educação a Distância. **Atlas brasileiro de desastres naturais, 1991 a 2010**. CEPED/UFSC, 2013.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres**. Disponível em: <https://encr.pw/>. Acesso em: 12 de jul. 2024.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, agosto de 2005.
- CORREIO DE MINAS. **178 barragens formam cinturão nas cidades mineradoras**. 2024. Disponível em: <https://correiodeminas.com.br/2024/07/12/178-barragens-formam-cinturao-nas-cidades-mineradoras/>. Acesso em: 04 de mar. 2024.
- CVETKOVICH, G.; EARLE, T. C. Classifying hazardous events. *Journal of Environmental Psychology*, v. 5, n. 1, p. 5-35, 1985.
- FREIRIA S. EM-DAT: The International Disaster Database – Centre for Research on the Epidemiology of Disaster (CRED). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 93, p. 208-209, 2011.
- GILBERT, C. Studying disaster: a review of the main conceptual tools. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, v. 13, n.3, 231-240, 1995.
- GUHA-SAPIR, D; BELOW, R.; HOVOIS, P. **The OFDA/CRED International Disaster Database**. 2015. Disponível em: <https://encr.pw/mWlch>. Acesso em: 12 de jul. 2024.
- HEWITT, K. **Regions of risk: a geographical introduction to disasters: themes in resource management**. Routledge, 1997.
- KATES, R. **Gilbert White 1911-2006: a biographical memoir**. National Academy of Sciences, 2011.
- LOUREIRO, C. F. B. Prefácio. In: SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**, p. 15-36. São Paulo: Cortez, 2010.
- MHDM – Manitoba Health Disaster Management. **Disaster management model for the health sector: guideline for program development**, 2002. Disponível em <https://encr.pw/9iJ4o>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

- MARCHEZINI, V. **Desafios de gestão de abrigos temporários**: uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas. São Carlos: UFSCar, 2010.
- MATTEDI, M. A. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2, p. 59-105, 2015.
- MATTEDI, M. A.; BUTZKE, I. C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, p.10-21, 2001.
- MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental. **Deliberação Normativa nº 74, de 9 de setembro de 2004**. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ou de licenciamento ambiental no nível estadual, determina normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização e de licenciamento ambiental, e dá outras providências. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Política Ambiental, 2004.
- MINAS GERAIS. **Lei nº 23.291, de 25/02/2019**. Institui a política estadual de segurança de barragens. Minas Gerais, Diário do Executivo, 2019.
- MINAS GERAIS – Conselho Estadual de Política Ambiental. **Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017**. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locacionais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Política Ambiental, 2017.
- MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: M. C. S. Minayo. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde, p. 261-297. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MONTZ, B. E.; TOBIN, G. A. Natural hazards: na evolving tradition in applied geography. **Applied Geography**, v. 31, n. 1, p. 1-4, 2011.
- NARVÁEZ, L., LAVELL, A.; ORTEGA, G. P. **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos**. Secretaria General da Comunidad Andina, 2009. Disponível em: <https://encr.pw/qn70X>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Contextos**, v. 12, n.1, p. 196-212, 2013.
- NUNES, L. S.; SILVA, A. G. M. O debate em torno da questão socioambiental na formação profissional do assistente social. **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**. Florianópolis, p.1-11, 2013.
- UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **What is the UN Global Compact**. 2015. Disponível em: <https://l1nq.com/2gALj>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- PASSOS, F. L., COELHO, P.; DIAS. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cadernos MetrÓpole**, v. 19, n. 38, p. 269-297, 2017.

- PELANDA, C. **Disaster and sociosystemic vulnerability**. Disaster Research Center/University of Delaware, 1981. Disponível em: <https://encr.pw/n2uS4>. Acesso em: 12 de jul. 2024.
- PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. **What is a disasters?** New answers to old questions. New York: Xlibris, 2005.
- PINEAU, G. **Estratégia universitária para a transdisciplinaridade e a complexidade**. Rizoma Freireano, 2010. Disponível em: <https://acesse.dev/T3Rec>. Acesso em: 12 de jul. 2024.
- PRINCE, S. H. **Catastrophe and social change**: based upon a sociological study of the Halifax disaster. Tese (Doutorado) – Columbia University, New York, 1920.
- QUARANTELLI, E. L. Disasters: theory and research. Beverly Hüills: Sage, 1978. Disasters studies: the consequences of the historical use of a sociological approach in the development of research. International Journal of Mass Emergencies and **Disasters**, v. 12, n. 1, p. 25-49, 1994.
- REJET, S. El mundo internacional de las catástrofes naturales. **Política y Sociedad**, v. 48, n.3, p. 537-554, 2011.
- SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.
- THOMAS, D. et. al. **Social vulnerability to disasters**. New York: CRC Press, 2010.
- TOBIN, G. A.; MONTZ, B. E. **Natural hazards**: explanation and integration. Guilford Press, 1997.
- United Nations Office for Disaster Risk Reduction (2015). **History**. UNISDR. Disponível em: <http://www.unisdr.org/who-we-are/history>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- WHITE, G.F. **Human adjustment to floods**: a geographical approach to the flood problem in the United States. The University of Chicago, 1945. Disponível em https://biotech.law.lsu.edu/climate/docs/Human_Adj_Floods_White.pdf. Acesso em 12 jul. 2024.
- ZAKOUR, M. J. Social work and disasters. In D. A. (Ed.). **Disciplines, disasters, and emergency management**: the convergence and a divergence of concepts, issues and usual trends from the research literature, p. 124-141, C. C. Thomas, 2007.
- ZHOURI, et. al. The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. **Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 2, p. 100-122, 2017.

3 ARTIGO – POR UMA LEITURA DECOLONIAL DA MINERAÇÃO E DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS GERAIS E POR UMA PSICOLOGIA NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER¹⁹

Resumo: Este artigo explora a interação entre acolhimento, cuidado, cura e saúde em resposta aos desastres envolvendo barragens de rejeito, como os ocorridos nas cidades de Mariana/MG e Brumadinho/MG. A pesquisa, conduzida por meio de oito entrevistas semiestruturadas e com base nas atividades do coletivo Urucum Girassol, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais/Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, aponta a necessidade de uma Psicologia que incorpore questões ambientais e novas perspectivas, como violências pós-coloniais e racismo ambiental. O estudo critica os paradigmas tradicionais da Psicologia e propõe a adoção da Psicologia do Bem Viver, que valorize saberes tradicionais e incentive práticas coletivas e sustentáveis. Conclui-se que a Psicologia deve se alinhar com movimentos sociais e comunidades tradicionais para fornecer contribuições eficazes em contextos de desastres ambientais para a sociedade em geral, que vive num mundo em constante transformação.

Palavras-chaves: Rompimento de barragens de rejeitos; Bem Viver; decolonialidade; mineração; desastres; Psicologia.

Abstract: This article investigates the interaction between reception, care, recovery, and health in the aftermath of disasters involving tailings dams, such as those in Mariana/MG and Brumadinho/MG. The research, conducted through eight semi-structured interviews and based on the activities of the Urucum Girassol collective, linked to the Psychology Department of the Federal University of Minas Gerais/Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, highlights the need for a Psychology that encompasses matters related to environmental issues and new perspectives, such as post-colonial violence and environmental racism. The study criticizes the traditional paradigms of Psychology and proposes the adoption of the Good Living psychology, which values traditional knowledge and encourages collective and sustainable practices. The investigation concludes that Psychology must align with social movements and communities to provide aid during environmental disasters. Furthermore, it needs to offer society assistance in a rapidly changing world.

Keywords: Failure of tailings dams; wellbeing; decoloniality; mining; disasters; Psychology.

Resumen: Este artículo investiga la interacción entre recepción, atención, recuperación y salud después de desastres que involucran presas de relaves, como los de Mariana/MG y Brumadinho/MG. La investigación, realizada a través de ocho entrevistas semiestructuradas y basada en las actividades del colectivo Urucum

¹⁹ As reflexões apresentadas neste artigo foram pensadas de acordo com as regras de submissão da Revista Psicologia & Sociedade. CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres.** 2019. Disponível em: <https://11nq.com/vWVhd>.

Girassol, vinculado al Departamento de Psicología de la Universidad Federal de Minas Gerais/Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, destaca la necesidad de una Psicología que abarca asuntos relacionados con cuestiones ambientales y nuevas perspectivas, como la violencia poscolonial y el racismo ambiental. El estudio critica los paradigmas tradicionales de la Psicología y propone la adopción de la psicología del Buen Vivir, que valora los conocimientos tradicionales y fomenta prácticas colectivas y sostenibles. La investigación concluye que la Psicología debe alinearse con los movimientos sociales y las comunidades para brindar ayuda durante los desastres ambientales. Además, debe ofrecer asistencia a la sociedad en un mundo que cambia rápidamente.

Palabras clave: Falla de Presas de Relaves; Bienestar; Descolonialidad; Minería; Desastres; Psicología.

Introdução

Este artigo busca examinar a interação entre diversos corpos de conhecimento nas áreas do acolhimento, cuidado, cura e saúde, destacando a importância dessas relações no enfrentamento das complexidades e da diversidade de experiências individuais, sociais e coletivas resultantes dos rompimentos das Barragens de Rejeitos de Fundão, em Mariana/MG, e da barragem B1 Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. A presente reflexão concentra-se nas interações entre as pessoas e comunidades atingidas pelos desastres em questão, o processo de reparação de suas vidas e as práticas utilizadas por profissionais da Psicologia que atuam nesse contexto.

As discussões sobre acolhimento, cuidado e saúde na perspectiva dos processos de reparação indicam uma necessidade de mudança nos procedimentos estabelecidos e o reconhecimento de novos quadros conceituais. Uma questão importante que exemplifica estas mudanças são as conceituações de violências estruturais, que incluem comportamentos que marginalizam e prejudicam fisicamente a autonomia e o bem-estar das comunidades e pessoas atingidas. Aqui, é possível fazer uma referência direta ao racismo ambiental:

Racismo ambiental se refere a políticas, práticas ou diretrizes ambientais que afetam diferentemente ou de forma desvantajosa (seja intencionalmente ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base na cor ou raça, podendo ser reforçadas por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares (ALMEIDA, 2016. p. 24)

Os conceitos de “direitos humanos e direitos ambientais” são os focos centrais nesta discussão, promovendo perspectivas e defendendo abordagens revolucionárias em relação ao acolhimento, cuidado e saúde ofertados pelas perspectivas hegemônicas no campo da Psicologia. O entendimento destas questões sob as lentes da decolonialidade e do Bem Viver rompe paradigmas estabelecidos, fornecendo reflexões e critérios sobre as atividades e responsabilidades de psicólogos e psicólogas que atuam no contexto de mineração, mais especificamente com desastres, frente a rompimentos de barragens de rejeitos da mineração.

O movimento pela aproximação do tema de rompimentos de barragens de mineração, cuidado e saúde foi iniciado principalmente pela extensão de suas fraturas e feridas produzidas nas pessoas, nas comunidades e nos territórios, relatos de abusos e violências sofridas pelas vítimas, que são as aqui entendidas como pessoas atingidas, especialmente em ambientes e em processos e procedimentos que deveriam ser de acolhimento, saúde e cuidado, conceitos esses entendidos de forma ampla e integrativa. Esse movimento de aproximação questiona a adoção de técnicas que priorizam interesses dos grandes empreendimentos e do capitalismo financeiro global. Parte desta indagação reside no papel do psicólogo e da psicóloga que se envolve em intervenções e ações de acolhimento, saúde e cuidados aos atingidos e atingidas durante o evento de crise e no processo de reparação, se engajando na luta pela defesa de direitos humanos individuais, coletivos e difusos. Tal fato representa, sem dúvida, desafios significativos em suas práticas profissionais.

Em 2022, por meio do Núcleo Ensino de Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes,²⁰ vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, tem início um movimento de troca de práticas, experiências, saberes, conhecimentos e cosmologias de psicólogas(os) em relação a povos indígenas e quilombolas. Desta iniciativa, nasceu o Coletivo Urucum Girassol²¹ junto aos povos

20 O Núcleo busca colaborar, desde sua fundação (2012), com o debate e a implementação de políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras e de enfrentamento às desigualdades no país. Ver: NÚCLEO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO CONEXÕES DE SABERES – UFMG. **O Núcleo busca colaborar, desde sua fundação (2012), com o debate [...]**. Belo Horizonte, 01 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://1nk.dev/dyycj>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

21 SEMINÁRIO REFLORESTAR A PSICOLOGIA. **Junto aos Povos Indígenas e Quilombolas [...]** Belo Horizonte, 07 de outubro de 22. Instagram: @reflorestarpsicologia. Disponível em: <https://www.instagram.com/reflorestarpsicologia/>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

indígenas e quilombolas, que promove entre outras ações o Seminário Reflorestar a Psicologia. O grupo organizou uma sequência de atividades e intervenções articulando saberes e conhecimentos acerca da profissão e suas possibilidades e desafios com diferentes etnias e comunidades quilombolas.

No âmbito desta experiência foi organizado um grupo de estudos que realizou seminários e disciplinas, tendo como mote central a perspectiva decolonial e o reflorestamento da Psicologia com novas práticas e cosmovisões. Apesar da temática envolvendo acolhimento, saúde e cuidado não ter sido o foco central nas discussões do coletivo, o assunto perpassou todos os encontros, ganhando importância para a reflexão.

O principal objetivo dessas pesquisas foi investigar como profissionais envolvidas(os) e/ou interessadas(os) em problematizar suas atuações com pessoas e comunidades atingidas podem ampliar e construir conhecimentos, saberes e fazeres de maneira coletiva, compartilhada e em parceria, por meio da troca que só é possível em situações de fronteira (MIGNOLO, 2003). A ênfase da pesquisa residiu nas práticas de acolhimento, saúde e cuidado desenvolvidas por psicólogos e psicólogas em seus cotidianos. As entrevistas funcionaram como um espaço de transformação de ideias, troca de desconfortos e nomeação de violência. Foi pretendido também refletir e construir novos métodos, alternativos aos sistemas coloniais de dominação, potencializando os saberes e conhecimentos contra poderes hegemônicos acessíveis e experienciados por estas populações e profissionais.

Ao longo da execução da pesquisa foram feitas entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2010) e todos os encontros tiveram como foco a prática de psicólogas(os) em contexto de mineração, frente aos desastres de rompimento de barragens e que atuam na região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais.

Foram realizadas oito entrevistas com profissionais que atuam em políticas públicas, em instituições envolvidas com o processo de reparação, empresas privadas, movimentos sociais e pesquisadoras(es) acadêmicas(os) do campo da Psicologia, envolvidas(os) com o tema. Por meio de entrevistas semiestruturadas houve o aprofundamento com psicólogas(os) de temas que interseccionam seus campos de atuação e suas experiências profissionais. Foram coletadas informações valiosas sobre seus métodos, conhecimentos e processos de tomada de decisão,

incluindo resistências e resiliências. Estas conversas são a principal fonte de dados para a presente análise.

A abordagem de pesquisa conhecida como “Análise Temática”, conforme descrita por Braun e Clarke (2006), e ampliada por Souza (2019), foi utilizada para o tratamento dos dados das entrevistas. Essa análise foi empregada para identificar padrões recorrentes de significância nos dados. A análise temática é uma ferramenta utilizada para extrair e avaliar o significado subjacente das entrevistas. O método implica uma análise minuciosa dos materiais de origem, permitindo a detecção de temas emergentes e padrões regulares. Assim, a análise temática vai além de um estudo superficial dos dados e, em vez disso, exige que a(o) pesquisadora(o) se envolva ativa e intencionalmente com os dados, o que é crucial para o processo de interpretação. Portanto, tal método é reconhecido como um processo complexo e em constante mudança, no qual a interação entre pesquisadores, dados e informações contextuais impacta significativamente o desenvolvimento do conhecimento (BRAUN; CLARKE, 2006).

As evidências empíricas foram reforçadas com a realização de um exame aprofundado da literatura, explorando pontos de vista decoloniais e do Bem Viver, trazendo, assim, compreensões políticas e contextuais para refletir sobre as diferentes práticas que envolvem os desastres de maneira mais ampla, e também os processos de reparação que se instauram a partir disso. Este método permitiu avaliar minuciosamente os fundamentos coloniais que influenciam e ocasionalmente limitam o campo de atuação de psicólogos e psicólogas frente ao rompimento de barragens de rejeitos vinculadas à atividade minerária.

Além do apresentado, cabe destacar que a pesquisa foi desenvolvida em parceria com o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, desde a sua fundação (2012), com o debate e a implementação de políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras e de enfrentamento às desigualdades no país. O principal objetivo deste grupo é envolver-se ativamente e fazer uso da literatura feminista e decolonial e, no caso desta reflexão, relacionada aos direitos humanos e ambientais em relação à modernidade/colonialidade e às lutas para reduções das desigualdades no campo étnico-racial, de gênero e de classe, fazendo estreita relação com a formação acadêmica, a pesquisa e a extensão.

3.1 Modernidade, colonialidade e opção decolonial

A discussão sobre a modernidade e o seu conceito associado, a colonialidade, tornou-se mais proeminente no final da década de 1990, à medida que grupos de investigação começaram a examinar criticamente as narrativas dominantes da modernidade, que negligenciavam a sua contraparte essencial, ou seja, a colonialidade. Estudiosas(os) latino-americanas(os) concentraram-se principalmente na díade modernidade/colonialidade, defendendo um afastamento das estruturas conceituais predominantes que surgiram historicamente dentro do paradigma da modernidade. Esta busca acadêmica visa a estabelecer conexões com outros quadros teóricos que já abordaram de forma considerável os temas da modernidade e do colonialismo. Teóricas(os) associadas(os) a diferentes escolas de pensamento, como os Estudos Interculturais Críticos, o Pensamento Fronteiriço e a Epistemologia do Sul, examinaram essas estruturas. O principal objetivo destas interações tem sido promover uma revitalização do conhecimento e da política nos campos das Ciências Sociais, das humanidades e da teoria social em geral (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

Segundo Escobar (2003), a conexão entre colonialidade e modernidade foi proposta pela primeira vez por pensadores influentes como o filósofo argentino/mexicano Enrique Dussel (2005), o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) e o semiótico e teórico cultural argentino Walter D. Mignolo (2003). Escobar (2003), por sua vez, também reconhece que houve aumento no número de estudiosas(os) que se alinham com este grupo analítico.

Um aspecto essencial da compreensão do discurso pós-colonial é compreender a distinção entre colonialidade e os conceitos de colonização e colonialismo. Aníbal Quijano (2005), um renomado sociólogo, oferece perspectivas valiosas sobre esta divergência. O autor argumenta que a colonialidade, embora tenha raízes no colonialismo, é um conceito separado.

O colonialismo é comumente definido como a política ou prática de obter o domínio governamental total ou parcial sobre outra nação, estabelecendo a presença de colonos e explorando seus recursos para obter ganhos econômicos. No entanto, a

colonialidade ultrapassa o estreito período histórico ou as táticas explícitas de controle utilizadas em todo o colonialismo e denota a influência contínua e generalizada do colonialismo nos componentes culturais, políticos e econômicos da sociedade, manifestados por meio de dinâmicas de poder de longa data (QUIJANO, 2005). Portanto, embora o colonialismo possa ter cessado oficialmente, o estado de natureza colonial continua a existir através do impacto contínuo das estruturas e ideologias coloniais nos contextos atuais.

Há uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre implica relações racistas de poder (QUIJANO, 2005, p. 72).

Aníbal Quijano (2005) explica que, embora o colonialismo existisse antes da colonialidade, este último demonstrou maior longevidade que o primeiro. Esta afirmação é apoiada pelo fato de que, apesar do fim oficial do colonialismo no Brasil em 1822, os impactos duradouros da colonialidade continuam a existir e, em muitos casos, tornaram-se ainda mais pronunciados. Esta influência duradoura é evidente nas estratificações sociais e pode ser observada em outros campos da sociedade.

No nível epistemológico existe um processo de determinação de quais corpos de conhecimento são confirmados e reconhecidos pela sociedade, o que revela preconceitos persistentes naquilo que é visto como conhecimento verdadeiro ou oficial. Além disso, em nível ontológico, o reconhecimento e a aceitação social dos indivíduos dependem frequentemente de indicadores externos, como posses, propriedades, vestuário e meios de transporte, e não dos seus valores ou crenças inerentes que persistem ao longo de suas vidas. Esta tendência realça o impacto duradouro da colonialidade na geração de identidades e hierarquias sociais que são determinadas por circunstâncias materiais, e não por valor ético ou filosófico.

A colonialidade é evidente na existência de hierarquias entre as pessoas, que não se baseiam apenas na cor da pele, como destaca Frantz Fanon (2020), em seu influente livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, mas também no conhecimento, na localização geográfica e no status social das pessoas.

A presente pesquisa defende que a influência colonial está profundamente enraizada no discurso intelectual do século XX, como pode ser verificado nas narrativas criadas por filósofas(os) e historiadoras(es). Como resultado deste compromisso, estudiosas(os) decidiram acrescentar outro termo, “decolonialidade”, à tríade existente modernidade/colonialidade. Este conceito refere-se à principal característica política deste trabalho acadêmico: a decisão em analisar as preocupações coloniais por meio de uma abordagem crítica em relação ao sistema de conhecimento ocidental e da Psicologia, que sem dúvida constitui a base para as consequências racistas, sexistas e modernistas do pensamento racionalista hegemônico.

É crucial compreender a oposição apresentada por pensadoras(es) latino-americanas(os) contra teorias que estão desligadas do seu próprio contexto e que afirmam ser universalmente aplicáveis. Estas(es) teóricas(os) argumentam que é essencial basear as discussões intelectuais em realidades e perspectivas locais distintas. Desafiar os paradigmas dominantes que historicamente ignoraram as opiniões não ocidentais torna-se uma questão ética. Essa perspectiva destaca uma tendência maior para alcançar a justiça no conhecimento, com o objetivo de validar e priorizar sistemas de conhecimento indígenas e locais que têm sido historicamente marginalizados pelas visões acadêmicas ocidentais tradicionais.

Necessário introduzir um conceito de modernidade que tenha seriamente em consideração a relação que esta mantém com as questões geopolíticas. Isto é o que, em parte, o grupo da colonialidade dos Estados Unidos e América Latina – na qual estão Henrique Dussel, Walter Dignolo e outros – colaborando há alguns anos (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 85).

Para analisar as ideias de pureza e progresso técnico promovidas pela modernidade, torna-se importante estudar cuidadosamente as ações e intervenções realizadas por psicólogos e psicólogas nas bacias do Rio Doce e do Rio Paraopeba, e nas demais localidades do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. Isto inclui examinar a prática dessas(es) profissionais, seus objetivos políticos e seus conhecimentos. É crucial desenvolver um quadro teórico que considere as preocupações geopolíticas e reconheça a diferença colonial como um ingrediente fundamental para a análise crítica das noções de acolhimento, cuidado e saúde. Esta

abordagem ajudará a compreender e lidar melhor com os desafios e situações específicas. Contudo, Maldonado-Torres (2008) faz um alerta importante:

Os conceitos de colonialidade do poder, colonialidade do conhecimento e colonialidade do conhecimento seguem o radicalismo de Fanon. Ainda, podem também tornar-se problemáticos se não derem espaço à enunciação de cosmologias não ocidentais e à expressão de memórias culturais, políticas e sociais. A crítica radical deveria assumir formas dialógicas e, também, um autoquestionamento e um diálogo radicais. O projeto de busca das raízes estaria, nesse aspecto, subordinado ao projeto de crítica das raízes que mantém vivas a dominante topologia do Ser e a geopolítica racista do conhecimento. A diversidade radical implicaria um divórcio efetivo e uma crítica das raízes que inibem o diálogo e a formulação de uma geopolítica do conhecimento descolonial e não- racista. Parte do desafio consiste em pensar seriamente em Fort-de-France, Quito, La Paz, Bagdá e Argel, e não apenas em Paris, Frankfurt, Roma ou Nova Iorque como lugares de conhecimento (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 108).

É importante sublinhar que este método analítico, baseado em questões locais, exige ter em conta as necessidades e experiências que dão uma dimensão geopolítica a esta forma de pensar, tipicamente oposta ao universalismo e centrada na descolonização. Portanto, investigar o caráter colonial presente nas práticas de saúde e cuidado de psicólogos e psicólogas em contexto de mineração interseccionado com desastre de rompimento de barragens de rejeitos, com foco específico nas vivências, estratégias e métodos empregados nestes contextos por esses(as) profissionais, parece relevante.

No mundo, há muito para aprender com aqueles outros que a modernidade tornou invisíveis. Esta ocasião deveria servir mais para examinar a nossa cumplicidade com os velhos padrões de dominação e de procura de faces invisíveis do que para procurar raízes imperiais; servir mais para uma crítica radical do que para um alinhamento ortodoxo contra os que são persistentemente considerados os bárbaros do conhecimento (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 376).

Portanto, a fundamentação teórica desta pesquisa baseia-se no conceito de diversidade radical, tal como introduzido por Maldonado-Torres (2008). O autor define o conceito como um exame crítico das origens que destaca o impacto do colonialismo e as possibilidades oferecidas pelas formas de conhecimento não europeias. Essa

abordagem é utilizada para investigar a questão do etnoconhecimento no contexto do cuidado com as pessoas e comunidades atingidas por rompimentos de barragens de rejeitos da mineração.

Este estudo direcionou o olhar para as práticas de profissionais de Psicologia que oferecem serviços de acolhimento, cuidado e saúde, entendidos de maneira ampla e examina a subjetividade intrínseca presente nesses papéis: quem são essas(as) indivíduos(os) que cuidam de pessoas que tiveram suas vidas atravessadas por desastres de rompimento de barragens de rejeitos? Quais tipos de subjetividade representam? Quais são suas visões de mundo predominantes? Como compreendem e expressam seu trabalho? Quais são seus motivos ou propósitos com esse conhecimento? Em que contexto as pessoas se envolvem em conflitos, confrontos e resistências nas suas atuações profissionais?

3.2 Extrativismo mineral em minas gerais e as veias abertas dos desastres

[...] o desabamento de uma grande pedra no poço vertical fez abater parte de suas paredes e fechou galerias, onde trabalhavam mais de cem operários [...] Conta-se que durante alguns dias ouviam-se nas entranhas duríssimas da rocha os gemidos de muitas dessas vítimas soterradas pelos desmoronamentos. Frustrados todos os serviços de socorro, quando não houve mais esperança de salvar os vivos sepultados pela catástrofe por impossibilidade absoluta de atravessar a massa rochosa que os separava de fora, a solução mais humana que se encontrou para minorar os seus sofrimentos foi inundar a mina com as águas das máquinas exteriores e fazer perecer por asfixia os que teriam de morrer por inanição angustiosíssima. E estão enterradas naquele gigantesco túmulo de rocha as centenas dos minérios infelizes que encontraram a morte perfurando as entranhas da terra para lhe aproveitar os tesouros (PIRES 1893 apud SOUZA, 2015, p. 50)

O comportamento abusivo apresentado pelas mineradoras na atualidade não é um fenômeno recente no campo da exploração de minérios. Em Minas Gerais, essa história remonta ao período colonial com a descoberta de ouro no interior da colônia e com a exploração da mão de obra escravizada nas minas. Para obter uma visão do cenário histórico, pode-se mergulhar no século XIX e relembrar quatro ocorrências calamitosas resultantes de empreendimentos exploratórios de mineração no Brasil.

Embora a Constituição de 25 de março de 1824 tenha criado uma estrutura jurídica que pôs fim à ligação política com o rei de Portugal, continuou a conceder à

família real a capacidade de possuir propriedades do subsolo no Brasil (SOUZA, 2012). A Constituição inicial não previa quaisquer requisitos, responsabilidades ou restrições específicas relativas à extração de minerais por organizações estrangeiras. Em vez disso, essas escolhas foram confiadas exclusivamente ao imperador, que possuía poder exclusivo e irrestrito para conceder licenças de mineração para minas brasileiras. No final da década de 1830, Dom Pedro I emitiu dois decretos que tiveram um impacto significativo no aumento das empresas mineiras estrangeiras. Em 1827, reduziu os impostos reais sobre o ouro, de 20% para 5%. Então, em 1829, eliminou a necessidade de os brasileiros buscarem a permissão do imperador para minerar suas próprias terras. Esta mudança permitiu-lhes estabelecer parcerias com estrangeiros, que puderam deter até 99% dos empreendimentos mineiros. Como resultado ocorreu um fluxo significativo de empresários ingleses ao Brasil, principalmente na forma de empresas de capital aberto que procuravam parceiros brasileiros com participação minoritária. Este acordo proporcionou-lhes privilégios inerentes para recolher e comercializar minerais, incluindo ouro (Souza, 2012).

Rafael de Freitas e Souza (2012) argumenta que havia ainda quantidades substanciais de ouro nas reservas de Minas Gerais durante o século XIX, apesar de opiniões comuns sugerirem o contrário. A maior parte deste ouro estava situada a profundidades de várias centenas de metros, exigindo o uso de métodos e metodologias de escavação tão sofisticados quanto perigosos. Uma vez esgotadas as minas de superfície, os mineiros luso-brasileiros, que não dispunham dos fundos necessários e da tecnologia avançada para a extração de minerais profundos, frequentemente abandonavam suas minas ou vendiam suas concessões aos britânicos, a preços muito baixos. Entre 1824 e o final do século XIX, Minas Gerais testemunhou a fundação de 20 empresas estrangeiras, a maioria de origem britânica (Souza, 2012; 2015). Entidades estrangeiras notáveis que tiveram grande impacto durante a primeira parte daquele século foram a Associação Imperial Brasileira de Mineração, a Saint John Del Rey Mining Company e a Brazilian Company Limited. O conde de Suzannet, em 1842, e Francis de La Porte Castelnau, em 1843, expressaram desaprovação quanto ao “padrão inglês” de gestão do trabalho e procedimentos de extração que visavam à exploração máxima das minas e do lucro em detrimento à vida.

Uma catástrofe notável ocorreu em Morro Velho, em 21 de novembro de 1867, causada pelas práticas de mineração seguindo o “padrão inglês”. Um grande incêndio provocou o colapso da estrutura, causando a morte de pelo menos 21 escravos e um assalariado da Inglaterra (GROSSI, 1981; LIBBY, 1985). Em 10 de novembro de 1886, passados 19 anos, a mina sofreu um novo colapso, que causou uma destruição consideravelmente maior.

Um imenso estrondo fez tremer Nova Lima e arredores, em Minas Gerais, como um terremoto anunciando o desmoronamento na Mina de Morro Velho. O sistema de escoramento feito de madeira cedeu, o que fez com que milhares de toneladas de minério desabassem soterrando centenas de trabalhadores ao longo dos 570 metros de profundidade da mina e bloqueando a sua entrada . . . A Saint John Del Rey não divulgou o número de mortos e os jornais da época não chegaram a um consenso sobre isso. É provável que tenham sido centenas de pessoas, já que na última estatística disponível antes do desastre, em 1884, havia 1.154 trabalhadores ocupados na mina (entre escravizados, trabalhadores livres e ingleses), que se dividiam em três turnos. Ainda hoje não se sabe o número exato de mortes nessa que foi uma das primeiras tragédias da mineração documentadas no Brasil. Antes, a mina já havia sido palco de dois grandes acidentes (TRONCATE; COELHO, 2020, p. 21-22).

Fazendo um salto para a contemporaneidade, há o caso da barragem de Fundão, situada no Complexo Industrial Germano, em Mariana/MG, operada pela Samarco Mineração S.A., que sofreu um rompimento catastrófico na tarde do dia 05 de novembro de 2015. O rompimento resultou no lançamento de mais de 30 milhões de metros cúbicos de resíduos de mineração, que percorreram aproximadamente 600 quilômetros pelos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, antes de chegar ao Oceano Atlântico. O incidente teve impacto significativo ao meio ambiente local e também afetou o litoral do Espírito Santo, o litoral norte do Rio de Janeiro e o litoral sul da Bahia (SERRA, 2018). A Samarco, fundada em 1977, é uma mineradora de copropriedade da Vale S.A., empresa brasileira, e da BHP Billiton, austro-britânica. Tanto a Vale S.A. quanto a BHP Billiton são *players* proeminentes na indústria global de mineração de minério de ferro.

No exato momento em que a barragem rompeu, a sirene de alerta não emitiu nenhum som e o plano de resposta a emergências não foi colocado em ação com rapidez suficiente para notificar as cidades à jusante. Como resultado, foram as(os) residentes locais que lideraram a divulgação da notícia e a evacuação da área, que

incluía escolas e várias casas, antes da chegada da enorme quantidade de rejeitos. A lama destruiu completamente as áreas localizadas à jusante da barragem, com impacto significativo nas comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. Estes assentamentos registaram o maior número de mortes, sendo responsáveis pela maioria das 19 vítimas mortais. Além disso, o derramamento teve um impacto negativo no abastecimento de água e perturbou os modos de vida tradicionais e os meios de subsistência das comunidades que vivem ao longo do rio em 39 municípios da bacia do Rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo. Isto afetou diretamente cerca de 500 mil pessoas (BRASIL, 2016a, 2016b), incluindo 660 indivíduos pertencentes à etnia Krenak, que vivem em um território indígena designado de quatro mil hectares no município de Resplendor/MG. Ailton Krenak (2019), morador da comunidade, aborda o assunto em seu livro, “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”:

O Rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. [...] O Watu, esse rio que sustentou a nossa vida às margens do Rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de 600 quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando um rio em coma [...] esse crime – que não pode ser chamado de acidente – atingiu as nossas vidas de maneira radical, nos colocando na real condição de um mundo que acabou (KRENAK, 2019, p. 40-42).

O colapso da barragem da Samarco é considerado o exemplo mais notável das irregularidades corporativas na História brasileira. E não só isso: a catástrofe mineira é a mais extensa em todo o mundo, medida pela quantidade de resíduos derramados e pelas amplas consequências ambientais, sociais e econômicas que causou (MAZZOLA, 2018). Além da devastação física e material, a catástrofe resultou em danos intangíveis que tiveram um tremendo impacto nas identidades, estilos de vida, lembranças, conhecimentos e manifestações culturais da comunidade (HELLER; MODENA, 2016; ROSA, 2019).

Em março de 2016, a Advocacia-Geral da União (AGU), juntamente com as Procuradorias-Gerais dos Estados de Minas Gerais (AGE-MG) e Espírito Santo (AGE-ES), e as empresas Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton, firmaram acordo para a formalização de Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Um fundo

de R\$ 20 bilhões, conhecido como Fundação Renova, foi fundado com o objetivo de recuperar a Bacia do Rio Doce.

Os processos judiciais contra as três mineradoras implicadas no rompimento da barragem da Samarco avançam lentamente, causando a apreensão de que o atraso possa levar à invalidação de certas acusações devido a limitações legais, resultando potencialmente na impunidade de alguns crimes (CAMILO, 2021).

No dia 25 de janeiro de 2019, no intervalo do meio-dia, cerca de 300 trabalhadores da mina Córrego do Feijão sofreram um rompimento na Barragem I (B1). Essa ruptura resultou no lançamento de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos diretamente nas dependências administrativas da Vale S.A., onde estavam presentes vários funcionários. O rompimento da barragem, que tinha uma altura impressionante de 86 metros e uma extensão de 720 metros, infelizmente resultou na perda de 272 vidas. Entre as vítimas, 248 eram funcionárias(os) localizadas(os) nas instalações da Vale S.A., à jusante da barragem. As estatísticas oficiais registram 270 vítimas, mas os familiares apelam para a inclusão de dois nascituros de mulheres grávidas na lista (ARBEX, 2022; RAGAZZI; ROCHA, 2019). O fluxo de lama se estendeu para outras áreas, incluindo o Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, a Área de Proteção Ambiental (APA) Sul, os bairros de Córrego do Feijão e Parque da Cachoeira, e uma pousada localizada entre as localidades. Não bastasse, a bacia do Rio Paraopeba, que inclui assentamentos como Naô Xohã e Katurãma, bem como membros das populações indígenas Kaxixó, Pataxó e Pataxó Ha-hã-hãe, sofreu consequências diretas. Além disso, os assentamentos de Marinheiros, Sapé, Pontinha e Saco Barreiro, que são comunidades quilombolas, foram impactados pelos acontecimentos (PIAZZI; MUNIZ, 2019; SOUZA, 2021).

Após o crime, foram criadas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) em diferentes níveis de governo, como a Câmara Municipal de Brumadinho, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal (MINAS GERAIS, 2019; BRASIL, 2019; BRUMADINHO, 2019). A forma de indenização e reparação em Brumadinho era distinta da de Mariana. Organizações representativas das partes impactadas, em conjunto com o Ministério Público e a Defensoria Pública de Minas Gerais, tomaram medidas proativas para evitar que a Vale S.A. sugerisse um recurso legal semelhante à estratégia adotada pela Fundação Renova. Em vez disso, optaram por estabelecer acordos extrajudiciais separados com as pessoas

prejudicadas antes de concluir negociações coletivas com autoridades federais e estaduais, incluindo a AGU, o governo de Minas Gerais e órgãos ambientais.

Diante do cenário apresentado, parte-se agora para as possibilidades que as teorias decoloniais e do Bem Viver podem apresentar frente à questão dos desastres de rompimento de barragens, promovendo uma atuação da Psicologia que rompa com processos coloniais de controle e dominação abertamente vinculados à indústria minerária mineira, brasileira e latino-americana, que ainda não se livrou do “padrão inglês” de exploração dos territórios e dos corpos periféricos.

3.3 Psicologia e a costura das veias abertas dos desastres

A ética do Bem Viver promove um forte senso de comunidade, alinhado ao reconhecimento da Pachamama, destacando que todas as pessoas descendem da Mãe Terra. Martínez (2017, p. 23) observa que o Bem Viver é fundamentalmente pluralista, com a abundância de vida intrinsecamente ligada às interações sociais. O *good living* reconhece a importância da responsabilidade pessoal, mas afirma que para ter um efeito profundo e eliminar as injustiças sistêmicas é crucial participar nos esforços do grupo e criar conhecimento que valorize a diversidade e respeite as diferenças e diversidades. Nas entrevistas realizadas para este estudo, o tema apareceu como fonte de angústias de profissionais da Psicologia, que muitas vezes refletem sobre uma formação acadêmica vinculada a perspectivas e teorias relacionadas à perspectiva da ciência hegemônica. E, assim, em territórios em contexto de mineração interseccionados por desastres de rompimentos de barragens, respondem pouco aos dilemas vivenciados na prática de atuação de profissionais da Psicologia.

Como que eu vou tratar do sofrimento de uma pessoa? Minha formação foi direcionada para realização de clínica, fiz minha ênfase nesse campo. Nunca pensei que iria atender pessoas vítimas de rompimento de barragens. Hoje faço acompanhamento individualizado, atendendo vítimas do rompimento que tiveram algum caso de saúde mental; não retiro a importância do meu trabalho. Eu sei do valor do meu trabalho, só que percebo que essa questão é mais ampla, sem uma reparação social de fato. Desculpa falar [...] estou enxugando gelo. A melhora destas pessoas não passa só pela superação delas e pelo fortalecimento subjetivo. Elas são vítimas

deste processo e são revitalizadas o tempo todo, e continuarão sendo (Participante 3).

As visões filosóficas do Bem Viver fornecem alternativas sistêmicas ao atual sistema mundial colonial. Solón (2019) afirma que, devido à natureza inter-relacionada dos componentes da crise, tentar abordá-los separadamente é insuficiente para resolver de maneira eficaz a policrise global. Em vez disso, são necessárias medidas abrangentes, uma vez que esforços individuais e isolados podem agravar o problema, em vez de melhorá-lo (SOLÓN, 2019).

Segundo o autor, é possível sugerir alternativas sistêmicas porque não existe uma solução única para as preocupações socioambientais. Reconhece-se que cada alternativa tem seu próprio potencial, limitações, inconsistências e semelhanças distintas e, como resultado, estas opções estão sempre mudando, formando partes essenciais de uma entidade unificada. Ao mesmo tempo, fornecem uma gama de respostas flexíveis que podem ser facilmente ajustadas, caso a crise se agrave ou mude.

Aqui ... vou falar a verdade! Desde que eu entrei nessa de relação com a comunidade... conflito socioambiental... processo de reparação do desastre... meu entendimento mudou em algumas coisas. Por mais que tenha uma equipe boa, boa mesmo, fico na sensação de que tudo muda, o tempo todo. O que valeu em um momento, agora, não vale mais. É muito dinâmico tudo o que acontece no território, muitas vezes até acho esquizofrênico. Diante disso, com meus erros e acertos que eu... não sou só eu... sou apenas uma(um). Como psicóloga(o) eu tento avaliar o todo. Eu sempre lembro das noções da teoria sistêmica, ela me dá bons elementos para tentar ver o todo, mas sei que o que faço é pontual. É uma pequena parte e é com isso que acredito que posso contribuir, diante de tanta tristeza (Participante 7).

Nenhuma destas propostas é capaz de enfrentar, sozinha, essa crise. Todas – e muitas outras que ainda podem surgir – precisam complementar-se para forjar alternativas. Complementar-se significa completar-se: articular-se para criar um todo que ofereça respostas à complexidade do problema. É aprender com as pessoas, enxergar-se através delas, descobrir a força alheia e explorar as fraquezas e os vazios comuns. E, sobretudo, pensar em como encadear forças para resultar em algo superior (SOLÓN, 2019).

Portanto, quando se incorpora nesta discussão sobre desastres de rompimento de barragens de rejeitos da mineração o Bem Viver, a intenção não é endossar soluções específicas e imediatas. Em vez disso, o que se defende são medidas políticas, éticas e inovadoras, bem como modos de vida alternativos e formas de oposição em resposta a intrincados problemas socioambientais. Reconhecendo os desafios na definição de limites e na compreensão da natureza complexa e em constante mudança destas questões, identificaram-se possíveis conexões entre as práticas de psicólogos e psicólogas nestes contextos. Também foram exploradas as filosofias do Bem Viver como caminhos para descolonizar o pensamento, distanciando-se da mercantilização dos desastres.

Tem coisa que irrita muito... quando vamos defender questões envolvendo modos de vida tradicionais, saúde mental, questões de caráter subjetivo, sempre sou interpelada(o) [sobre] como deve ser feita a mensuração destes aspectos. Sempre há o argumento de se mensurar essas questões. Será que podemos indenizar? Como se pagar com grana resolvesse tudo. Desse papo eu já estou cansada(o), é sempre a mesma questão quando falo que sou psicóloga(o) em uma mesa com pessoa do jurídico. Quanto vale a dor, o sofrimento? Isso sem falar quando esses aspectos são ridicularizados... Não acredito! Até hoje falando da horta que perdeu, mas não fala do pagamento entrando todo mês na conta (Participante 5).

Quando a Psicologia incorpora técnicas educativas interculturais, também adota uma abordagem sociobiocêntrica, defendendo a preservação da vida e opondo-se a quaisquer fatores que a limitem ou diminuam. A ética da Psicologia, a ética geral e o conceito de Bem Viver envolvem-se num discurso neste cenário, uma vez que valorizam e promovem diversos modos de vida, possibilitando conversas igualitárias entre muitas culturas. Estas trocas podem potencialmente desafiar a hierarquia social e cultural existente, fortalecer identidades marginalizadas e promover uma coexistência marcada pelo respeito, reconhecimento e partilha de conhecimento entre diferentes grupos culturais na vida cotidiana. Assim, é importante compreender que:

Como conceito e prática, a interculturalidade significa “entre culturas”, mas não simplesmente um contato entre culturas, e sim um intercâmbio que se estabelece em termos equitativos, em condições de igualdade. Além de ser uma meta para alcançar, a interculturalidade deveria ser entendida como um processo permanente de relação, comunicação e aprendizado entre pessoas,

grupos, conhecimentos, valores e tradições distintas, orientada a gerar, construir e proporcionar um respeito mútuo, e um desenvolvimento pleno das capacidades dos indivíduos, acima de suas diferenças culturais e sociais (WALSH, 2005, p. 4).

O conceito de saúde e cuidado ambiental intercultural abraça um *ethos* político, ético e estético, explorando pesquisas, práticas, epistemologias e narrativas que diferem do cânone ocidental. Este compromisso promove um ecossistema de conhecimento onde o saber é comunitário e não hierárquico, organizado em redes. Dentro deste paradigma, as relações são estabelecidas por meio do envolvimento em divergências e disputas, reconhecendo que embora as diferenças possam criar tensões, é crucial aceitar essas diferenças para superar as injustiças.

Foi muito difícil a minha chegada. De cara fui trabalhar com uma tribo indígena e uma comunidade quilombola, e não fui bem recebida. Eu não entendia o que estava acontecendo. Demorei para entender que para de fato entrar nessa comunidade tinha que haver troca, diálogo, construção e confiança. Eu não percebia que muitas vezes estava querendo replicar algo que foi pensado fora daquelas comunidades e não junto com elas. Racionalmente, o giro é fácil. Vai lá na prática...aí o bicho pega. Hoje entendo que estou em um processo de troca e letramento constante junto a esses grupos que acompanho (Participante 6).

O movimento decolonial ganha força à medida que se cruza com outros, incluindo a luta dos atingidos e atingidas por rompimentos de barragens de rejeitos da mineração, que também afetam movimentos indígenas e quilombolas, movimentos antirracistas, feministas, e ambientalistas, entre muitos outros que defendem a diversidade cultural e social nas suas respectivas pautas, regiões e territórios. A pluralidade de vivências pode colaborar e acelerar sistematicamente o processo de descolonização da cognição, promovendo a geração de conhecimento a partir de uma ampla gama de fontes, oportunizando alternativas que questionam o pensamento hegemônico e a hierarquia estrutural, presentes nas relações de poder contemporâneas.

As ligações entre a Psicologia e o Bem Viver intensificam os processos de descolonização de ideias e de rejeição da mercadoria da vida. Esta intensificação ocorre principalmente por meio das perturbações que estas alternativas introduzem

nos processos mentais que são influenciados pela cultura ocidental. Portanto, é importante enfatizar as ideias sobre a natureza, expressas por diferentes formas de conhecer, nas quais “a Mãe Terra é compreendida de forma muito mais ampla, abrangendo uma conexão indissociável entre espaço e tempo” (SOLÓN, 2019, p. 211).

O produtivismo invisibiliza os trabalhos de reprodução e cuidado. O lar e a família, a alimentação, a limpeza, o apoio efetivo, a manutenção dos aspectos comunitários são trabalhos reprodutivos, fundamentalmente levados a cabo por mulheres e ignorados pelo produtivismo, interessado apenas em bens ou serviços que possam ser mercantizados. (...) Precisamos não apenas reconhecer e recompensar o trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres no lar e nas comunidades, mas promover esse trabalho a uma escala inédita (SOLÓN, 2019, p. 211).

O conceito ético do Bem Viver, que prioriza a preservação da vida em detrimento à busca da prosperidade material, contempla as inconsistências e a necessidade urgente de remover a mercantilização da vida. No quadro global prevalecente, caracterizado por políticas que favorecem a mortalidade e uma filosofia econômica neoliberal, quase tudo é transformado em mercadorias. Esta tendência ficou claramente aparente durante a pandemia de Covid-19, especialmente no Brasil, onde o governo, com o apoio das elites econômicas, optou por dar prioridade à preservação da economia e do bem-estar da sociedade, mesmo que isso significasse sacrificar a vida dos grupos mais vulneráveis, como as comunidades pobres, quilombolas e indígenas, as mulheres e o ambiente natural. Guardadas as especificidades, a mesma lógica ocorre no cenário da indústria de exploração mineral praticada do Quadrilátero Ferrífero mineiro.

Os esforços desta pesquisa procuram promover um pensamento que vai além do eurocentrismo e se concentra em perspectivas pós-coloniais, ao mesmo tempo em que também se esforça para aprimorar a educação centrada em questões socioambientais e na compreensão intercultural. Vale destacar o alerta para os perigos da mudança de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado, quando todos os bens e serviços são mercantizados, disponíveis para compra e sujeitos à negociação. Essa forma de organização sociopolítica defende o conceito de que tudo, inclusive a vida, possui valor monetário. Desmercantilizar a vida implica

reconhecer que, embora as mercadorias, os bens e as coisas possam ser utilizados, fabricados e comercializados, as pessoas, as culturas, as ligações sociais, a natureza, a educação, a saúde e a água são bens partilhados indispensáveis, que não podem ser sujeitos à negociação. É preciso reconhecer que existem certas coisas que não podem ser compradas ou trocadas, ou muito menos medidas pelo seu valor de uso (KRENAK, 2019):

A vida não tem utilidade nenhuma. A vida é tão maravilhosa que a nossa mente tenta dar uma utilidade para ela. A vida é fruição. A vida é uma dança. Só que ela é uma dança cósmica e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária. Uma biografia: alguém nasceu, fez isso, fez aquilo, fundou uma cidade, inventou o fordismo, fez a revolução, fez um foguete, foi para o espaço; tudo isso, gente, é uma historinha ridícula. Por que insistimos em transformar a vida em uma coisa útil? Nós temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficar barganhando a sobrevivência (KRENAK, 2020, p. 67).

Além disso, é crucial reconhecer que o capital econômico tem a capacidade de cooptar práticas e alternativas coletivas e solidárias, podendo adaptar-se e apropriar-se, e criar soluções egoístas, mantendo, ao mesmo tempo, uma mentalidade exploradora, como afirma Solón (2019). Por exemplo, o sistema capitalista frequentemente se apropria de programas que utilizam a linguagem do desenvolvimento sustentável ou da sustentabilidade para promover o produtivismo industrial e o “crescimento” econômico. Paradoxalmente, certas empresas financeiras proeminentes também se envolvem em discussões sobre o Bem Viver, mas seu objetivo é salvaguardar o bem-estar de um grupo seletivo, abusando da natureza e de outros indivíduos (SOLÓN, 2019).

Eu fiz de tudo para sair quando entendi. Na verdade, eu estava trabalhando para a Vale S. A. Na fundação, o discurso era ambientalmente correto. A gente rezava a cartilha da sustentabilidade, as diretrizes da ONU para um mundo melhor. Eu acreditei, acreditei mesmo, mas depois que me envolvi na academia e fui construindo outros entendimentos, percebi que quem de fato se beneficiava de tudo que eu fazia era a Vale S. A. (Participante 6).

As filosofias ancestrais não devem ser vistas como modos de vida livres de conflitos, mas sim como coleções de conhecimentos que reconhecem a variedade e

se esforçam para enfrentar conjuntamente os desafios (QUEIROZ; TONELI, 2023). Portanto, é crucial permanecer alerta e com cautela para contrariar as estratégias coloniais que distorcem o conhecimento e criam perspectivas tendenciosas e simplificadas de diferentes culturas e ideologias.

Os desastres de rompimentos de barragens de rejeitos são muito maiores que a capacidade atual de compreendê-los. Sua devastação é monumental e não pode ser compreendida nos limites do pensamento hegemônico, pois qualquer tentativa neste sentido está fadada ao fracasso; um fracasso que nunca se limita às divisas do capital, mas aflige de modo díspar toda a humanidade. Tal fracasso já foi muito bem analisado e descrito por um conjunto substancial de estudos que evidenciam os impactos e efeitos dos rompimentos.

A Psicologia é imprescindível na tarefa de estabelecer um novo e profundo modo de relacionamento humano com a vida no planeta, mas para tanto é preciso que a Psicologia também seja outra, não meramente mercantil, mas extraordinariamente comprometida com toda forma de vida e de bem do planeta, seja orgânico(a) ou inorgânico(a).

O conceito de Bem Viver é complexo e está entretido na própria vida cotidiana, estando presente em vários povos originários do continente latino-americano. Em sua concepção não há a tradicional dicotomia moderna na separação de pessoa e meio ambiente; longe disso, o que vigora é a compreensão de que tudo é natureza. Em suma, o Bem Viver é:

Um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (ACOSTA, 2016, p. 29).

Para tanto, o conceito de Bem Viver propõe compreender a relação não dualista entre humano-natureza, tendo a natureza como sujeito de direitos. A ação humana é, portanto, cooperativa e está inserida na pluralidade da natureza. Nesse sentido, a Psicologia ocupa um lugar próximo às pessoas excluídas e fora dos sistemas hegemônicos, porque não comunga com as matrizes coloniais de devastação da natureza.

A aproximação da Psicologia e do Bem Viver é uma junção que se coloca a serviço da vida, que luta contra as desigualdades e que não é hegemônica porque emerge da pluralidade. Tal relação deve estar encarnada na realidade do povo e seus saberes vertem daqueles que possuem os conhecimentos ancestrais de convivência com a preservação e o cuidado com a natureza.

Quando se assume a proposição de uma Psicologia do Bem Viver, certamente isso se faz pela convicção de que os modos sociais de produção, consumo e relacionamento que vigoram como padrões hegemônicos não são capazes de garantir a sobrevivência de valores socioambientais indispensáveis para a manutenção da Terra nos moldes atuais. Nas especulações em tais considerações, o olhar sensível para os micro e macroambientes dos quais seres humanos fazem parte revela sem nenhum tipo de mistério que a humanidade se encontra no limiar da capacidade do planeta, por tolerar o atual modo social de produção e consumo.

Se o objetivo é reverter o quadro dramático em que o mundo se encontra, é preciso desenvolver ações conjuntas emergenciais e rápidas o suficiente para que ainda se possa restaurar o equilíbrio e curar a Terra machucada. A Psicologia, no atual momento da História, não pode ser feita longe da vida do povo oprimido, que são as pessoas atingidas por desastres socioambientais, as(os) guardiãs(ões) das florestas e rios, das comunidades tradicionais, ou seja, todas(os) que possuem conhecimento sobre o delicado e sofisticado sistema de biodiversidade que conecta todas as vidas.

Se durante muito tempo, enquanto ciência, a sociedade se ocupou em ensinar os tradicionais pensadores e pensadoras da Psicologia, com apego excessivo às epistemologias do Norte Global, hoje, mais do que nunca, impera a necessidade de se aprender com os saberes imemoriais que transitaram nas periferias da matriz colonial de saber.

Quando se fala da articulação entre a Psicologia e o Bem Viver, não há referência a uma epistemologia ou técnicas específicas de atuação psicológica, mas sim a uma diversidade de psicologias que possuem como valor central a vida, principalmente das(os) mais vulneráveis. É, sobretudo, uma cosmovisão que está comprometida com os valores do Bem Viver, que tem como princípios essenciais a vida em primeiro plano e não o capital, a horizontalidade nas tomadas de decisões, a natureza como bem universal e de responsabilidade de todas(os), o trabalho

cooperativo e a justiça social como fundamento democrático. Segundo Fernandes e Missiatto (2021), certamente há um deslocamento imprescindível neste processo, uma guinada não apenas epistemológica, mas também estrutural no modo de se fazer Psicologia. Não que a Psicologia atual não seja em si valiosa e não esteja, nem que minimamente, comprometida com o paradigma da sustentabilidade. É verdade que os muitos anos da área legaram ao mundo uma vasta riqueza acadêmica e cultural que tem contribuído com a melhora significativa da saúde de milhares de pessoas, e seria irresponsável uma articulação teórica e prática que a desconsiderasse como uma importante colaboradora na tarefa de defesa da vida.

É preciso uma Psicologia comprometida com a mudança do mundo, não isolada no atendimento de individualidades, pois:

Não há saúde mental em um sistema doente, não há bem-estar em um mundo que precariza a vida da natureza. Pelo contrário, os processos de atendimento, cura e transformação estão intimamente conectados com o projeto de uma sociedade pautada no bem comum, no respeito à vida em todas suas formas, no consumo responsável e ecologicamente comprometido (Participante 8).

Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se refletir acerca da necessidade da elaboração de uma outra prática em Psicologia, que se integre efetivamente com as questões socioambientais atuais. A Psicologia por muito tempo negligenciou na sua produção de saber e prática um olhar dinâmico para a realidade em que as pessoas estão inseridas. Apresentando uma perspectiva burguesa em seu desenvolvimento, inclinou-se a ocultar os determinantes socioambientais na produção da subjetividade concreta. Esse ocultamento levou a generalizações que não conseguem abarcar a concretude e a potencialidade da realidade em que se constituem as relações sociais.

Compreender as realidades particulares e suas relações com os processos coloniais de dinâmica universal, na qual se constituem as relações sociais atravessadas por desastres de rompimentos de barragens de rejeito, torna-se fundamental para a produção de uma outra Psicologia. A perspectiva colonizada reproduz em atividade psicológica a negação da diversidade, ocultando contradições e conflitos dessa realidade. Esta Psicologia atual evidencia, em seu âmago formativo

e prático, a negação do lugar e do espaço, perpetuando, assim, processos dominantes de violência e opressão.

Propõe-se como possibilidade de superação dessa perspectiva colonizada uma articulação da Psicologia com o Bem Viver, que se faz na compreensão aprofundada da relação humano-natureza, da valoração dos saberes tradicionais e das relações humanas que escapam de uma lógica capitalista. A Psicologia do Bem Viver é um giro de perspectiva que deve se materializar no cotidiano, tendo a diversidade da comunidade de atingidos e atingidas como perspectiva central para o caso aqui analisado.

Desconsiderar a complexa rede de interesses, valores, narrativas e disputas que compõem o cenário dos desastres de rompimentos de barragens de mineração não reporta mero descuido formativo; seria um erro cruel pensar que algo em tal proporção não tem fundamento prático na execução do projeto colonial de subalternização da vida. De tal modo, é muito mais congruente a ideia de que o descuido da Psicologia, que exclui da formação os saberes dos povos da floresta, dos rios, do campesinato, dos quilombos, das periferias urbanas e das pessoas vulnerabilizadas por conflitos socioambientais, trata-se da atuação de uma Psicologia que ainda não entendeu as proporções da crise que a vida atravessa atualmente e a importância do seu papel na reversão dos prejuízos que afetam toda a natureza.

Para o que se propôs, entende-se que a formação dessa Psicologia é um caminho possível a partir do trabalho conjunto que tenha a comunidade e os territórios como perspectiva fundamental da prática psicológica. Assumir essa ideia como fundamento implica, enquanto ciência e profissão, pensar de modo coletivo, solidário e ecologicamente sustentável. Por fim, importa ainda considerar que a Psicologia e o Bem Viver não devem ser um idealismo a apenas instrumentalizar discursos distantes da vida concreta do povo, mas devem, sim, se materializar na cotidianidade, partindo de epistemologias, técnicas e métodos plurais que tenham como fundamento a rica cosmovisão do Bem Viver.

Hoje, diante dos grandes desafios que se vive enquanto sociedade, não podemos desconsiderar os ensinamentos dos movimentos sociais, povos originários, comunidades tradicionais, quilombolas e outras(os) tantas(os) defensoras(es) da Terra. Só assim a sociedade será capaz, em tempo hábil, de oferecer ao planeta sua

contribuição para a superação do desafio socioambiental. Que a Psicologia, enquanto área da ciência e profissão, contribua para esse processo.

Referências

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Eds.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**, p. 50-74. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ALMEIDA, D. dos S. **Justiça Ambiental e Racismo Ambiental no Brasil**. Monografia (Graduação em Psicologia] – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ARBEX, D. **Arrasados**: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil. Intrínseca, 2022.

BRASIL. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. **Sala de Situação**. 2016a. Disponível em: <https://l1nk.dev/pZ8vK>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil – CPRM. **Sistema de Alerta de Eventos Críticos**. 2016b. Disponível em: <https://acesse.one/luTW4>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n, 2, p. 77-101, 2006.

BRUMADINHO. **Lei nº 23.591, de 09/03/2020**. 2019. Disponível em: <https://l1nk.dev/iWTjX>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

EMANUEL, C. O. M. **A governança das políticas públicas de compensação de danos consequentes de ruptura de barragens de mineração no estado de Minas Gerais**: um estudo de caso do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG). 2021. 148f. Dissertação (Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade LatinoAmericana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, belo Horizonte, 2021.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSFUGUEL, R. (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Buenos Aires: Siglo de Hombre Editores, 2007.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. **En libro**: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.

LANDER, E. (Org). Colección Sur. Argentina: CLACSO, 2005.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamerican. **Tabula Rasa**, v. 1, p. 58-86, 2003.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, E. G.; MISSIATTO, L. A. F. Por uma clínica psicológica descolonizada e descolonizante: relações raciais, de gênero e o bem viver como horizonte ético-político. In: LOPES, E. G.; F. R.; SILVA L. G. (Org.).

Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em psicologia, p. 120-136. Rio de Janeiro: UNIR-EDUFRO, 2021.

GROSSI, Y. S. **Mina de Morro Velho: a extração do homem**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

HELLER, L.; MODENA, C. M. Desastre da Samarco: aproximações iniciais. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 22-24, 2016.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIBBY, D. C. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho**. São Paulo: Itatiaia, 1985.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 71-114, 2008.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**, 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MAZZOLA, B. G. **Da gestão dos stakeholders à licença social para operar: o caso do desastre de Mariana**. 2018. 68f. Tese [Doutorado] – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberessubalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINAYO, M. C. S. (2010). Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**, p. 261-297.. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NÚCLEO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO CONEXÕES DE SABERES – UFMG. **O Núcleo busca colaborar, desde sua fundação (2012), com o debate [...]**. Belo Horizonte, 01 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://l1nk.dev/dyycj>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

PIAZZI, B.; MUNIZ, P. (2019). **Crime da Vale em Brumadinho atingiu comunidades quilombolas**. Esquerda Online, 2019. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2019/02/13/crime-da-vale-em-brumadinho-atingiu-comunidades-quilombolas/>. Acesso em 12 jul. 2024.

QUEIROZ, I. S. de; TONELI, M. J. F. Contribuições decoloniais para a produção de conhecimento por pesquisadoras em contextos periféricos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 19, p. 134-150, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**, p. 107-130. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAGAZZI, L.; ROCHA, M. **Brumadinho: a engenharia de um crime**. Letramento, 2019.

ROSA, D. D. **Violências e resistências: impactos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG**.

2019. 332f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SEMINÁRIO REFLORESTAR A PSICOLOGIA. **Junto aos Povos Indígenas e Quilombolas [...]** Belo Horizonte, 07 de outubro de 22. Instagram:

@reflorestarapsicologia. Disponível em:

<https://www.instagram.com/reflorestarapsicologia/>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

SERRA, C. **Tragédia em Mariana**: a história do maior desastre ambiental do Brasil 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SOLÓN, P. **Alternativas sistêmicas**: bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA, 2021. Atuação de militares estaduais do Paraná no desastre ambiental de Brumadinho-MG. Disponível em: <https://l1nk.dev/5KzMq>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

SOUZA, R. F. A efêmera e fatal Mina de Cata Branca: mineração e trabalho numa companhia aurífera inglesa em Minas Gerais (1832-1844). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 14, p. 37-52, 2015.

SOUZA, R. F. Representação contra o diretor da St. John d'el Rei Mining Company (Morro Velho) - 1861. **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 47, p. 421-435, 2012.

TROCANTE, C.; COELHO, T. **Quando vier o silêncio**: o problema mineral brasileiro. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

WASH, C. **La Interculturalidad en la educación**. Ministério de Educación Del Perú, 2005. Disponível em: <https://acesse.dev/HKTEg>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da América Latina é feita de violências e devastações desde que os colonizadores europeus chegaram e cravaram seus dentes na carne americana. O tempo e a crueldade colonizadora fizeram destes territórios arenas de constantes explorações, cuja ordem gravitacional foi a divisão internacional do trabalho e a consequente produção e concentração de capital. Para tanto, o que se chama de América Latina diz respeito à globalização de imagens de um lugar homogeneizado na pobreza e fixado na ideia nortecêntrica de uma legítima e eterna serviçal do capital externo. A formação desse quadro de expropriações e violências é o que garante o desenvolvimento de relações truculentas que grande parte da indústria extração mineral nacional e internacional possui em relação ao território do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

O Quadrilátero Ferrífero talvez seja um lugar para compreender melhor a brutalidade colonial, pois nele imperam os velhos protocolos de apropriação e devastação da vida, e territórios que são permanentemente ameaçados, invadidos e explorados. Além disso, o extermínio de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, ambientalistas, resistentes e resilientes ao processo de exploração não é uma novidade na região, mas sim um fato histórico. Tiradentes, herói do Panteão Nacional, não nos deixa mentir. A degradação dos recursos naturais por meio da mineração é uma tônica crescente na região. Esses são reflexos de um passado reticente que nunca nos abandona e se prolonga no tempo como uma realidade fria enraizada no espírito colonial, imperialista e burguês que nos possui enquanto identidade, mineiras(os) nascidas(o)s, crescidas(os) e criada(os) nas Minas Gerais. Um passado em que estamos tão profundamente mergulhadas(os) a ponto de ser o nosso presente.

Nos últimos dez anos, o Brasil passou por múltiplas catástrofes e desastres socioambientais, cada uma delas causando consequências significativas tanto para o ambiente natural, quanto para as populações humanas. O rompimento da barragem de rejeitos de mineração Córrego do Fundão, em Mariana, em 5 de novembro de 2015, provocou 19 mortes. Da mesma forma, o rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, resultou na trágica perda de 272 vidas, com três pessoas ainda desaparecidas e dois fetos.

É importante reconhecer e compreender que esses desastres recentes ocorreram nos municípios localizados no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, região fortemente impactada pelas indústrias extrativas de minério de ferro. Estas atividades são cruciais para influenciar os processos de gestão e planejamento do Estado e do país, proporcionando riquezas, tais como a criação de oportunidades de emprego e um crescimento significativo nas receitas municipais por meio de impostos como a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). No entanto, a discussão desta tese centrou-se principalmente na atuação de profissionais de Psicologia frente aos danos, perdas e prejuízos significativos causados por estes desastres. A devastação inclui a aniquilação de plantas e animais, contaminação significativa da água e uma série de outras consequências negativas. Com o tempo, estas questões ambientais agravam os problemas de saúde pública e as populações locais são novamente vitimadas. Destaca-se a necessidade imediata de uma estratégia equilibrada para a gestão de recursos que combine vantagens econômicas com sustentabilidade ambiental, sem desconsiderar a saúde pública e o Bem-Viver das comunidades atingidas.

Além disso, uma parcela significativa de pessoas foi impactada indiretamente, além das vítimas humanas do processo que tiveram suas realidades materiais imediatas alteradas. O leito do rio foi contaminado por resíduos de minério de ferro resultou na introdução de compostos altamente nocivos no abastecimento de água circundante, como metais pesados e bactérias normalmente encontrados em sepulturas e aterros sanitários. A contaminação tornou a água imprópria para consumo, causando perturbações significativas no abastecimento de água em diversas cidades e dificultando a irrigação de regiões agrícolas. Como resultado, alguns agricultores foram obrigados a interromper o cuidado e a manutenção de suas roças e fazendas. As pessoas que conseguiram sustentar suas atividades agrícolas por meio da obtenção de fontes alternativas de água potável encontraram outros obstáculos, tais como a recusa de seus produtos agrícolas nos mercados de abastecimento de alimentos. Estas condições enfatizam a necessidade crucial de infraestruturas e saneamento suficientes para reduzir os efeitos negativos sobre a saúde pública após tais desastres, enfatizando a necessidade de uma Governança Global de Risco envolvendo mineradoras, Estado, municípios, pessoas e

comunidades atingidas, além de movimentos sociais, integrando todo o Quadrilátero Ferrífero.

O ambiente político no Brasil apresenta certas características que indicam uma considerável tolerância às atividades descuidadas da indústria de extração mineral. Para compreender plenamente as causas profundas dos desastres de colapso de barragens de rejeitos, é crucial ir além do exame dos fatores técnicos e, em vez disso, examinar de perto as ações administrativas, políticas e organizacionais que contribuem para esta negligência desastrosa e trágica vivenciada em Minas Gerais. Atualmente, as investigações sobre os desastres de rompimentos de barragens de rejeitos concentram-se principalmente na identificação dos erros cometidos pelos especialistas operacionais, incluindo os engenheiros responsáveis e as pessoas que fornecem os laudos e relatórios de segurança. A pouca atenção dada às considerações sociais impede uma compreensão profunda dos desastres, uma vez que não consideram as dinâmicas locais, comunitárias, políticas, de modos de vida e organizacionais que permitiram ou impactaram estes contextos. Além disso, a restituição obtida por estas crimes ambientais é insuficientemente destinada à reparação dos danos, perdas e prejuízos substanciais infligidos pela mineração nas áreas atingidas. Isto realça a necessidade de se adotar uma estratégia mais abrangente para examinar e agir sobre os desastres, que envolva não só identificar e corrigir disfunções técnicas, mas também resolver os problemas sistêmicos e estruturais que promovem a ocorrência de rompimentos de barragens de rejeitos da mineração.

Desastres da magnitude que abordamos neste trabalho representam uma ameaça ao ambiente e à saúde física e emocional da população, comprometendo a vida das vítimas, e seus familiares, suas comunidades e territórios. Considerando este cenário, a atuação da Psicologia se faz necessária e indispensável. Valendo-se da atuação da Psicologia frente aos desastres de rompimento de barragens, buscou-se analisar a atuação de psicólogas(os) nestes casos, a partir do referencial da Psicologia Social, da decolonialidade, da Governança Global de Risco, em diálogo com diferentes camadas e possibilidade da atuação de psicólogas(os) no campo da mineração interseccionado com desastres de rompimento de barragens.

Além disso, foram permanentemente destruídos componentes essenciais que caracterizam o núcleo destas comunidades, incluindo marcos arquitetônicos e

culturais essenciais à identidade distinta de cada cidade. Portanto, fica claro o quão profundamente estes desastres afetam a vida das pessoas atingidas, que não só perdem as suas casas, mas também os significados simbólicos que contribuem para a sua identidade como cidadãos(os) desses territórios.

Conforme afirmam Miranda, Friede, Rodrigues e Almeida (2017), as pessoas impactadas se esforçaram para recuperar suas identidades que estavam submersas na lama, buscando ativamente documentos, fotografias ou outros bens que pudessem ser resgatados. Lamentavelmente, muitas não conseguiram recuperar quaisquer bens que pudessem reavivar as recordações da viagem de sua vida. A privação destes bens significativos, juntamente com a privação da família, dos companheiros, das residências e das profissões, pode suscitar fortes sensações de impotência e talvez resultar em problemas psicológicos. Este ponto de vista é fundamentado por uma infinidade de estudos no campo da Psicologia que examinam especificamente catástrofes e desastres, revelando que:

[...] a saúde mental de pessoas que passaram por eventos de desastres é fortemente abalada, podendo desenvolver manifestações de estresse agudo, estresse pós-traumático, luto complicado, quadros depressivos, comportamento suicida, condutas violentas, consumo indevido de substâncias psicoativas, entre outros (PARANHOS; WERLANG, 2015, p. 561).

Em 2018, Vormittag, Oliveira e Gleriano realizaram entrevistas com moradores de Barra Longa (MG) para avaliar suas impressões sobre a situação social, física e de saúde mental após o rompimento da barragem do Córrego do Fundão, em Mariana. De 507 participantes, 396 relataram apresentar pelo menos um sintoma físico, perfazendo 77,9% do total da amostra. Os sintomas notáveis abrangeram manifestações neurológicas como dores de cabeça, ansiedade e insônia; distúrbios gastrointestinais como perda de apetite, diarreia, vômito e náusea; indicações dermatológicas como coceira, alergias cutâneas e queda de cabelo; doenças respiratórias incluindo tosse, alergias respiratórias, coriza, asma e bronquite; e sintomas osteoarticulares como dores nos membros e articulações, fadiga muscular e fraqueza. Além disso, houve relatos de sintomas comuns como febre, perda de peso e anemia. Significativamente, 72,3% desses sintomas surgiram após a ocorrência do desastre de rompimento da barragem, enfatizando as consideráveis consequências

do desastre de rompimento da Barragem de Fundão para a saúde da população próxima (VORMITTAG; OLIVEIRA; GLERIANO, 2018).

As descobertas dos autores demonstram os profundos danos físicos, psicológicos e sociais sofridos pelas vítimas e fornecem evidências adicionais para apoiar esta tese, destacando que as pessoas que sobrevivem a tais desastres frequentemente apresentam alterações psicológicas como resultado do trauma mental e físico infligido por essas ocorrências angustiantes. Isto enfatiza o papel crucial da Psicologia no atendimento às necessidades das pessoas atingidas por rompimentos de barragens de rejeitos da mineração.

Esta pesquisa analisa o papel da Psicologia em desastres socioambientais, com foco específico no colapso de barragens de rejeitos da mineração no Quadrilátero Ferrífero de Minas Geria, Brasil. O estudo investiga como esses eventos, frequentemente provocados por relações de poder e dinâmicas socioeconômicas desiguais, exacerbam a vulnerabilidade e a violação de direitos das populações atingidas. A complexidade desses desastres é evidenciada pelos múltiplos tipos de danos e sofrimentos que as pessoas e comunidades enfrentam. É ressaltada ao longo do trabalho a relevância da atuação da Psicologia na compreensão e resposta a essas situações, considerando as especificidades e subjetividades locais. A pesquisa também aborda o papel das(os) psicólogas(os) na interação com sistemas de justiça e na promoção de justiça social, destacando o risco de práticas colonizadoras e a necessidade de incorporar a perspectiva das pessoas atingidas na formulação de Políticas Públicas. Ações e intervenções.

A atuação de psicólogas(o)s em desastres relacionados ao rompimento de barragens no Quadrilátero Ferrífero, evidenciando lacunas na formação acadêmica voltada para esses contextos e a complexidade das práticas profissionais. O estudo, que realizou entrevistas com psicólogas(os) envolvidos em atividades profissionais e acadêmicas relacionadas aos rompimentos de barragens de rejeitos de mineração nos últimos dez anos, revela a necessidade de uma abordagem mais integrada. Destaca-se a importância da comunicação, empatia e inovação ao enfrentar desafios como a negligência estatal e a violência institucional. A mineração e suas relações de poder assimétricas são fatores críticos nos desastres, a investigação aponta para a necessidade de práticas psicossociais adaptadas à realidade das pessoas e comunidades atingidas, sugerindo a adoção de abordagens transdisciplinares e

intersectoriais para aprimorar o cuidado. A escuta ativa e a troca dialógica são vistas como essenciais para o desenvolvimento de novas noções de cuidado e saúde, promovendo práticas mais eficazes e humanas na gestão de desastres. O relato das(os) profissionais de psicologia permitiu a identificação de cinco categorias de análise, a saber: Formação e bases técnicas, Perspectivas de cuidado em relação às pessoas envolvidas, Multidisciplinaridade e intersectorialidade, Identificação de violências e Importância da comunicação nas práticas de cuidado.

O estudo também explora a interação entre acolhimento, cuidado, cura e saúde em resposta aos desastres relacionados a barragens de rejeito, como a indústria de extração mineral no Quadrilátero Ferrífero. A pesquisa se fundamentou nas críticas os paradigmas tradicionais da Psicologia e propõe a adoção da Psicologia do Bem Viver, que valoriza saberes tradicionais e promove práticas coletivas e sustentáveis. Conclui-se que a Psicologia deve alinhar-se com movimentos sociais e comunidades tradicionais para oferecer contribuições eficazes em contextos de desastres ambientais, num mundo em constante transformação.

As(os) psicólogas(os) podem atuar em desastres como os de Mariana e Brumadinho em três momentos cruciais: antes da emergência, durante a emergência e depois da emergência. As atividades de sensibilização comunitária são cruciais durante o período pré-emergencial, que é dedicado à prevenção de desastres. O objetivo destas iniciativas é esclarecer o público em geral sobre potenciais perigos e modificar suas atitudes face a prováveis situações de emergência. Identificar esses perigos é uma medida essencial para uma prevenção bem-sucedida.

Como debatido ao longo do trabalho, regiões com maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social vivenciam consequências mais graves dos desastres de rompimento de barragens de rejeitos. Portanto, nestas circunstâncias é crucial que as(os) profissionais da Psicologia transmitam eficazmente os perigos e riscos de desastres iminentes, permitindo que a população se proteja de adequadamente. As(os) psicólogas(os) devem participar no desenvolvimento de planos de resposta a emergências, ministrar programas de formação e capacitação para melhorar as capacidades de resposta do público em geral e formar futuros profissionais que trabalharão em ambientes semelhantes, teórico e tecnicamente.

As(os) psicólogas(os) podem oferecer assistência imediata às pessoas afetadas pela crise durante a fase de emergência, ajudando-as a lidar com o estresse

agudo e o trauma. Isto inclui a prestação de primeiros socorros psicológicos, a promoção da comunicação entre as pessoas atingidas e a colaboração com outras agências de emergência para garantir um atendimento abrangente.

Durante o período pós-emergência, a atenção é redirecionada para a recuperação e reabilitação a longo prazo. As(os) psicólogas(o)s podem ajudar sobreviventes e vítimas a gerir as consequências do desastre, a lidar com problemas de saúde mental persistentes e a facilitar a restauração de redes comunitárias, e processos de luta e reivindicação de reconhecimento e de direitos.

Em tempos de emergência, com desastres e catástrofes frente a elementos globais como o aquecimento do planeta, é imprescindível que as(os) psicólogas(os) ofereçam prontamente assistência, cuidado e acolhimentos especializado cunhado em práticas que reconheçam as especificidades culturais e territoriais das pessoas em crise e familiares. Além disso, é imperativo que forneçam terapia psicológica às(os) cuidadoras(es) e trabalhadoras(es) que atuam no cenário de desastres e catástrofes, incluindo pessoas envolvidas(os) na atuação da Psicologia e de todas(os) as(os) profissionais envolvidas(os) em operações de resgate ou que oferecem outras formas de ajuda. Ressalto que as(os) profissionais entrevistadas(os) nesta pesquisa dizem vivenciar as repercussões das ocorrências angustiantes das tragédias diárias e cotidianas que afetam o Quadrilátero Ferrífero mineiro.

Durante a fase pós-emergência, as(os) psicólogas(os) têm a tarefa de avaliar os efeitos psicológicos das lesões sofridas e criar medidas de intervenção para promover acolhimento, cuidado e saúde, bem como ações efetivas frente à diminuição da probabilidade de ocorrências futuras. Ao discutir e se inserir nas tratativas envolvendo a mineração interseccionada com o rompimento de barragens de rejeitos, as(os) psicólogas(os) destacam a valorização das experiências subjetivas, o empoderamento individual e comunitário das(os) atingidas(os) e uma proposta de acolhimento em saúde e cuidado que incluem a desconstrução da perspectiva colonial hegemônica sobre a indústria minerária como um componente fundamental de sua prática profissional e ética nos contextos aqui trabalhados.

Além disso, é crucial destacar que as(os) psicólogas(os) têm a obrigação ética de se posicionar frente às estruturas de poder à degradação ambiental dos territórios, se colocando ao lado de ações que promovam o bem-estar de cada pessoa e de sua comunidade. Esta dedicação exige uma prática profissional altamente preocupada

com as dinâmicas de poder presentes na nossa sociedade e dedicada a provocar mudanças sociais que não repliquem dinâmicas coloniais de dominação. As(os) profissionais de Psicologia entrevistadas(os) contam que se esforçam para promover estratégias que melhorem a comunicação, a solidariedade, o cuidado e a colaboração entre pessoas e comunidades atingidas por desastres de rompimento de barragens de rejeitos da mineração. Estas ações e intervenções visam muitas vezes a desafiar as concepções prevaletentes que priorizam o individualismo e dificultam a mobilização comunitária numa perspectiva coletiva dos traumas e dores vivenciados ao longo da ocorrência dos desastres e no momento em que está tese é defendida. O objetivo é promover uma Psicologia que busque construir um clima sociocultural que apoie o desenvolvimento de novos projetos de vida, tanto em nível individual como comunitário (BOCK *et. al.*, 2007). Essencialmente, essas(es) profissionais não se esquivam de participar de atividades que apoiem os direitos humanos e possibilitem o exercício da cidadania, conforme indica o Conselho Federal de Psicologia.

Esta avaliação abrangente enfatiza que as consequências socioambientais na saúde pública das cidades do Quadrilátero Ferrífero são significativas, potencialmente além, muito além, das conclusões documentadas nos estudos examinados nesta análise. Na caminhada desta pesquisa analisamos minuciosamente inúmeras deficiências de diversos setores dos Estados e das empresas mineradoras em seus esforços para prevenir, abordar e levar à justiça os responsáveis por tais crimes. Estas deficiências incluem um padrão de impunidade de longa data, compensação insuficiente pelos danos socioambientais e falta de assistência à população atingida. Deste ponto de vista, o exercício da Psicologia, tanto como disciplina científica quanto como prática profissional deve ter um papel central, defendendo o Bem Viver, o cuidado e saúde física e mental das(os) atingidos e salvaguardando os direitos humanos e ambientais.

Dentro do Quadrilátero de Ferro, campo de estudo desta pesquisa, a Psicologia é praticado em ambientes distintos dos convencionais e tradicionais. Uma conexão que aqui defendemos é a revisão dos conceitos conflitantes e consistentemente intrincados entre a relação humana e a natureza. Compreender as circunstâncias históricas e dinâmicas deste debate é essencial para a Psicologia moderna. A disciplina ainda lida com os impactos duradouros de diferentes processos coloniais na sua criação e prática de conhecimento. É preciso contemplar ideias como o Bom

Viver e incorporar a função de imaginar um futuro partilhado que inclua todas(os). Refletir o contexto histórico que levou às especificidades da atuação da Psicologia no Quadrilátero de Ferro mineiro, identificar as mudanças necessárias e confrontar criticamente essa realidade, incorporando perspectivas de territorialidades por meio de uma prática que dialoga e reconhece conhecimentos e experiências de grupos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros demais atingidas(os) que enfrentam as opressões e vulnerabilidades decorrentes das explorações históricas no Brasil e na América Latina deve ser um compromisso ético das(os) que atuam na região.

O Conselho Federal de Psicologia obteve progressos notáveis ao criar a Rede Latino Americana para Emergências e Desastres, e participar de reuniões colaborativas na Argentina, Cuba, Chile e Brasil. Em 2006, o evento científico inaugural focado em catástrofes e desastres ocorreu em colaboração com a Secretaria Nacional de Defesa Civil e o CFP. O evento enfatizou a importância da integração deste tema nos cursos de Psicologia de todo o país. Este desenvolvimento representa um progresso notável para a área de abrangência deste trabalho. Além disso, o CFP, em colaboração com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), iniciou um plano de ação para examinar as consequências nos municípios atingidos por catástrofes e desastres, a fim de executar intervenções tangíveis no campo da profissão junto a pessoas, comunidades e regiões atingidas. A pesquisa corrobora estas iniciativas, mas defende maior atenção à questão, uma vez que novas situações de desastres e catástrofes continuam a nos desafiar.

As(os) psicólogas(os) têm um papel tradicional bem estabelecido durante as emergências imediatas decorrentes de catástrofes e desastres. No entanto, é imperativo contemplar a essência deste envolvimento e os sistemas hierárquicos que conduzem a estas calamidades e os desastres para não estabelecermos uma atuação centrada no momento da crise e da emergência, apenas. O cenário analisado indica que a Psicologia pode contribuir para muito além deste momento.

A atuação de psicólogas(os) deve basear-se numa perspectiva crítica em consonância com a criação de políticas públicas específicas frente às violações e violências vividas pelas pessoas e comunidades atingida. A cultura da prevenção deve servir como base fundamental para a intervenção psicológica. Intervenções eficientes requerem planejamento meticuloso, distribuição de conhecimento, treinamento e

estudo contínuo. Há o dever social das(os) psicólogas(os), que são a linha de frente nos processos envolvendo os desastres de rompimento de barragens no Quadrilátero Ferrífero, se utilizam de suas experiências e sensibilidades para gerir, ajustar, corrigir, diminuir, prevenir, educar, cuidar e promover a saúde, e devem ser reconhecidas(os), devido a especificidades dos contextos da mineração e dos rompimentos de barragens de rejeitos.

Enfatiza-se aqui que é preciso aprofundar nos fatores que vulnerabilizam e colocam em risco pessoas e comunidades atingidas, e o desenvolvimento de pesquisas científicas é um fator decisivo para a capacidade de preparação e recuperação dos territórios. Nesse sentido, as contribuições da Psicologia se fazem necessárias para o enfrentamento e transformação da realidade brutal e violadora que se impõe historicamente às pessoas, comunidades e cidades que compõem o Quadrilátero Ferrífero.

Propõe-se o desenvolvimento de uma Psicologia reflexiva e crítica na região, que busque tornar explícita a insegurança à qual estão submetidos os territórios do Quadrilátero Ferrífero, e sugere-se que psicólogas(os) atuem diretamente com aquelas(es) que habitam comunidades vulnerabilizadas e atingidas, e que não promovam e sim combatam perspectivas ideológicas e teóricas que enquadram as(os) atingidas(os) como desintegradas(os) física, psicológica e moralmente, considerando-as(os) participantes de redes dinâmicas de resistência e resiliência. Capazes de autonomia e portadoras(es) de cosmovisões necessárias para a superação da crise socioambiental global.

Expandindo esta linha de pensamento, fica claro que quando as(os) psicólogas(os) se envolvem em circunstâncias de crises socioambientais, estão essencialmente a participar de um ato de cidadania. Sublinha-se a importância do trabalho em rede, que inclui organizações governamentais e não governamentais, pessoas e o setor comercial, e outros que se façam relevantes, dadas as características que cada território possui para lidar de forma mais eficiente com as complexidades dos desastres e as catástrofes que, em última análise, não acontecem isoladamente e isso se aplica ao campo da Psicologia.

A Psicologia desempenha um papel crucial na abordagem dos desafios colocados pelos desastres causados por falhas de barragens na indústria mineira. Envolve o desenvolvimento de planos estratégicos que se concentram na minimização

e governança dos riscos, na redução das vulnerabilidades e no combate às estruturas coloniais de dominação e poder. Essas articulações são plurais para corresponder às circunstâncias e necessidades únicas de cada comunidade atingida. Embora sejam esperadas intervenções psicológicas nestas situações, é essencial que as decisões sobre medidas de gestão de risco vão além de avaliações objetivas e probabilidades estatísticas.

Assim, é crucial desenvolver estratégias e planos que se baseiem nos fatos e nas características das regiões e territórios. Esta abordagem abrangente garante que as intervenções psicológicas não se baseiem apenas em fatos materiais, mas também levem em conta as experiências e perspectivas reais das pessoas atingidas. Assim, a atuação e formação de psicólogas(os) que estão e irão atuar no Quadrilátero Ferrífero deve ser contemplar pesquisas sobre percepção de risco, prevenção de desastres e estratégias de mitigação sob o enfoque psicológico e subjetivo das pessoas e comunidades. O desenvolvimento de estratégias sociais e coletivas para a administração de risco requer tanto o conhecimento do ambiente físico como dos processos sociais, históricos e psicológicos que podem ser determinantes para uma Governança de Desastres possibilitando, respostas às pessoas e à sociedade.

Faz-se necessária uma reflexão sobre a interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, sem nos esquecer e desconsiderar sob nenhuma possibilidade os saberes, conhecimentos e cosmovisões das pessoas e comunidades atingidas pela mineração e pelo rompimento de barragens. Ser profissional de Psicologia no contexto desta tese é reconhecer que é preciso que a Psicologia tanto se aprofunde em suas especificidades, ampliando o conhecimento especializado sobre o tema, quanto amplifique suas indagações, colocando-se mais na problemática e no campo de estudo, visando a colaborar com o fim das violências e violações produzidas pela exploração mineral capitalista, que culminam com o rompimento de barragens de rejeitos, combinada a uma gestão precária de desastres.

O progresso da Psicologia no Quadrilátero de Ferro deverá desenvolver-se simultaneamente com a crescente participação das(os) psicólogas(os) em questões socioambientais. Esse papel emergente exige a implementação de estratégias abrangentes de formação profissional em vários níveis, como cursos de graduação e especializados, fóruns de discussão e programas de treinamento customizados.

É crucial reconhecer que os desastres causados por rompimento de barragens de rejeitos são o resultado de um evento específico e de uma série de ações e decisões cumulativas no tempo. Estes desastres decorrem das mudanças e do desenvolvimento da sociedade capitalista, bem como de elementos sociais e ambientais associados a estilos de vida consumistas contemporâneos, que caminham no sentido de agravar a suscetibilidade a tais desastres. Para estar inserida(o) nestas complexidades, é necessária uma abordagem abrangente à educação e formação em Psicologia. Esta abordagem deverá proporcionar às(os) profissionais as capacidades e conhecimentos necessários para lidar adequadamente com as consequências imediatas e a longo prazo.

À medida que aumenta a necessidade de psicólogas(os) experientes em situações de crise, é crucial desenvolver uma compreensão profunda da inter-relação entre estruturas sociais, conflitos socioambientais e ocorrências de desastres e catástrofes. A adoção deste ponto de vista abrangente pode direcionar os desafios enfrentados pela Psicologia no Quadrilátero Ferrífero na busca por contribuições valiosas para as atividades de prevenção, governanças e recuperação de desastres e catástrofes, promovendo eventualmente proteção e bem-estar às comunidades atingidas.

Nunca podemos desconsiderar que, quando vamos atuar em desastres de rompimento de barragens de rejeito da mineração, não queremos que tudo volte ao que era antes. Queremos que mude, pois se o desastre ocorreu é porque alguma coisa já não estava dando certo.

Referências

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Eds.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**, p. 50-74. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- ACSELRAD, H., et. al. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALBTOUSH, R.; DOBRESOU, R.; IONESCOU, F. A hierarchical model for emergency management systems. **UPB Scientific Bulletin**, Series C, v. 73, n. 2, p. 53-62, 2011.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- ALMEIDA, D. dos S. **Justiça Ambiental e Racismo Ambiental no Brasil**. Monografia (Graduação em Psicologia] – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- AMBIENTE E SOCIEDADE. **Home**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/>. Acesso em: 10 de abr. 2024.
- ANM – Agência Nacional de Mineração. **Resolução DC/ANM nº 13 de 08/08/2019**. Estabelece medidas regulatórias objetivando assegurar a estabilidade de barragens de mineração, notadamente aquelas construídas ou alteadas pelo método denominado “a montante” ou por método declarado como desconhecido e dá outras providências. ANM, 2019.
- ARBEX, D. **Arrasados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil**. Intrínseca, 2022.
- ARCE, M. F.; CÓRDOBA, A. C. **Las TIC y la gestión del riesgo a desastres**. Hacia la Sociedad de la Información y el Conocimiento. 2012. Disponível em: <https://acesse.dev/4WAK0>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- ASGHAR, S., ALAHAKOON, D.; CHURILOV, L. **A comprehensive conceptual model for disaster management**. 2006. Disponível em: <https://11nq.com/cXgBg>. Acesso em: 12 de jul. 2024.
- ASGHAR, S.; ALAHAKOON, D.; CHURILOV, L. **A Comprehensive Conceptual Model for Disaster Management**. 2011. Disponível em: <https://encr.pw/PzjTi>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- AVILA, M. R. R. **Em Blumenau tudo é risco: a percepção e a gestão dos desastres baseado no estudo de caso da Comunidade da Rua Pedro Krauss Sênior (Blumenau/SC) no período de 2008 a 2015**. 2015. 216f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.
- AYSAN, Y. **Os pisos no âmbito do vulnerável: redução de desastres como uma estratégia para reduzir a pobreza**. Banco Mundial, 1999. Disponível em: <http://www.radixonline.org/humanrights2.htm>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, v. 16, n.1, 207-228, 2008.

- BARRETO, L. C. et. al. Comunidades sujas de lama: da destruição à ressignificação e a resistência em Mariana/MG. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. 1-17, 2020.
- BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. Sílvia Lane e o projeto do Compromisso Social da Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 19 n. 2, p. 46-56, 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- BRASIL. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. **Sala de Situação**. 2016a. Disponível em: <https://l1nk.dev/pZ8vK>. Acesso em: 23 de fev. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://l1nk.dev/aoVdJ>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (1967)**. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Diário Oficial da União. Presidência da República, 1967.
- BRASIL. Serviço Geológico do Brasil – CPRM. **Sistema de Alerta de Eventos Críticos**. 2016b. Disponível em: <https://acesse.one/luTW4>. Acesso em: 23 de fev. 2024.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**: v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BRESSER, D. **Das 698 barragens cadastradas em MG, 22 estão sem estabilidade**. Disponível em: <https://acesse.one/U3SLn>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- BRUMADINHO. **Lei nº 23.591, de 09/03/2020**. 2019. Disponível em: <https://l1nk.dev/iWTjX>. Acesso em: 23 de fev. 2024.
- Camilo de Oliveira Marra, Emanuel. **A governança das políticas públicas de compensação de danos consequentes de ruptura de barragens de mineração no estado de Minas Gerais**: um estudo de caso do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG). 2021. 148f. Dissertação (Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, belo Horizonte, 2021.
- CASTRO, P. T. A., NALINI Jr, H. A.; LIMA, H. M. **Entendendo a mineração no quadrilátero ferrífero**. Ecológico, 2011. Disponível em: <https://l1nq.com/TiSu0>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- CASTRO, P. T. A.; MACHADO, M. M. M. Os conflitos resultantes da produção de minério de ferro. In: AZAVEDO, U. R.; TRAVASSOS L. E. P.; RASTEIRO M. A.; FARIA L. E. (Ed.). **Patrimônio espeleológico em rochas ferruginosas. Sociedade Brasileira de Espeleologia**, p. 116-131. São Paulo: Editora SBE, 2015.
- CASTRO-GÓMEZ, S; GROSGOUEL, R. (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Buenos Aires: Siglo de Hombre Editores, 2007.
- CEPD – Centro Profissional de Educação a Distância. **Atlas brasileiro de desastres naturais, 1991 a 2010**. CEPED/UFSC, 2013.
- CFC – Conselho Federal de Psicologia. **CDH/CFP destaca memória e contribuições do cacique Merong Kamakã à Psicologia brasileira**. 2024. Disponível em: <https://encr.pw/fiOSF>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

- CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres**. 2019a. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Crepop-RT-Emerge%CC%82ncias-e-Desastres-web_v2.pdf. Disponível em: <https://encr.pw/fiOSF>. Acesso em: 04 de mar. 2024.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. (2019). **Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) com povos tradicionais**. Disponível em: <https://l1nq.com/mOv6V>. Acesso em: 05 de mai. 2024.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, agosto de 2005.
- COLAÇO, T. L. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Vol. 1. São Paulo: Fundação Boiteux, 2012.
- CORREIO DE MINAS. **178 barragens formam cinturão nas cidades mineradoras**. 2024. Disponível em: <https://correiodeminas.com.br/2024/07/12/178-barragens-formam-cinturao-nas-cidades-mineradoras/>. Acesso em: 04 de mar. 2024.
- CVETKOVICH, G.; EARLE, T. C. Classifying hazardous events. **Journal of Environmental Psychology**, v. 5, n. 1, p. 5-35, 1985.
- DIAS, A. L. F.; OLIVEIRA, L. F. de. (Coord.). **Violências de mercado e de estado no contexto do empreendimento minerário Minas-Rio – Conceição do Mato Dentro-MG, 2015 a 2017**. São Carlos: Scienza, 2018b.
- DIAS, A. L.F.; OLIVEIRA, L. F. de. (Coord.). **Violações de direitos e dano ao projeto de vida no contexto da mineração**. São Carlos: Editora Scienza, 2018a. Disponível em: <https://l1nq.com/2gAlj>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. **En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. LANDER, E. (Org). Colección Sur. Argentina: CLACSO, 2005.
- EIRD – Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres. **Campanha Mundial Construindo Cidades Inteligentes**. 2009. Disponível em: <https://www.eird.org/camp-10-15/port/>. Acesso em: 05 de mai. 2024.
- EMANUEL, C. O. M. **A governança das políticas públicas de compensação de danos consequentes de ruptura de barragens de mineração no estado de Minas Gerais: um estudo de caso do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG)**. 2021. 148f. Dissertação (Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade LatinoAmericana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, belo Horizonte, 2021.
- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericana. **Tabula Rasa**, v. 1, p. 58-86, 2003.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FELDMAN, S., GEILER, C.; SILBERLING, L. Moving targets: displacement, impoverishment, and development. **International Social Science Journal**, v. 55, n.175, p. 7-14, 2003.
- FERNANDES, E. G.; MISSIATTO, L. A. F. Por uma clínica psicológica descolonizada e descolonizante: relações raciais, de gênero e o bem viver como

- horizonte ético-político. In: LOPES, E. G.; F. R.; SILVA L. G. (Org.). **Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em psicologia**, p. 120-136. Rio de Janeiro: UNIR-EDUFRO, 2021.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2012.
- FREIRIA S. EM-DAT: The International Disaster Database – Centre for Research on the Epidemiology of Disaster (CRED). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 208-209, 2011.
- FREITAS, A. L. D.; OLIVEIRA, L. F. (Org.). **Violências de Mercado e de Estado**. 1. ed. Belo Horizonte: SCIENZA, 2018.
- FREITAS, A. L. D.; OLIVEIRA, L. F. (Org.). **Com o coração mais avexado: estudo sobre os danos provocados nas famílias da comunidade cabeceira do turco, distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, município de Conceição do Mato Dentro/MG, Brasil**. 1. ed. Vol. 1. Belo Horizonte: SCIENZA, 2017.
- FREITAS, A. L. D.; OLIVEIRA, L. F.; AVARENGA, M. C.; SOLSONA, G. M. Violaciones de Derechos Humanos, Poder y Estado. In: DIAS, A. F. F. (Org.). **Dependencia Mineira, Violaciones de Derechos y Silenciamientos en el Contexto de Conflictos Socioambientales em Dom Joaquim, Minas Gerais**, p. 157-184. 1. ed. Vol. 1. Belo Horizonte: Paco Editora, 2018.
- FURIATI, L.; MAYORGA, C. Rompimentos de barragens de rejeitos em Minas Gerais, Brasil: possíveis contribuições da psicologia social. In: SOARES, L. C. E. C.; MOREIRA, L. E.; NEVES, A. L. M.; BARROS J. P. P. (Org.). **Psicologia social jurídica: articulações de práticas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil**, p. 329-346. São Paulo: ABRAPSO, 2022.
- GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM Editora, 2010.
- GIACOMETTI, R. B.; FLORIAN, D. Conflitos socioambientais e disputas sobre as terras indígenas. **Revista Videre**, v. 13, n. 26, p. 97-121, 2021.
- GILBERT, C. Studying disaster: a review of the main conceptual tools. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 13, n.3, 231-240, 1995.
- GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.
- GROSSI, Y. S. **Mina de Morro Velho: a extração do homem**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- GUARESCHI, P. **Psicologia social: crítica como prática de libertação**. São Paulo: Edicpurs, 2004.
- GUHA-SAPIR, D; BELOW, R.; HOVOIS, P. **The OFDA/CRED International Disaster Database**. 2015. Disponível em: <https://encr.pw/mWlch>. Acesso em: 12 de jul. 2024.
- HELLER, L.; MODENA, C. M. Desastre da Samarco: aproximações iniciais. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 22-24, 2016.

- HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, v. 20, n.2, p. 97-128, 2015.
- HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2008.
- HEWITT, K. **Regions of risk**: a geographical introduction to disasters: themes in resource management. Routledge, 1997.
- KATES, R. **Gilbert White 1911-2006**: a biographical memoir. National Academy of Sciences, 2011.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LATACI. **Projeto P 202201 (CAMF)**. Disponível em: <https://lataci.org/p202201/>. Acesso em: 04 de mar. 2024.
- LEITE J. R. M. (Coord.). **Dano ambiental na sociedade de risco**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LIBBY, D. C. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil**: o caso de Morro Velho. São Paulo: Itatiaia, 1985.
- LOUREIRO, C. F. B. Prefácio. In: SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social, p. 15-36. São Paulo: Cortez, 2010.
- MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 71-114, 2008.
- MARCHEZINI, V. **Desafios de gestão de abrigos temporários**: uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas. São Carlos: UFSCar, 2010.
- MARTIN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la libertación. **Psicología sin Fronteras**, v. 1, n. 2, p. 7-14, 2006.
- MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração, 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- MATTEDI, M. A. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2, p. 59-105, 2015.
- MATTEDI, M. A.; BUTZKE, I. C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, p.10-21, 2001.
- MAZZOLA, B. G. **Da gestão dos stakeholders à licença social para operar**: o caso do desastre de Mariana. 2018. 68f. Tese [Doutorado] – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2015.

MHDM – Manitoba Health Disaster Management. **Disaster management model for the health sector**: guideline for program development, 2002. Disponível em <https://encr.pw/9iJ4o>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberessubalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MILANEZ, F. et al, Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. **Revista de Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, p. 2161-2181, 2019.

MINAS GERAIS – Conselho Estadual de Política Ambiental. **Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017**. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locacionais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Política Ambiental, 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.291, de 25/02/2019**. Institui a política estadual de segurança de barragens. Minas Gerais, Diário do Executivo, 2019.

MINAYO, M. C. S. (2010). Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**, p. 261-297. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: M. C. S. M. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**, p. 261-297. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, M. G., FRIEDE, R., RODRIGUES, A. C., & ALMEIDA, D. S. Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. **Interações**, 18(2), 3-12, 2017.

MIRANDA, M. G., FRIEDE, R., RODRIGUES, A. C., ALMEIDA, D. S. Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. **Interações**, v. 18 n. 2, p. 3-12, 2017.

MONTZ, B. E.; TOBIN, G. A. Natural hazards: na evolving tradition in applied geography. **Applied Geography**, v. 31, n. 1, p. 1-4, 2011.

MOREIRA, L. E; SOARES, L. C. E. C. (2020). O que a psicologia social tem a dizer ao campo jurídico? In: SOARES, L. C. E. C.; MOREIRA, Lisandra Espíndula (Ed.). **Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça**, p. 12-20. São Paulo: ABRAPSO.

NARVÁEZ, L., LAVELL, A.; ORTEGA, G. P. **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos**. Secretaria General da Comunidad Andina, 2009. Disponível em: <https://encr.pw/qn70X>. Acesso em: 12 jul. 2024.

NÚCLEO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO CONEXÕES DE SABERES – UFMG. **O Núcleo busca colaborar, desde sua fundação (2012), com o debate [...]**. Facebook: conectandosaberessufmg. Belo Horizonte, 01 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://l1nk.dev/dyycj>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Contextos**, v. 12, n.1, p. 196-212, 2013.

NUNES, L. S.; SILVA, A. G. M. O debate em torno da questão socioambiental na formação profissional do assistente social. **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**. Florianópolis, p.1-11, 2013.

OLIVEIRA, L. F. **Sem lugar**: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte. 2014. 76f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30091>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

PARANHOS, Mariana Esteves; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Psicologia nas Emergências: uma nova prática a ser discutida. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília. v. 35, n. 2, p. 557-571. 2015.

PASSOS, F. L.; COELHO, P.; DIAS, J. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 38, p. 269-297, 2017.

PELANDA, C. **Disaster and sociosystemic vulnerability**. Disaster Research Center/University of Delaware, 1981. Disponível em: <https://encr.pw/n2uS4>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. **What is a disasters?** New answers to old questions. New York: Xlibris, 2005.

PIAZZI, B.; MUNIZ, P. (2019). **Crime da Vale em Brumadinho atingiu comunidades quilombolas**. Esquerda Online, 2019. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2019/02/13/crime-da-vale-em-brumadinho-atingiu-comunidades-quilombolas/>. Acesso em 12 jul. 2024.

PINEAU, G. **Estratégia universitária para a transdisciplinaridade e a complexidade**. Rizoma Freireano, 2010. Disponível em: <https://acesse.dev/T3Rec>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

POLOS DE CIDADANIA. **Pela inviolabilidade do direito à vida**. disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/>. Acesso em: 09 de jul. 2024.

POLOS DE CIDADANIA. **Quem somos**. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/quem-somos>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

PRINCE, S. H. **Catastrophe and social change**: based upon a sociological study of the Halifax disaster. Tese (Doutorado) – Columbia University, New York, 1920.

PROJETO BRUMADINHO UFMG. **O Projeto Brumadinho**. Disponível em: <http://projetoBrumadinho.ufmg.br/>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

QUARANTELLI, E. L. **Disasters: theory and research**. Beverly Hills: Sage, 1978. **Disasters studies: the consequences of the historical use of a sociological approach in the development of research**. International Journal of Mass Emergencies and **Disasters**, v. 12, n. 1, p. 25-49, 1994.

QUEIROZ, I. S. de; TONELI, M. J. F. Contribuições decoloniais para a produção de conhecimento por pesquisadoras em contextos periféricos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 19, p. 134-150, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: L. Edgardo (Ed.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas Latino-Americanas, p. 22-52. São Paulo: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**, p. 107-130. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAGAZZI, L.; ROCHA, M. **Brumadinho: a engenharia de um crime**. Letramento, 2019.

REJET, S. El mundo internacional de las catástrofes naturales. **Política y Sociedad**, v. 48, n.3, p. 537-554, 2011.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROBBINS, P. **Political ecology: a critical introduction**. New York: Blackwell, 2004.

ROSA, D. D. **Violências e resistências: impactos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG**. 2019. 332f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690–1750. In: L. Bethell (Ed.). **História da América Latina: América Latina colonial**, v. 2, p. 471-526, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEMINÁRIO REFLORESTAR A PSICOLOGIA. **Junto aos Povos Indígenas e Quilombolas**. Belo Horizonte, 07 de outubro de 22. Instagram;

@reflorestarapsicologia. Disponível em:

<https://www.instagram.com/reflorestarapsicologia/>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

SERRA, C. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil** 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SOLÓN, P. **Alternativas sistêmicas: bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA, 2021. Atuação de militares estaduais do Paraná no desastre ambiental de Brumadinho-MG. Disponível em: <https://l1nk.dev/5KzMq>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

SOUZA, L. R. C.; MILANEZ, B. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 11, n.14, 2-12, 2016.

SOUZA, R. F. A efêmera e fatal Mina de Cata Branca: mineração e trabalho numa companhia aurífera inglesa em Minas Gerais (1832-1844). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 14, p. 37-52, 2015.

SOUZA, R. F. Representação contra o diretor da St. John d'el Rei Mining Company (Morro Velho) - 1861. **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 47, p. 421-435, 2012.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMAS, D. et.al. **Social vulnerability to disasters**. New York: CRC Press, 2010.

TOBIN, G. A.; MONTZ, B. E. **Natural hazards**: explanation and integration. Guilford Press, 1997.

TROCANTE, C.; COELHO, T. **Quando vier o silêncio**: o problema mineral brasileiro. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Polos de Cidadania, 2024**. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Projeto Brumadinho, 2021**. Disponível em: <http://projeto-brumadinho.ufmg.br/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. **Parques e Florestas**. Disponível em: <https://qfe2050.ufop.br/parques-e-florestas>. Acesso em: 04 de mar. 2024.

UNISDR. United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2015. **History**. Disponível em: <http://www.unisdr.org/who-we-are/history>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **What is the UN Global Compact**. 2015.

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMA, F. D. (Ed.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens, p. 39-63. Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2008.

VORMITTAG; E. M. P. A. A., OLIVEIRA, M. A., GLERIANO, J. S. (2018). Avaliação de saúde da população de Barra Longa afetada pelo desastre de Mariana, Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 21, 1-22. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0122r2vu18L1AO>

WAHLEN, J. La naturaleza en disputa en América Latina: la encrucijada civilizatoria entre el “desarrollo” y el “buen vivir” desde una mirada decolonial. **Revista de Geografía**, v. 33, n. 3, 6-28, 2016.

WASH, C. **La Interculturalidad en la educación**. Ministério de Educación Del Perú, 2005. Disponível em: <https://acesse.dev/HKTEg>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

WHITE, G.F. **Human adjustment to floods**: a geographical approach to the flood problem in the United States. The University of Chicago, 1945. Disponível em https://biotech.law.lsu.edu/climate/docs/Human_Adj_Floods_White.pdf. Acesso em 12 jul. 2024.

ZAKOUR, M. J. Social work and disasters. In D. A. (Ed.). **Disciplines, disasters, and emergency management**: the convergence and a divergence of concepts, issues and usual trends from the research literature, p. 124-141, C. C. Thomas, 2007.

ZHOURI, et. al. The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. **Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 2, p. 100-122, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA-CONVITE

Prezada(os),

Meu nome é Lucas Furiati de Oliveira, sou psicólogo e mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente estou doutorando na UFMG, tendo orientação com a Prof. Dra. Claudia Mayorga. Ao longo da minha formação acadêmica tenho estudado, me dedicado e pesquisado assuntos relacionados aos atingidas(os) pelas atividades de mineração e por desastres de rompimentos de barragens, mais especificamente, a atuação da(o) profissional de psicologia diante das diversas violências e violações de direitos existentes nestes contextos.

Ultimamente, tenho pensado e questionado acerca das vivências e experiências das(os) profissionais de psicologia que estão envolvida(os) e/ou já envolveram em ações de pesquisa, reparação, mitigação e ressarcimento das perdas, danos e impactos negativos advindos das violências e violações dos direitos das pessoas atingidas pela atividade minerária e também pelo rompimento de barragens. Assim, essa pesquisa de doutorado objetiva compreender e sistematizar o campo de atuação destas(es) profissionais. Além disso, interessa-me conhecer aspectos da trajetória familiar, da trajetória educacional e profissional e a diversas perspectivas das(os) psicólogas(os) sobre as potencialidades e desafios deste campo de atuação.

Essa pesquisa é relevante porque busca a compreender como se dão as diversas possibilidades de atuação da Psicologia em interface com conflitos socioambientais, violências e violações de direitos no campo da mineração e como esses se relacionam com o campo da psicologia e com a proteção, garantia e efetividade dos direitos das pessoas atingidas.

Sua participação trará importantes contribuições para a produção de conhecimento acadêmico e profissional sobre essas temáticas. É importante te ouvir, escutar sua história e o que você pensa sobre suas vivências enquanto psicóloga(o) que atua no campo delimitado por essa pesquisa.

Você topa conversar um pouco mais sobre esse assunto? Podemos marcar uma primeira conversa para eu te contar mais sobre a pesquisa e daí você decidir se topa contribuir? Sua participação será espontânea, voluntária e sem remuneração e a qualquer momento você tem o direito de desistir de participar da pesquisa.

Cabe salientar que o sigilo da(os) participantes será preservado e informações gerais serão dadas nas publicações da pesquisa de maneira menos detalhada para a não identificação individual. Tudo o que foi falado acima pode ser detalhadamente explicado quando encontrarmos e também responderei qualquer dúvida que possa surgir.

Se você pensa em contribuir com esta pesquisa ou conhece alguém que possa contribuir, é só entrar em contato comigo através deste e-mail: psicologiaeminerao@gmail.com ou pelo telefone (31)98203-2323.

Desde já agradeço a atenção. Lucas Furiati



APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezada(o) Sra.(o),

Você está sendo convidada(o) para participar da pesquisa: Rompimentos de Barragens de Rejeitos em Minas Gerais, Brasil: possíveis contribuições da Psicologia Social. Esse trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e ao Núcleo Ensino de Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes.

Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e não será remunerada.

Todas as informações geradas nas entrevistas (gravações, registros, vídeos e transcrições) ficarão sob inteira responsabilidade do pesquisador Lucas Furati de Oliveira. Os resultados das entrevistas farão parte da pesquisa de doutorado e de trabalhos de divulgação científica da mesma. Informações que identifiquem os participantes só serão divulgadas com autorização.

Os riscos relacionados a sua participação na pesquisa estão ligados a desgastes emocionais ao falar sobre os temas que envolvem esta pesquisa. Assuntos como: desastres, conflitos socioambientais, lutos, mineração, violências, violações de direitos, vulnerabilidades históricas e outros ligados tanto a esfera pública quanto privada da(o) participante poderão ser abordados. O pesquisador se compromete a prestar qualquer auxílio necessário durante a condução da entrevista e da pesquisa.

Os benefícios relacionados à sua participação estão ligados ao aprimoramento das políticas públicas relacionadas às perdas e danos decorrentes da atividade de mineração, desastres socioambientais envolvendo o rompimento de barragens de rejeitos, ao registro de luta por direitos das(os) atingidas(os) e da atuação das(os) psicólogas(os) em contextos de conflitos socioambientais.

- † Autorizo o registro da entrevista em vídeo identificando minha identidade.
- † Autorizo o registro da entrevista por meio de gravador de áudio identificando minha identidade.

- † Autorizo o registro da entrevista por meio de gravador de áudio, mas minha identidade permanecerá em sigilo.

Para qualquer outro esclarecimento, basta entrar em contato com o pesquisador.

Estando de acordo, assine o presente Termo de Consentimento em duas vias.

Nome do participante: _____

Declaro que li e entendi as informações relativas a esta pesquisa contidas neste Termo de Consentimento e concordo em participar voluntariamente da mesma. AUTORIZO a utilização das informações prestadas na pesquisa Rompimentos de Barragens de Rejeitos em Minas Gerais, Brasil: possíveis contribuições da Psicologia Social.

Belo Horizonte, de _____ de 2023.

Assinatura da(o) participante:

Telefone para contato:

E-mail:

Assinatura do pesquisador:

Pesquisador Responsável: Lucas Furiati de Oliveira

Telefone para contato: (31)98203-2323

E-mail: lucasfuriati@yahoo.com.br

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista semiestruturada

Data da entrevista:

1) Informações pessoais:

- a) Nome completo do entrevistado:
- b) Universidade e data de graduação em Psicologia:
- c) Data de início das atividades como psicólogo:
- d) E-mail para entrar em contato, caso necessite:

2) Caracterização da atuação:

- a) Descreva sua trajetória quando estava fazendo sua pesquisa/trabalho envolvendo o rompimento de barragens de rejeito da mineração.
- b) Como você chegou à forma de atuação profissional e/ou de pesquisa envolvendo os desastres de rompimentos de barragens da mineração?
- c) Qual seu vínculo de trabalho e/ou pesquisa? Qual o seu cargo? Qual a sua função?
- d) Há quanto tempo você atua profissionalmente como psicóloga(o) no âmbito dos desastres de rompimentos de barragens da mineração?
- e) Descreva o território em que sua pesquisa e/ou trabalho se desenvolveu.
- f) Você, nas suas atividades, trabalha e/ou pesquisa em conjunto com outros profissionais? Se sim, quais?
- g) Existem ou existiram articulações em rede durante o trabalho/pesquisa? Com quais atores e/ou instituições?

3) Formação:

- a) Narre seu percurso acadêmico.
- b) No seu ponto de vista, quais são os requisitos necessários para a formação da(o) psicóloga(o) que atua em contexto de desastres envolvendo rompimentos de barragens de rejeitos da mineração?
- c) Seu curso de formação na graduação e/ou na pós-graduação atendeu a esses requisitos?
- d) Houve necessidade de formação posterior à graduação para que se pudesse trabalhar em contexto de desastres envolvendo rompimentos de barragens de rejeitos da mineração?
- e) Como foi a comunicação dos resultados das pesquisas e/ou trabalho?
- f) Já publicou outras pesquisas? Quais temas foram trabalhados?

4) Especificidades do campo de atuação

- a) Em sua opinião, pode-se falar em um campo de atuação específico de psicólogas(os) em contexto de desastres envolvendo rompimentos de barragens?
- b) Em sua opinião, que percurso formativo deve tomar os profissionais da Psicologia, que estiverem interessados em trabalhar no contexto de desastres envolvendo conflitos socioambientais e rompimentos de barragens?
- c) Você faria alguma previsão de como será o campo de atuação futuro dos profissionais da Psicologia em contexto de desastres envolvendo rompimentos de barragens?
- d) Em sua opinião, você tem as condições necessárias para a realização de seu trabalho?
- e) Você já se deparou com alguma violação de direitos humanos no cotidiano de trabalho? Se sim, como lidou com a situação?
- f) Você desenvolve atividades voltadas para os desastres de rompimentos de barragens da mineração envolvendo povos indígenas ou da população negra sobre questões étnico-raciais? Relate o trabalho e, se possível, informe local e contato.
- g) Quais são os principais desafios que você enfrenta no cotidiano do seu trabalho para atuação em rede?
- h) Em sua opinião, qual a importância das(os) atingidas(os) para sua pesquisa e/ou atuação profissional?

5) Desafios e potencialidades da atuação da Psicologia

- a) Você conhece na rede práticas inovadoras de psicólogas(os) no campo dos desastres envolvendo os rompimentos de barragens de rejeitos da mineração? Descreva-os, se possível, indicando onde podemos acessá-los (e-mail ou outra forma de contato).
- b) Como você vê a contribuição que o trabalho da Psicologia tem dado para a sociedade no que se refere aos desastres envolvendo os rompimentos de barragens de rejeitos da mineração?
- c) Na sua opinião, quais metodologias e ferramentas você considera mais potentes na atuação do psicólogo em contexto de desastres envolvendo os rompimentos de barragens de rejeitos da mineração?
- d) Na sua opinião, quais os desafios da Psicologia e dos psicólogos na atuação em interface com os desastres envolvendo os rompimentos de barragens de rejeitos da mineração?